

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Instituto de Geociências

Programa de Pós-graduação em Geografia

Frederico de Sá Senna Prates

OS ECOS NAS PAISAGENS:

o caso dos povoados de Tabuleiro e Cubas, em Conceição do Mato Dentro/ MG

Belo Horizonte

2023

Frederico de Sá Senna Prates

OS ECOS NAS PAISAGENS:

o caso dos povoados de Tabuleiro e Cubas, em Conceição do Mato Dentro/ MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Bernardo Machado Gontijo

Belo Horizonte

2023

P912e
2023

Prates, Frederico de Sá Senna.

Os ecos nas paisagens [manuscrito] : o caso dos povoados de Tabuleiro e Cubas, em Conceição do Mato Dentro/ MG / Frederico de Sá Senna Prates. – 2023.

129 f., enc. il. (principalmente color.)

Orientador: Bernardo Machado Gontijo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2023.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Bibliografia: f. 125-129.

1. Paisagens – Aspectos sociais – Conceição do Mato Dentro (MG) – Teses.
2. Áreas de conservação de recursos naturais – Espinhaço, Serra do (MG e BA) – Teses. 3. Cultura – Teses. 4. Conflito social – Teses. I. Gontijo, Bernardo Machado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3(815.1):504.54



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"OS ECOS NAS PAISAGENS: O caso dos povoados de Tabuleiro e Cubas, em Conceição do Mato Dentro/ MG"

FREDERICO DE SÁ SENNA PRATES

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 20 de dezembro de 2023, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, constituída pelos seguintes professores:

Bernardo Machado Gontijo

IGC/UFMG

Heloisia Soares de Moura Costa

IGC/UFMG

Altamiro Sérgio Mol Bessa

EA/UFMG

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Heloisia Soares de Moura Costa, Professor(a)**, em 20/12/2023, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Machado Gontijo, Diretor(a) de órgão complementar**, em 20/12/2023, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Altamiro Sergio Mol Bessa, Professor do Magistério Superior**, em 23/12/2023, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2912515** e o código CRC **BB9B9389**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Lé, Pedro e Cecília, meu porto seguro, para onde retorno após meus caminhos pelo mundo. Agradeço à compreensão, devido as ausências, que por vezes são muitas, na ânsia de percorrer os flancos e ver a Terra. Vocês são a razão do meu retorno e do meu empenho em tentar, cada vez mais, ser melhor.

Agradeço aos meus pais, Carlos e Clety, por ficarem minhas raízes e preceitos de vida de maneira firme.

Agradeço aos meus avós, que edificaram valores íntegros a nós. Duas falas serão sempre lembradas: *“Cada cabeça é um mundo”* e *“Essa é a minha casa (aos pulos, de pés descalços, sobre a areia)”*.

Agradeço ao Bernardo, orientador desta dissertação, que me deixou livre as minhas inquietações, questões e conclusões.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPG/ UFMG), da Pós-Graduação em Arquitetura (NPGAU/ UFMG) e da Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS/ UFMG), pelos francos debates em sala de aula, e fora dela, que deram suporte as questões trabalhadas aqui.

Agradeço à UFMG, pela oportunidade da imersão no universo diverso das Paisagens.

Agradeço ao amigo Daniel Quintão, pela iluminação e pontapé inicial desta pesquisa.

Agradeço ao amigo Rafael Deslandes, pelos mapas que ilustram o texto.

Agradeço ao Daniel Borges, pelo pouso e acolhimento no Tabuleiro, e ao Rafael Guimarães, pela companhia na mesma ocasião.

Agradeço aos meus amigos e amigas que, juntamente comigo, percorram os ermos do Espinhaço em comunhão e confiança mútua, num mergulho no desconhecido.

Agradeço ao Espinhaço, lugar que tocou meu coração, o qual retorno sempre que posso, e que continuamente se reconstrói em minha mente.

E por fim, mas não menos importante, agradeço, muito, aos habitantes de Tabuleiro e Cubas, que me receberam de braços abertos, muitas vezes no coração de suas casas, para conversas verdadeiras e abertas.

Em momentos, o caminho se vislumbra à frente, em outros, a densa bruma adentrava meu ser. Pela crista da serra, o caminho continua molhado e denso, sendo o deslocamento cuidadoso, até o abismo da serra. Descida contínua, até o oriente do Espinhaço. As árvores são maiores, frondosas e as montanhas seguram a umidade que vem dos mares. Tudo muda, os campos ficam para trás e adentro o Mato Dentro. Vapores se dissipam, as montanhas são evidentes, e o caminho colubreja, já seco, por entre os escarpamentos, sob uma massa de nuvens brancas. Conceição do Mato Dentro me recebe com chuva fina, e as gotas sobem ao céu numa dança do véu branco. Ventos solapam o barco, que navega pelo mar de montanhas. Ao longe, a queda d'água, topônimo local, jorra das pedras, num opulento espetáculo. Fito a Estrada do Salto, ainda um mistério em minha mente. Os eflúvios emanam num jogo de mostra e esconde; os morros são chaminés que exalam fumaça úmida; o sussurro das águas misturam-se ao canto de pássaros e zumbidos de abelhas. (Notas de campo, agosto de 2023)

RESUMO

As paisagens são frutos de laborações humanas, que estruturam, manejam e dotam o espaço de significados, muitas vezes existenciais. Quando esmiuçadas, as paisagens versam sobre os modos de vida, tradições e meios do Ser se relacionar com a natureza, numa amalgama indissociável. Entretanto, os sucessivos processos culturais que formulam e dão valor às paisagens passam por inflexões que podem transmutar os significados estabelecidos, podendo abalar os modos de se relacionar com o meio. O presente trabalho buscou compreender como as paisagens são reconfiguradas e ressignificadas, reverberando diretamente sobre os modos de vida/ tradições das comunidades que se estabeleceram em determinada região. Nosso recorte de pesquisa está sobre os povoados de Tabuleiro e Cubas, encravados na base da Serra do Intendente (Espinhaço Meridional), na região de Conceição do Mato Dentro/ MG, cuja formação remete ao século XIX. Ambas as comunidades são marcadas pela constante e indissociável interação entre o ser/ viver e o ambiente natural, cujo devir introjetou nas paisagens símbolos, significados e modos de viver atrelados às tradições, expressões, espiritualidades e objetos culturais que são operadas pela comunidade humana. Mantidos em relativo isolamento, devido à decadência econômica ocasionada pela escassez das minas coloniais, e à precariedade de acessos, os povoados mantiveram seus modos de vida e paisagens praticamente cristalizados, até o final do século XX, quando as primeiras estradas de rodagem foram abertas e os povoados foram “redescobertos” por cidadãos. Tal evento culmina, no final do século XX e início do século XXI, na intensificação do turismo e na consequente criação de duas Unidades de Conservação sobrepostas, o Parque Natural Municipal do Tabuleiro e o Parque Estadual da Serra do Intendente, que são vizinhas as comunidades. A estratégia metodológica do presente trabalho tem como ponto fulcral a construção e as análises das paisagens de Tabuleiro e Cubas a partir do olhar dos moradores locais. Para tal, foi necessário o mergulho do pesquisador nas comunidades, num contínuo processo de escuta/ análise das narrativas trazidas por membros das comunidades. Ao longo dos estudos, foi apurado que as comunidades, apesar de próximas e interligadas, vivem momentos distintos na ressignificação e reorganização de suas paisagens, sendo identificados diferentes conflitos e modos de resistir. Tabuleiro, por ser o principal ponto de entrada das Unidades de Conservação, vive um processo mais acelerado de transformação paisagística, com inserção de agentes externos e de novos interesses para o território. Cubas, mais isolada e com fluxo turístico menor, acompanha as transformações de forma mais lenta, e tenta se blindar, aos seus modos, às mudanças que estão por vir. Nossos resultados apontaram que o

ponto de inflexão, proporcionado pelo incremento turístico e a inserção das Unidades de Conservação, vai ressignificar as paisagens, introjetando novos valores aos símbolos e objetos construídos pelas comunidades locais, ao longo do tempo, o que vai gerar adaptações e resistências. Por fim, apontaremos o processo de abertura como alternativa às coexistências de significados tradicionais e as ressignificações atribuídas ao ambiente, num caminho para a construção de paisagens mais justas, coletivas e representativas da diversidade.

Palavras-chave: paisagem; Espinhaço; cultura, unidades de conservação; conflitos; comunidades tradicionais.

ABSTRACT

Landscapes are the effect of human labor, which structure, manage and endow space with meanings, often existential. When scrutinized, landscapes talk about ways of life, traditions and ways of relating to nature, in an inseparable amalgam. However, the successive cultural processes that formulate and give value to landscapes undergo inflections that can transmute established meanings, breaking the ways of relating to the environment. This work sought to understand how landscapes are reconfigured and given new meanings, directly reverberating on the ways of life/ traditions of the communities that settled in a given region. Our research focus is on the villages of Tabuleiro and Cubas, located at the base of Serra do Intendente (Southern Espinhaço), in the region of Conceição do Mato Dentro/ MG, whose formation dates back to the 19th century. Both communities are marked by the constant and inseparable interaction between being/living and the natural environment, where becoming has introduced into the landscapes symbols, meanings and ways of living linked to traditions, expressions, spiritualities and cultural objects that are operated by the human community. Kept in relative isolation, due to the economic decline caused by the scarcity of colonial mines, and precarious access, the villages maintained their ways of life and landscapes practically crystallized, until the end of the 20th century, when the first highways were opened and the villages were “rediscovered” by city dwellers. This event culminates, at the end of the 20th century and beginning of the 21st century, in the intensification of tourism and the consequent creation of two overlapping Protected Areas, the Tabuleiro Municipal Natural Park and the Serra do Intendente State Park, which are neighboring the communities. The central point of the methodology strategy of this work is the construction and analysis of the Tabuleiro and Cubas landscapes from the perspective of local residents. To achieve this, it was necessary for the researcher to dive into the communities, in a continuous process of listening/analyzing the narratives brought by community members. Throughout the studies, it was found that the communities, despite being close and interconnected, are experiencing different moments in the redefinition and reorganization of their Landscapes, with different conflicts and ways of resisting being identified. Tabuleiro, as it is the main entry point to the Protected Areas, is experiencing a more accelerated process of landscape transformation, with the insertion of external agents and new interests in the territory. Cubas, more isolated and with a smaller tourist flow, follows the transformations more slowly, and tries to shield itself, in its own way, from the changes that are to come. Our results showed that the inflection point, provided by the increase in tourism and the insertion of Protected Areas, will give new meaning to the

Landscapes, introducing new values to the symbols and objects built by local communities, over time, which will generate adaptations and resistance. Finally, we will point out the opening process as an alternative to the coexistence of traditional meanings and the resignifications attributed to the environment, on a path towards the construction of more fair, collective and representative landscapes.

Keywords: landscape; Espinhaço; culture; protected areas; conflicts; traditional communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Tabuleiro sob a “lubrina”	16
Figura 02: Mapa com a distribuição geográfica da Cadeia do Espinhaço, sendo: 1 - Espinhaço Meridional, 2 – Espinhaço Central, 3 – Espinhaço Setentrional e 4- Chapada Diamantina.	19
Figura 03: Mapa com delimitação das bacias hidrográficas brasileiras em relação ao PESI e PNMT.	20
Figura 04: Mapa com delimitação dos biomas brasileiros em relação ao PESI e PNMT.	20
Figura 05: Mapa com delimitação das UCs no entorno do PNMT e PESI (direita).	21
Figura 06: Mapa com localização das áreas prioritárias para conservação no Brasil em relação ao PESI e PNMT.	33
Figura 07: Mapa com localização das áreas prioritárias para conservação no Estado de Minas Gerais em relação ao PESI e PNMT.	33
Figura 08: Mapa com a localização do Espinhaço Meridional.	37
Figura 09. Combate com Índios, 1820. Johann Moritz Rugendas.	40
Figura 10: Localização do município de Conceição do Mato Dentro/ MG.	45
Figura 11: Mapa com delimitação da RBSE/ 2019 e localização do PNMT e PESI (em vermelho).	47
Figura 12: Localização dos Distritos em Conceição do Mato Dentro/ MG.	50
Figura 13: Localização dos povoados de Tabuleiro, Cubas, PNMT e PESI no município de Conceição do Mato Dentro/ MG.	54
Figura 14: Croqui da fundação do espaço habitável. A centralidade da ermida, as casas (núcleos de subsistência), o círculo de proteção das lavouras, e a natureza ao redor.	67
Figura 15: Croqui da implantação da casa tradicional em Tabuleiro e Cubas.	68
Figura 16: A inserção das comunidades de Tabuleiro e Cubas na Paisagem.	69
Figura 17: Esquema para Ameaças aos valores fundamentais da comunidade.	81
Figura 18: Localização do PNMT, PESI e ZA em relação aos povoados de Tabuleiro e Cubas.	85

Figura 19: Localização dos povoados de Tabuleiro, Cubas, Estrada do Salto e Acessos ao PNMT e PESI.	87
Figura 20: Cachoeira do Tabuleiro, no interior do PNMT.	88
Figura 21: Croqui esquemático da ocupação espacial dos povoados de Tabuleiro e Cubas, intermediadas pela Estrada do Salto.	92
Figura 22: Croqui esquemático do perfil da implantação Tabuleiro, Cubas e Estrada do Salto.	92
Figura 23: A chegada em Tabuleiro, via Conceição do Mato Dentro. O maciço rochoso do Espinhaço.	93
Figura 24: O maciço rochoso delimita o horizonte, entremeados em tons de verde.	94
Figura 25: O adro da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Ao Fundo, a Serra do Intendente e Estrada do Salto.	96
Figura 26: Escadaria de Acesso ao Adro da Capela do Sagrado Coração de Jesus.	98
Figura 27: Estrada do Salto, ao fundo, à encosta no qual está implantado o povoado de Tabuleiro.	99
Figura 28: Adro na Capela do Divino Espírito Santo, em Cubas.	100
Figura 29: Residência da Família Assis, em Cubas.	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Antes do Presente
APA	Área de Proteção Ambiental
ASCOTA	Associação Comunitária dos Amigos do Tabuleiro
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF/MG	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
PESI	Parque Estadual Serra do Intendente
PMCMD	Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro
PNMRC	Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo
PNMT	Parque Natural Municipal do Tabuleiro
RBSE	Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço
SAT	Sociedade Amigos do Tabuleiro
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
UC	Unidades de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

1.	PRÓLOGO	14
2.	INTRODUÇÃO	19
	2.1. Estratégia metodológica e estrutura de trabalho	26
3.	A CONCEPÇÃO DAS PAISAGENS EM TABULEIRO E CUBAS	32
	3.1. Os arranjos ambientais no entorno de Tabuleiro e Cubas	32
	3.2. As possíveis Paisagens do Mato Dentro	36
	3.3. De Nossa Senhora da Conceição à Conceição do Mato Dentro: As ressignificações da Paisagem	41
	3.4. As origens de Tabuleiro e Cubas	51
	3.4.1. As origens do Tabuleiro	53
	3.4.2. As origens de Cubas	57
	3.4.3. Trajetórias entrelaçadas	61
	3.5. O campesinato e a religiosidade como base das Paisagens em Tabuleiro e Cubas	62
4.	PAISAGENS RESSIGNIFICADAS	74
	4.1. A “redescoberta” embala a inserção das Unidades de Conservação: Uma nova inflexão	74
	4.2. As atuais Paisagens em Tabuleiro e Cubas	89
	4.3. As ressignificações das Paisagens	106
5.	AMARRAÇÕES	118
6.	REFERÊNCIAS	125

1. PRÓLOGO

Meus primeiros contatos com as montanhas do Espinhaço Mineiro, os quais posso rememorar, deram-se ainda na primeira infância, na década de 1980, em minha cidade natal, Belo Horizonte/ MG. As imagens e referências que tenho em mente são de uma montanha avassaladora, que se erguia atrás da Praça do Papa, local em que meus pais me levavam para andar de bicicleta. Tal Montanha, a Serra do Curral, que somente mais tarde fui compreender ser pertencente ao maciço do Espinhaço, parecia encerrar e limitar a cidade, estabelecendo uma muralha que almejava tocar o firmamento. Em minha estatura de criança, me sentia pequeno frente àquela massa de minério de ferro e o mistério do que era guardado atrás daquelas montanhas ficou latente em mim.

No início década de 1990, despretensiosamente, em visitas escolares, desembarcava em lugares como Ouro Preto, Santuário do Caraça e ficava espantado com as maravilhas construídas e com as montanhas que a circundavam, sempre as entendendo como limites intransponíveis. É verdade, ainda não sabia, geográfica e historicamente, minha localização.

Os limites impostos pelas montanhas começaram a ser desconstruídos ainda na pré-adolescência, quando, envolto de amigos com o mesmo espírito que o meu, nos aventuramos pelos morros que limitavam o sul do bairro Buritis. Chegado ao topo, e sem saber que rumo seguir, tomamos a primeira trilha que seguia para sudoeste, descendo até o bairro Olhos D'água. Encontrada a linha do trem, seguimos até a região do antigo Seis Pistas, nas proximidades do BH Shopping. Ali pudemos reconhecer onde estávamos. Foi o primeiro momento em que os espaços geográficos se materializavam em minha mente, estabelecendo conexões entre um lugar e outro, ligados por caminhos diversos.

Mais tarde, já no final da década de 1990, novas fronteiras eram rompidas. Rumei à região da Serra do Cipó, indo ao antigo distrito de Cardeal Mota (atual distrito de Serra do Cipó), pertencente ao município de Santana do Riacho, em busca de poços e queda d'água com águas geladas. Já nos primeiros anos do século XXI, realizei as primeiras incursões para as terras isoladas e altas do Espinhaço Mineiro chegando, depois de horas em estradas esburacas e sem grandes orientações, na Lapinha da Serra, localidade de Santana do Riacho. Ali, um outro mundo se descortinou aos meus curiosos olhos. Aquele ambiente, isolado em meio as montanhas, de difícil acesso, as quais eu achava intransponíveis e de paisagem incomum, me

tocou profundamente. Foram diversos retornos, muitas conversas, até descobrir que, a partir dali, poderia ter acesso, através de trilhas serpenteantes por entre serras e rios, a diversos lugares e vilarejos, encravados em meio aos vales e serras. Dentre estes caminhos, surgia nas narrativas o trajeto Lapinha da Serra/ Tabuleiro que, para além de uma travessia de montanha, remontava aos antigos percursos feitos pela população local, que se deslocavam de um vilarejo a outro, sempre em lombo de animais ou a pé.

Mergulhei meu corpo e minha mente nas montanhas do Espinhaço, buscando conhecer, compreender e interpretar aqueles ambientes, pessoas e desconhecidas paisagens. Orientado, inicialmente, apenas por rumos e direções dadas pelo morador local de Lapinha da Serra, Sr. Quizim, enveredei, sempre a pé, rumo ao desconhecido. Vaguei pelas bandas de Extrema, Santa Cruz dos Alves, Rio Preto, Cemitério do Peixe, Báu, Peixe Tolo, Tabuleiro e outros confins dos ermos das Gerais. Por estes caminhos, vislumbrei imensos escarpamentos rochosos, águas puras, ventos em fúria, dias enevoados pela “lubrina¹”, chuvas intensas, relâmpagos cortantes, ventos congelantes e paisagens que corriam para o longínquo horizonte. Pelos caminhos também encontrei o Outro, moradores de vilas ou em casas isoladas, com modos de vida bem diferentes do meu, entretanto com algo em comum, obviamente, cada um a sua maneira: afetividade com o lugar que proporcionou o nosso encontro.

Associado aos percursos a pé e viagens de carro, me debrucei também em textos variados, teses acadêmicas e conversas informais que me esclarecessem do que aqueles lugares eram feitos e do que eram nutridos. Descobri uma rica rede de histórias e acontecimentos, iniciadas por povos primitivos nômades, ambientes sagrados e refúgios indígenas, percursos de desbravadores coloniais, palcos de guerras por territórios, povoados, vilas e cidades ligadas à extração mineral ou ao suporte de tal atividade. Me deparei também com relatos de viajantes estrangeiros, no século XVIII e XIX, que escrutinaram a região. Curioso também foi compreender que aquela região do Espinhaço, após a decadência da exploração mineral colonial, entrou em esquecimento e isolamento, ao longo dos séculos XIX e XX. Entretanto, nestes períodos, a vida continuou a correr seus caminhos por entre as serras e povoados, sendo permeadas pelo avanço de tropas de cargas, escambo e comércio de víveres, e por fim, chegou aos dias atuais.

¹ Corruptela de Neblina, praticado pelos locais da Lapinha da Serra.

Neste entremeio, em meados da primeira década do século XXI, cheguei a primeira vez em Tabuleiro, de carro, passando por Conceição do Mato Dentro. Nesta época, a MG 010, que ligava Belo Horizonte à Conceição do Mato Dentro estava pavimentada apenas até a Serra do Cipó, sendo os últimos 90 km sobre buracos e costelas. A vila simples e pequena do Tabuleiro estava ao sopé da vertente oriental do Espinhaço, tendo como destaque, ao meu olhar naquele momento, a Igrejinha local e o imenso salto da Cachoeira do Tabuleiro, que se lançava da serra. Foi uma passagem fugaz e superficial pelo lugar, deixando uma necessidade de retorno em meus pensamentos. Em outros dois momentos, na década de 2010, vislumbrei o vilarejo do Tabuleiro de cima, quando cheguei ao alto da Serra do Intendente, vindo uma vez, da região de Extrema, e outra da Lapinha da Serra, não chegando a descer no vilarejo, por falta de planejamento (Figura 01).



Figura 01: Tabuleiro sob a “lublina”. Fonte: Acervo do Autor, 2008

Paralelo a tudo isso, minha atividade profissional como Arquiteto e Urbanista estava cada vez mais ligada aos trabalhos vinculados ao Patrimônio Cultural, sendo que, em 2019, fui contratado pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, para a elaboração do Processo de Tombamento do Conjunto Paisagístico do Tabuleiro, uma vez que o poder público local via a necessidade de se criar um mecanismo de proteção legal para a ambiência do vilarejo. Foi

uma oportunidade ímpar de submergir no universo de Tabuleiro, que povoava minha cabeça desde os primórdios dos meus “descobrimientos” no Espinhaço Mineiro e que eu havia acessado apenas de modo pontual.

A pesquisa para Processo de Tombamento do Conjunto Paisagístico do Tabuleiro, com coleta de dados bibliográficos e pesquisa de campo, me elucidou uma outra perspectiva de proteção legal, fundamentando minha argumentação, naquele momento, nas bases da paisagem cultural. Foi o meu primeiro encontro com os conceitos, ainda rasos, sobre a paisagem, que posteriormente foram, e ainda são constantemente ampliados. Este viés proporcionou uma expansão dos meus interesses acerca da relação entre o indivíduo/ habitante e sua conexão com o lugar, e a formação das paisagens, me levando de volta aos encontros com os moradores incrustados nos vales das serras do Espinhaço Mineiro. As investigações apontaram para uma ligação afetiva, histórica, social, espiritual e econômica dos habitantes locais com o ambiente habitado por eles. As associações acima provocaram uma percepção, um entendimento que, para além de uma só comunidade, a vida dos habitantes da serra, tanto do Tabuleiro, quanto de assentamentos vizinhos, como Lapinha da Serra, Cubas, Rio Preto e outros, estavam interligadas e conectadas ao longo de suas histórias e que estas vivências moldavam as paisagens.

Nas narrativas que me foram apresentadas, destacaram-se aos meus ouvidos as interrelações, mediadas através da Estrada do Salto (via secundária de ligação entre as vilas), entre os habitantes de Tabuleiro e Cubas, historicamente parceiros na lida com as lavouras, na relação com as tropas de cargueiros e na recriação de suas festas religiosas tradicionais. Apesar de origens distintas, uma vinculada à ocupação de terras cultiváveis às margens do Ribeirão do Campo e do Rio Preto (Tabuleiro) e outra atrelada a uma antiga fazenda dotada de forja de ferro (Cubas), ambas se estabelecem, primitivamente, ainda no século XIX e ao longo de sua existência mantiveram contatos e afetividades, que perduram até os dias atuais.

Ao estreitar minhas percepções quanto a estes vínculos, ficou claro que as localidades viviam momentos distintos, no que diz respeito à inserção de novos atores, culturais, econômicos e políticos, advindos da crescente atividade turística que reverbera sobre estes territórios e conseqüentemente sobre as paisagens locais, reorganizando o espaço, as relações e os modos de vida.

Por fim, o trabalho foi concluído, entretanto o Processo de Tombamento do Conjunto Paisagístico do Tabuleiro não seguiu em frente, sendo paralisado pelo poder público local, não vinculando ao local qualquer acautelamento legal, no que diz respeito ao Patrimônio Cultural, conforme pretendido inicialmente.

Nesta mesma época, vale rememorar, já buscava meu retorno ao berço acadêmico, buscando disciplinas isoladas, em programas de pós-graduação, que contribuíssem na compreensão conceitual das paisagens. Busquei áreas de conhecimento favoráveis aos meus anseios e inquietações e, a partir de discussões em sala de aula, e percepções internas, optei por levar meus debates para o campo da Geografia. Na ampliação das minhas concepções de paisagem, vi a necessidade de se discutir a apropriação do espaço geográfico, tendo como pressuposto que este estuda a complexa interação entre os elementos naturais e os elementos humanos, substratos da formação da paisagem.

Dito isso, o contato mais profundo com o Tabuleiro e Cubas, gerou curiosidades e questões, que me fizeram perguntar como estas populações, com histórias e vivências tão atreladas ao longo do tempo, percebiam, operavam e moldavam, conjuntamente, a paisagem daquele lugar, tornando o ambiente natural e construído uma rede de significados profundamente ligadas aos modos de vida e as relações sociais daquelas pessoas.

E mais, como estas lidavam, cada uma a seu modo, e cada uma a seu tempo, com a novas introjeções culturais, políticas e econômicas se projetam sobre as comunidades, remodelando as paisagens. Motivado pela percepção acima, com base em minhas investigações iniciais, acendeu a centelha, a matriz geracional da presente dissertação que mergulha na investigação da formação e nas transformações da paisagem na região do Tabuleiro e Cubas.

2. INTRODUÇÃO

Montanhas, vales de rios caudalosos, serras escarpadas, campos rupestres, resquícios de matas tropicais e picos que se lançam ao céu. Entremeados a este cenário, caminhos, marcas, objetos e uma malha de significados e símbolos que constituem a existência do povo que habita os sopés das serras e as terras altas do Espinhaço Mineiro.

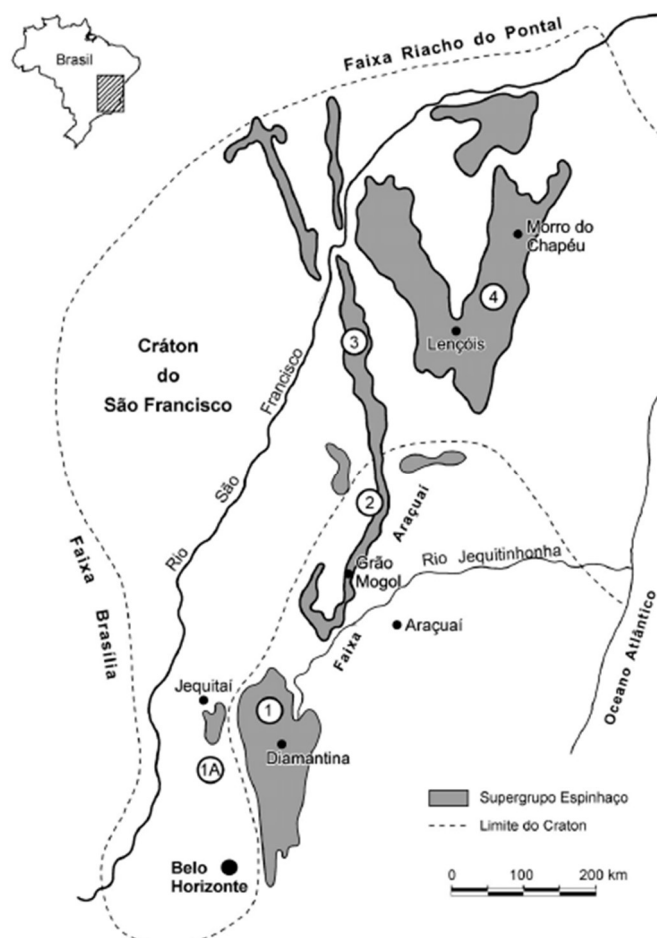


Figura 02: Mapa com a distribuição geográfica da Cadeia do Espinhaço, sendo: 1 - Espinhaço Meridional, 2 – Espinhaço Central, 3 – Espinhaço Setentrional e 4- Chapada Diamantina. Fonte: <https://rogeriomucuge.wordpress.com/2011/12/12/chapada-diamantina-localizacao/>, acessado em 21/02/2024.

Lapidado ao longo de milênios, a cordilheira brasileira do Espinhaço, denominada por Wilhelm Ludwig von Eschwege no século XIX, devido à semelhança da cadeia de montanhas com uma espinha dorsal que cortava o interior do Brasil de Sul a Norte, abriga grande diversidade biológica, com alto grau de endemismos, além de concentrar as maiores formações de Campos Rupestres quartzíticos e ferruginosos do Brasil (BRAGA, GONTIJO, MORAIS, MUCIDA, 2021). Brotando em Minas Gerais, na região de Ouro Preto, Ouro Branco, passando por Mariana, Catas Altas, Santa Barbara, Barão de Cocais e Caeté

(Quadrilátero Ferrífero), seguindo pelos territórios de Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, Gouveia, Datas, Serro, Diamantina e, estendendo-se ainda ao Norte de Minas, região de Rio Pardo de Minas, Serranópolis, Porteirinha e Mato Verde, conforma-se o Espinhaço Mineiro, que pode ser subdividido em Meridional, Central e Setentrional. Ao Norte, após uma depressão, a montanha ergue-se novamente no estado da Bahia, na região da Chapada Diamantina, caracterizando o Espinhaço Baiano, também de diversidade ímpar (Figura 02).

O Espinhaço também é importante divisor hidrográfico brasileiro (Figura 03), tendo à oeste a bacia do Rio São Francisco (Região Hidrográfica do São Francisco), e à leste as bacias do Rio Doce e Jequitinhonha (Região Hidrográfica Atlântico Sudeste). A cadeia montanhosa é ainda região ecótono dos biomas de Cerrado, ao ocidente e Mata Atlântica, ao oriente (Figura 04), tendo campos de altitude e matas de galeria, com altitudes médias de 1.200m, culminando no Pico do Sol (Santuário do Caraça), com 2.070m (IEF/ MG, 2016).

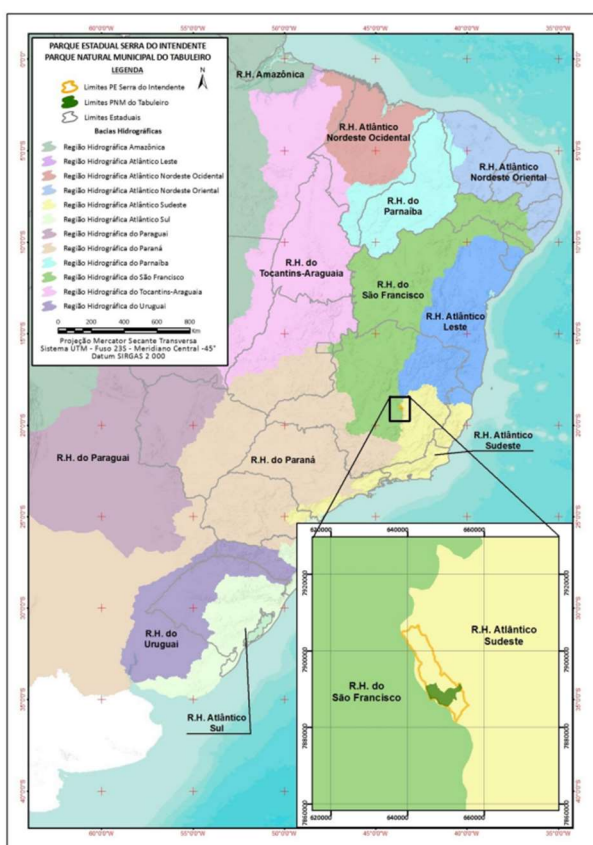


Figura 03: Mapa com delimitação das bacias hidrográficas brasileiras em relação ao PESI e PNMT. Fonte: IEF/ MG, 2016. p. 71

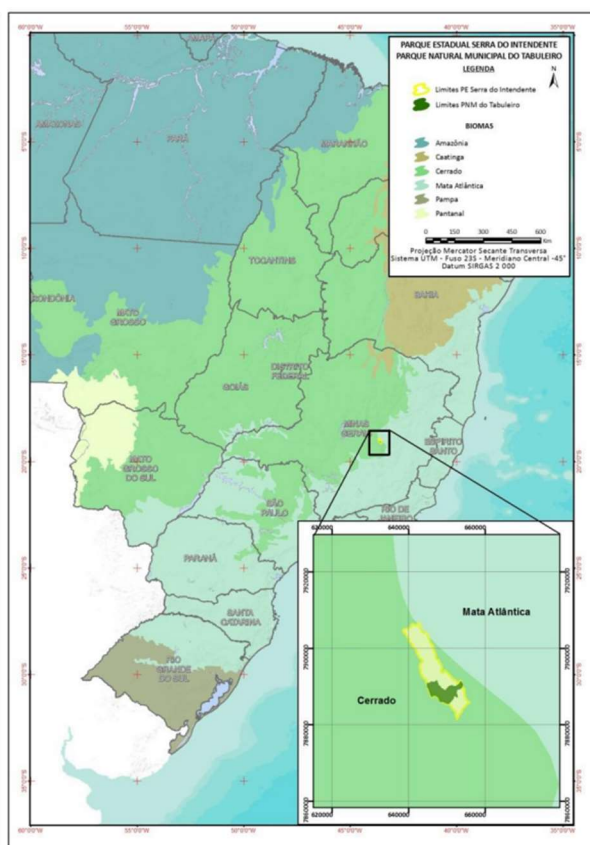


Figura 04: Mapa com delimitação dos biomas brasileiros em relação ao PESI e PNMT. Fonte: IEF/ MG, 2016. p. 67

Tal especificidade do Espinhaço fez com que a cordilheira fosse reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em 2005 (fase 01), com ampliação em 2019 (fase 02)², como Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço – RBSE. A região é palco de grande quantidade de Unidades de Conservação - UCs, nas esferas federal, estadual e municipal, sejam de proteção integral ou uso sustentável (Figura 05), constituindo um complexo mosaico de proteção da biodiversidade (BRAGA, GONTIJO, MORAIS, MUCIDA, 2021).

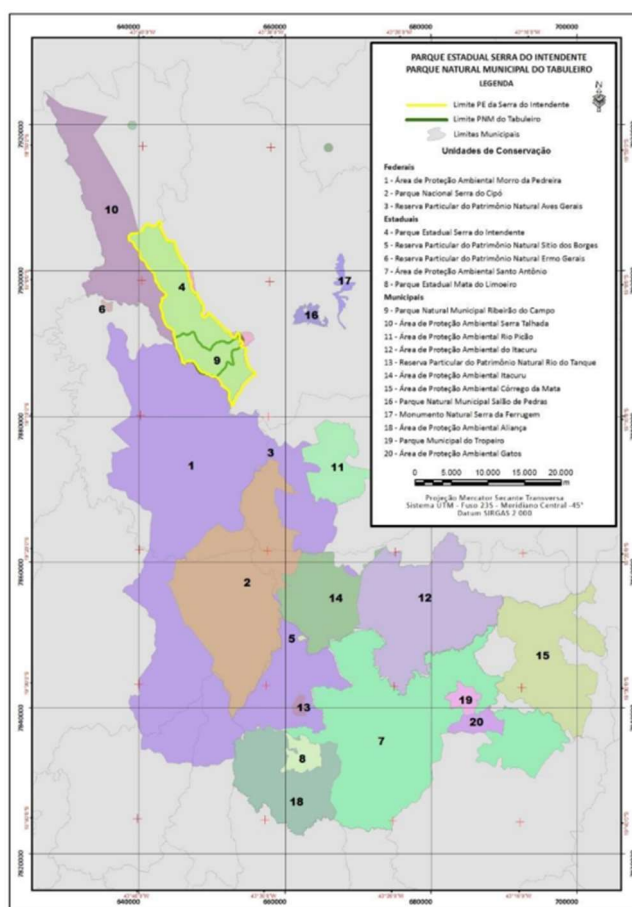


Figura 05: Mapa com delimitação das UCs no entorno do PNMT e PESI (direita). Fonte: IEF/ MG, 2016. p. 83

Para além da excepcional biodiversidade, de trato delicado, estes territórios foram ocupados, sucessivamente, ao longo de mais de 12.000 anos Antes do Presente - AP por homínídeos, ameríndios, europeus, negros e mestiços (GONTIJO, 2003). São diversos os indícios da

² A segunda fase de reconhecimento da RBSE, em Minas Gerais, compreende 172 municípios, perfazendo uma área de 10.218.895,20 hectares, compreendendo aspectos biogeográficos, das regiões do Quadrilátero Ferrífero e da Serra do Espinhaço propriamente dita. A relação biogeográfica e histórica pode ser vista nos eixos de ocupação, sobretudo, nos aspectos intrínsecos que deram origem à Estrada Real, eixo este integrado com a história de Minas Gerais, passando por cidades históricas únicas, como Ouro preto e Diamantina. Fonte: <https://reservasdabiosfera.org.br/reserva/rb-serra-do-espinhaco/>, acessado em 20/02/2024.

presença humana no período pré-histórico e histórico, sendo ainda hoje encontrados, e estudados, vestígios e sítios arqueológicos; caminhos e rotas milenares; povoados, vilas e cidades; o que demonstra uma constante operação humana sobre e com a natureza. Paisagens³ foram moldadas e transformadas, tanto pelas ações naturais, quanto pela cultura, podendo ser percebidas, lidas e interpretadas.

A partir de um olhar atento, tais Paisagens revelam habitantes e modos de se operar e relacionar com a natureza, revelando um entrelaçamento de linhas de vida, atadas por diversos e múltiplos nós, que se descortina, num espaço fluído, diante dos olhos (INGOLD, 2015). Tal emaranhado marca, no espaço e no tempo, testemunhos da história, da cultura, dos modos de viver e das relações sociais, no qual processos de produção do espaço e reprodução social constituíram objetos e saberes que se integram ao ambiente. Aqui, as relações entre o ser, o existir e a Terra⁴ ao redor parecem ser definidores da vida e da relação com, e entre a natureza.

Encravados na base da Serra do Intendente, na porção Meridional Oriental do Espinhaço, mais precisamente nas proximidades de Conceição do Mato Dentro/ MG, formaram-se, ainda no século XIX, vinculadas à ocupação colonial da região do “Mato Dentro⁵”, duas comunidades próximas, Tabuleiro e Cubas, marcadas pela constante e indissociável interação entre o ser/ viver e o ambiente natural. O devir introjetou nestas Paisagens símbolos, significados e modos de viver atrelados às tradições, expressões e objetos culturais que são operadas pela comunidade humana. Este microcosmo, evidenciado em Tabuleiro e Cubas, é ilustrativo dos caminhos e rumos adotados pela sociedade e pelos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência de condicionantes e oportunidades físicas apresentadas pelo seu ambiente natural, e de sucessivas forças sociais, econômicas e culturais.

Apesar de distintas e com dinâmicas próprias, os povoados de Tabuleiro e Cubas, além de ligados pela sinuosa e acidentada Estrada do Salto, também estão conectados por afetividades sociais, atreladas ao trabalho com a Terra, a percepção e conhecimento do ambiente que os conforma, a religiosidade e a cultura, sendo possível detectar a indissociabilidade entre os

³ Ao longo no nosso texto, trataremos o termo Paisagem em maiúsculo, devido a sua capacidade em retratar a totalidade do ser humano e suas ligações existências com a Terra. (DADEL, 2015)

⁴ Em nosso texto, o termo Terra em maiúsculo vai nos remeter ao meio, ao ambiente circundante, ao local em que a vida acontece de fato e que é alvo de afeto e conexão com o Ser.

⁵ Expressão derivada do termo indígena tupi Kaa-eté, em português Caeté, que denomina Mata Virgem

seres que habitam os lugares e os lugares que os definem. Desde a formação primitiva dos povoados, as relações socio-territoriais se confundem e se mesclam, criando uma amálgama cultural indissociável do meio ao qual estão inseridas, e que ainda hoje são reproduzidas pelos locais.

Mantidos em relativo isolamento, devido à decadência econômica ocasionada pela escassez das minas coloniais, e à precariedade de acessos, os povoados de Tabuleiro e Cubas mantiveram seus modos de vida e Paisagens praticamente cristalizados, até o final do século XX, quando as primeiras estradas de rodagem para os povoados foram abertas. A partir daí, a região foi “redescoberta” por cidadãos contemporâneos em busca de novas experiências calcadas no vasto patrimônio natural e cultural que compreendem a região, tendo como principal objetivo, para os forasteiros, a busca pela Cachoeira do Tabuleiro, com 273m de altura, queda d’água mais alta de Minas Gerais e a terceira maior do Brasil.

A partir da “redescoberta”, novos sujeitos e novas forças, públicas e privadas, se impuseram sobre os lugares, imputando novas dinâmicas socioespaciais e de manejo da natureza, culminando na criação de duas UCs sobrepostas, o Parque Natural Municipal do Tabuleiro - PNMT, em 1998, e o Parque Estadual da Serra do Intendente - PESI, em 2007, e que hoje são vizinhas e limítrofes aos povoados em questão.

O estabelecimento, operação e divulgação das UCs pelo poder público, e o conseqüente uso público das UCs, devido aos seus atrativos naturais de beleza cênica ímpar, configurados por cursos d’água, cachoeiras, cânions, picos e trilhas de curto, médio e longo curso, acabaram por atrair cada vez mais turistas e adventícios que passaram a interagir, conjuntamente às comunidades locais, na operação e reconfiguração das Paisagens locais, cujas dinâmicas de reorganização paisagísticas, em cada um dos povoados, podem ser lidas como distintas.

O povoado do Tabuleiro, no qual está implantado o principal acesso ao PNMT e PESI, sede administrativa e seu principal atrativo natural, a Cachoeira do Tabuleiro, vive, na última década, um processo acelerado de transformações, com recente pavimentação e facilitação do acesso rodoviário, crescimento urbano desordenado, sobrecarga da infraestrutura disponível, especulação imobiliária e diversos rearranjos paisagísticos, espaciais e sociais.

Já a comunidade de Cubas e a região lindeira à Estrada do Salto, suporta um processo de transformação mais lento, mas também perceptível. Devido a sua localização geográfica, mais isolada da sede do PNMT e dos principais atrativos naturais divulgados pelas UCs, somado à sua baixa concentração populacional, caracterizada, em Cubas, na Família Assis, e na região da Estrada do Salto por fazendas e sítios esparsados, as Paisagens tendem a alterar-se mais gradativamente diante do mesmo fenômeno da “redescoberta”. Entretanto, com a recente inserção de uma nova portaria do PNMT na região do Salto, que leva à parte alta da Cachoeira do Tabuleiro, a melhoria dos acessos de veículos e a divulgação dos atrativos naturais da região, através da implementação de projetos turísticos de base comunitária providos pela gestão do PESI, as comunidades tem percebido um aumento no fluxo de visitantes e de forasteiros interessados na aquisição de terras na região, o que já exerce uma diferente pressão sobre o território.

Em nossa proposta de análise, que tem foco analítico nas transformações das Paisagens em Tabuleiro e Cubas, o ponto fulcral é o dinamismo da vida, a vivacidade dos povos, as relações sociais e as ligações com o meio no qual a vida acontece de fato, sendo tais fatores constituintes das Paisagens, produzidos pelas culturas, que ali se apresentam e se retroalimentam. Os sistemas culturais estruturam e organizam a interação das pessoas, as atividades cotidianas e os modos de vida, e é a partir da produção cultural no sítio que se transformam espaços físicos em espaços repletos de sentido para os que habitam os lugares. Entretanto, tais significados são mutáveis entre comunidades e gerações que já se entremearam nestes lugares, marcando no tempo e no espaço, registros que servem como texto histórico e documental. A Paisagem torna-se uma arena de processos culturais que pode ser utilizada para marcar e recriar identidades socioculturais, cuja memória social e a remodelação física do ambiente atestam e afirmam as malhas de simbologias e significados (KORMIKIARI, 2000).

Para a leitura e interpretação da Paisagem em Tabuleiro e Cubas, cujas mudanças, em diferentes escalas, foram intensificadas nas últimas duas décadas, nós apoiamos na narrativa em que a Paisagem pode ser tratada como uma leitura mais ordinária da vida humana, nas diversas linhas de vida, repletas de subjetividades, que se emaranharam, estabeleceram conexões e deixaram marcas, ideias e visões de mundo, que se descortinam na Paisagem (CHACHAM, 2003). As relações entre o ser e o espaço são fundamentais para uma possível

compreensão das interações entre homem e natureza, apoiando-se nas representações culturais que formam os lugares e as comunidades.

Em suma, o objetivo central de nossa pesquisa é jogar luz sobre as implicações que a inserção de novas forças sociais, culturais e econômicas, trazidas pela passagem do tempo e por pontos de inflexão na linha temporal, se desdobram e reverberam sobre as Paisagens locais.

Diante do cenário exposto acima, o presente trabalho “Os Ecos nas Paisagens: O caso dos povoados de Tabuleiro e Cubas, em Conceição do Mato Dentro/ MG”, traz como pressuposto que a partir da “redescoberta” turística, a impulsão dada pela inserção do PNMT e do PESI, e os consequentes embates de forças provenientes deste ato, as Paisagens são reconfiguradas, reverberando diretamente sobre os modos de vida/ tradições das comunidades que se estabeleceram preteritamente na região.

Além dos esforços de preservação e conservação da biodiversidade e do acervo cultural, calcados em instrumentos de proteção como as próprias UCs, processos de acautelamento do Patrimônio Cultural, estudos sociais e espaciais diversos, notamos que os bens naturais, culturais, e as próprias Paisagens, são apreendidas por outros agentes, gerando uma constante e severa pressão, cada vez mais intensas, de urbanização desordenada, desequilíbrios socioambientais e risco iminente do poder econômico sobrepujar as comunidades depositárias, marginalizando as mesmas, gerando desdobramentos que podem afetar, transmutar e até mesmo levar ao desaparecimento as bases existenciais para tais comunidades.

Em busca de outros trabalhos que versam sobre o nosso objeto de pesquisa, identificamos estudos diversos que discutem sobre percepção, Paisagem, modos de vida, natureza e cultura, inclusive com trabalhos específicos sobre a região, como no caso de Corrêa (2020), Santana (2019), Oliveira (2016) e Kutchenski (2006). Os estudos elencados, cada um a seu modo, trazem ricos e apurados dados e análises sobre parte do recorte proposto no presente trabalho. O trabalho de Corrêa (2020) busca demonstrar a Paisagem Cultural do distrito de Tabuleiro e trazer à tona as disputas em torno da questão ambiental e política; já Santana (2019) foca, especificamente, nas transformações ocorridas em uma comunidade rural com o advento do turismo, tendo como estudo de caso o povoado de Tabuleiro; Oliveira (2016) busca refletir acerca das modificações sentidas, principalmente pelos moradores do PNMT após a criação

da UC, e por último, Kutchenski (2006) traz reflexões sobre novos entendimentos sobre o trato, planejamento e gestão da Paisagem, também com estudo empírico sobre o Tabuleiro.

Nas pesquisas assinaladas, notamos que a relação entre as Paisagens e os modos de vida da população local não é trazido à tona, conforme pretendemos. Assim, nossa pesquisa procura apurar como as comunidades locais de Tabuleiro e Cubas, que operaram por anos a fio aquela Paisagem, e a ela pertencem, percebem os rearranjos que a Paisagem vem passando nos últimos anos, uma vez que novos atores socioculturais, institucionais e políticos estão inseridos neste contexto, reverberando sobre as relações e os modos de se operar a natureza e construir Paisagem, e quais são as implicações de tais reconfigurações ao seu modo de vida e ao seu vínculo com a Terra.

A Paisagem de Tabuleiro e Cubas não foi, e não é construída apenas por uma rede de objetos e morfologias que se apresentam no espaço. Ambos os lugares foram construídos por sociedades que dotaram aqueles espaços, naturais ou construídos, de significados, sendo a Paisagem uma construção da cultura que operou, e ainda opera, aquele ambiente.

2.1. Estratégia metodológica e estrutura do trabalho

O desenvolvimento de nossa pesquisa ancorar-se em uma estruturação e análise das Paisagens em Tabuleiro e Cubas a partir da formação dos povoados e o estabelecimento de suas redes afetivas de entrelaçamento, vivência e interdependência com o meio natural, no qual o enraizamento com os lugares cria uma espécie de fundação da realidade geográfica desta gente. (DARDEL, 2015).

Nossa perspectiva de pesquisa é qualitativa, e as investigações sobre as Paisagens de Tabuleiro e Cubas, moldadas pela constante interação entre seres, natureza e cultura, imperativamente perpassarão pelas narrativas que serão trazidas por sujeitos chaves que habitam aquele ambiente, e que por anos estabeleceram vínculos, afetividades, entrelaçamentos e modos de se relacionar com a natureza.

Para tal, foram necessárias imersões e observações, por parte do pesquisador, em ambos os povoados e comunidades que são nossos objetos investigação, tendo como foco principal a coleta de dados empíricos para compreender e analisar os valores, símbolos e significados

introjetados nas Paisagens, a partir das narrativas trazidas pelos habitantes tradicionais de Tabuleiro e Cubas.

Na busca dos dados empíricos, foram planejadas, e executadas, atividades de campo em dois momentos, nas quais tencionou-se identificar os vínculos afetivos entre os povoados e seus habitantes, e como estas, conjuntamente, conformaram e moldaram Paisagens contínuas e interligadas, que foram a chave de leitura e interpretação dos modos de vida e relação com meio que ali se estabeleceram e que, ainda hoje, são reproduzidas, de algum modo, pelos locais.

Para dar subsídio as análises, buscou-se inicialmente, com base na bibliografia disponível, tal como os relatos dos viajantes do século XIX, fontes historiográficas e estudos afins sobre a região, reestabelecer o contexto de ocupação, a partir do período colonial, na região de Conceição do Mato Dentro/ MG e a conformação de suas Paisagens, o que, por consequência, leva à constituição dos povoados que são o ponto fulcral de nossos estudos.

Para complementar os dados provenientes das fontes bibliográficas pesquisadas para compreensão da construção das Paisagens em Tabuleiro e Cubas, foi lançado mão da coleta de relatos locais sobre a história local e a memória de membros da comunidade.

Anteriormente a esta pesquisa, frisa-se que o pesquisador já mantinha contato com 04 pessoas, Antônio Utsch e Alexandre Assis (região de Cubas) e Júlio Lima e Gisele Costa (região de Tabuleiro e Rio Preto), desde 2019, na ocasião do levantamento de dados para o processo de tombamento. Tais sujeitos tem vínculos geracionais com as localidades e foram essas pessoas os norteadores e responsáveis por introduzir o pesquisador nas comunidades. É importante rememorar que, ainda em 2019, o pesquisador teve a oportunidade de vivenciar dois momentos da produção local de alimentos, em trabalho coletiva, sendo uma delas envolvendo as comunidades de Tabuleiro e Cubas, trabalhando em conjunto para a feitura de doces e quitutes para a Festa do Divino, principal celebração religiosa de Cubas, e também o acompanhamento da rotina da produção da Farinha de Mandioca, junto a uma família do Rio Preto.

Antecedendo as visitas de campo, que ocorreram no mês de maio de 2022, e novamente em agosto de 2023, o pesquisador inquiriu os contatos citados acima com foco em relatos sobre a

ocupação de Tabuleiro e Cubas, como também na investigação de figuras-chaves a serem buscadas em campo. Foi ainda levantado, previamente, uma rede de contatos institucionais, junto ao Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF/ MG e à Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro - PMCMD, que auxiliaram na identificação de atores relevantes a serem abordados. Assim, foram identificados, as seguintes figuras-chaves:

Conceição do Mato Dentro:

- Marcos Santos (gestor do PESI);
- Mariana Utsch (servidora da PMCMD)

Cubas:

- Geraldo e Geralda; e descendentes do casal, os filhos Alexandre, Eduardo e Osvaldo; e nora Ramonia (esposa Osvaldo), membros da família Assis e da família Cassimiro Costa (moradores locais);
- Antônio Utsch (descendente da família Utsch, que ocupou a Fazenda Cubas no século XIX);
- Zé do Zeca e Ercília (moradores da Estrada do Salto);

Tabuleiro:

- Júlio Lima (natural do Tabuleiro)
- Helena Chaves (descendente da possível fundadora do Tabuleiro);
- José Ferreira (morador do Tabuleiro);
- Geraldo e Zelia Oliveira, e a descendente do casal, a filha Zilda (moradores de Tabuleiro)
- Cristiano (presidente da Associação Comunitária dos Amigos do Tabuleiro - ASCOTA e morador do Tabuleiro);
- Aline dos Santos Mendes e Cici (moradoras e comerciantes em Tabuleiro);
- Jésus e Neuza (moradores e comerciantes em Tabuleiro)
- Gisele e Jandira Costa, da Família do Crido (moradores da região do Rio Preto);
- Junia Gracieli da Silva (atual gestora do PNMT e natural do Tabuleiro)
- Daniel Silva Cruz, Lilian Ferreira, Evandro Silva Cruz e Marciana Nascimento Oliveira (servidores do PNMT e moradores do Tabuleiro)

De posse de uma listagem de pessoas a serem buscadas, e que poderiam contribuir com a investigação, entre os dias 06 e 09 de maio de 2022 foi realizado um primeiro levantamento de campo, nas localidades de Tabuleiro e Cubas.

Em Cubas, estive com os membros da Família Assis, Sr. Geraldo e Sra. Geralda e seus filhos Alexandre e Eduardo, residentes do povoado desde meados do século XX e descendentes de quilombolas. Os contatos com Antônio Utsch foram realizados por telefone, uma vez que este reside em Belo Horizonte/ MG, indo à região de Cubas esporadicamente. Em Tabuleiro tive a oportunidade de dialogar com a Sra. Helena Chaves, o Sr. José Ferreira, Cristiano (presidente da ASCOTA) e Júlio Lima. De volta à Conceição do Mato Dentro, entrevistei Marcos Santos e Mariana Utsch, que auxiliam na expansão da rede de potenciais entrevistados.

Num segundo momento, entre os dias 28/08 e 01/09 de 2023, retornei ao campo para novas investigações. Desta vez iniciando por Tabuleiro, tive uma agradável manhã com o casal Sr. Geraldo e Sra. Zelia Oliveira. Posteriormente, segui ao PNMT, para diálogos com os servidores Daniel Cruz, Lilian Ferreira, Evandro Cruz e Marciana Oliveira, além da gestora da UC, Júnia Silva. No dia seguinte, me ative novamente ao Tabuleiro, dialogando com Jesus e Dona Neuza, Aline Mendes e Cici, e também na região do Rio Preto, pertencente ao Tabuleiro, com interlocuções com Gisele e Jandira Costa, descendentes de um dos precursores da ocupação local. Na manhã seguinte optei por seguir a pé, pela tradicional Estrada do Salto, passando pela casa do Sr. Zé do Zeca e sua esposa, Sra. Ercília, que me receberam em sua cozinha com fogão a lenha. Após a visita, continuei pela Estrada do Salto até chegar na vila de Cubas, sendo recebido pelo casal Ramonia e Osvaldo, pertencentes à família Assis. A noite, após profícuos debates com membros da Família Assis, pernoitei na simples hospedaria construída recentemente pela família anfitriã. Na manhã seguinte, novamente pela Estrada do Salto, retornei ao Tabuleiro, encerrando minhas atividades de campo.

Em ambas as visitas de campo, lançamos mão de uma conversa informal, mas semiestruturada, no qual foram levantadas informações sobre as origens dos povoados e as relações sociais, econômicas, afetivas e religiosas entre os povoados e o ambiente, o que nos possibilitou compreender a construção da Paisagem a qual analisaremos ao longo desta dissertação. Para além, foram percebidas nas entrelinhas das entrevistas, a malha de significados, e de vidas interconectadas, que dão sentido àquela Paisagem e que constituem as

comunidades alvo de nosso estudo. Neste ponto, as perguntas que nos norteavam eram: O que estas Paisagens, constituídas no espaço-tempo, representam para a população que ali habita? Como estes povos moldaram e constituíram as Paisagens, e as relações com as mesmas?

Nas entrevistas semiestruturadas buscamos também compreender, através das falas trazidas por nossos interlocutores, como eles percebiam o fenômeno da “redescoberta” dos povoados a partir do final do século XX, quando as Paisagens de Tabuleiro e Cubas são avistadas por novos olhos e novas interpretações, trazendo outras dinâmicas socioespaciais e culturais, reconfigurando e ressignificando o ambiente. O que havia mudado? Como são percebidas, pela comunidade local, as reconfigurações das Paisagens?

Assim, os povoados de Tabuleiro e Cubas trazem na atualidade, a inserção de novos agentes socioculturais, econômicos e políticos, um rearranjo espacial que ressignifica as Paisagens. Estas novas forças, muitas vezes a serviço de poderes e interesses alheios à comunidade local, trazem novas visões de mundo que reverberam sobre a Paisagem, que ainda hoje é repleta de significados tradicionais. Estariam os vínculos entre os habitantes tradicionais, e a Terra que os conformou, sendo esgarçados? O que as Paisagens podem nos revelar?

De volta à minha “cabana na montanha”, juntamente com as minhas anotações e percepções de campo, e imerso naquela profusão de imagens, sensações e vivências, passei a estruturar o desenvolvimento do presente estudo, optando por trazer 3 momentos (capítulos) que versarão sobre nossas análises.

No primeiro ato, nomeado de *A Conceção das Paisagens em Tabuleiro e Cubas*, procuramos compreender a formação das Paisagens, ao longo do espaço-tempo, em nosso recorte de estudo, sendo abordado o processo histórico e social de constituição paisagística destes lugares. Será rememorado a ocupação histórica da região de Conceição do Mato Dentro, ente definidor das Paisagens em Tabuleiro e Cubas. Neste ato objetiva-se reconstruir a trajetória de assentamento dos povoados, estabelecendo suas bases culturais e históricas, calcadas nos relatos de atores chaves locais os quais mantivemos interlocuções, tendo como foco trazer à tona a dimensão espacial da existência de tais comunidades, suas inserções como seres no mundo, e suas relações com a Terra e natureza. Tais discussões estão mediadas por bases conceituais acerca das Paisagens, buscando estabelecer uma lente que permita a análise integrada dos aspectos naturais e humanos dos espaços geográficos, bem como a

compreensão das interações e transformações que moldam nosso recorte de investigação. Neste momento serão explorados como as Paisagens são moldadas e como as pessoas podem atribuir significados emocionais, culturais e simbólicos à elas, numa integração complexa entre elementos físicos, biológicos, culturais e humanos determinados por um espaço geográfico. Discutiremos as relações entre cultura e natureza, destacando como as práticas culturais e as representações simbólicas são enraizadas no espaço físico e moldadas por ele, buscando estabelecer as relações entre as pessoas e o ambiente em que vivem, bem como como essas relações influenciam a forma como as comunidades se organizam e desenvolvem ao longo do tempo.

No segundo ato, intitulado de *Paisagens Ressignificadas*, abordaremos a inserção da atividade turística nas comunidades, o consequente do processo de criação das UCs e suas consequências nos modos de vida da população para, enfim, apresentar a atual configuração das Paisagens em Tabuleiro e Cubas. Por fim, discutiremos como a inserção de novos sujeitos/ visões de mundo podem gerar conflitos e tensões que se estabelecem e ressignificam as Paisagens, implicações que reverberam sobre as Paisagens e vão refletir sobre os modos de vida local. Tencionamos, neste ponto, estabelecer um paralelo entre os dois povoados estudados, e as reconfigurações atuais das Paisagens, quando traremos à tona como cada povoado, e conseqüentemente seus habitantes, que vivem momentos distintos de reorganização espacial, estão percebendo as mudanças introjetadas no território, em com a Terra e com a Paisagem. Nossa estratégia é ter a Paisagem como chave de leitura e interpretação espacial, tendo como referência as narrativas elaboradas pela população que já mantinha relações com este meio, e que ainda habitam e fazem parte das Paisagens montanhosas desta parte do Espinhaço.

Por fim, no terceiro ato, *Amarrações*, conduziremos nossas considerações finais sobre como a inserção de novas forças políticas, sociais e econômicas, sobre um determinado espaço geográfico, podem reverberar sobre as Paisagens, transmutando o ambiente e sua organização espacial, indo de encontro ao modo de vida e relação das comunidades depositárias com o ambiente e possíveis caminhos para uma convergência pacífica.

3. A CONCEPÇÃO DAS PAISAGENS EM TABULEIRO E CUBAS

3.1. Os arranjos ambientais no entorno de Tabuleiro e Cubas

O entorno das vilas de Tabuleiro e Cubas, ambas implantadas ao sopé da Serra do Intendente, abrigam rica e exuberante fauna e flora, correspondendo a transição da Mata Atlântica para o Cerrado, com variedade de espécies endêmicas, rios, ribeirões, cachoeiras, lagos e formações rochosas colossais (IEF/ MG, 2016).

O território dos povoados de Tabuleiro e Cubas, além do arranjo socioespacial de seus povoados e localidades, é caracterizado pelo mosaico de UCs, conformados pelos PESI e PNMT, sendo que o perímetro do PESI compreende a área protegida pelo PMNT, tendo em suas bordas os povoados em estudo, além de outros assentamentos e núcleos rurais. A região apresenta elevado grau de endemismo por estar localizado em zona de transição entre os biomas Cerrado e Mata Atlântica, e ser uma área com abundância de nascentes e recursos hídricos.

A região, de acordo com o Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Brasileira (Figura 06) insere-se na classe “extremamente alta”. O mapa com as áreas prioritárias para conservação no estado de Minas Gerais (Figura 07) classifica a Serra do Espinhaço Meridional com importância biológica especial (IEF/ MG, 2016).

O PESI e PNMT estão inseridos, segundo o Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais (DRUMOND *et al*, 2005), na área Espinhaço Meridional (Área Nº 57), com importância biológica especial. Justifica-se a inclusão dessa área por ser um dos únicos locais de ocorrência das aves lenheiro-da-serra-do-cipó *Asthenes lujiae* e beija-flor-de-gravata-verde *Augastes scutatus*, além de ocorrerem outros endemismos de montanha do Sudeste do Brasil.

O Clima local é do tipo Tropical de Altitude (IEF/ MG, 2016) e com base no Mapa de Climas do Brasil, produzido pelo IBGE em 2002⁶, a região se destaca entre duas classes climáticas: Clima tropical Subquente e Tropical Mesotérmico Brando. A estação chuvosa compreende os meses de novembro, dezembro e janeiro, registrando pico no mês de dezembro (328 mm em

⁶ https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_clima.pdf, acessado em 11/11/2023.

média entre as duas estações). A estação seca, por sua vez, compreende os meses de maio a setembro, registrando aproximadamente 10 mm no mês mais seco (julho).

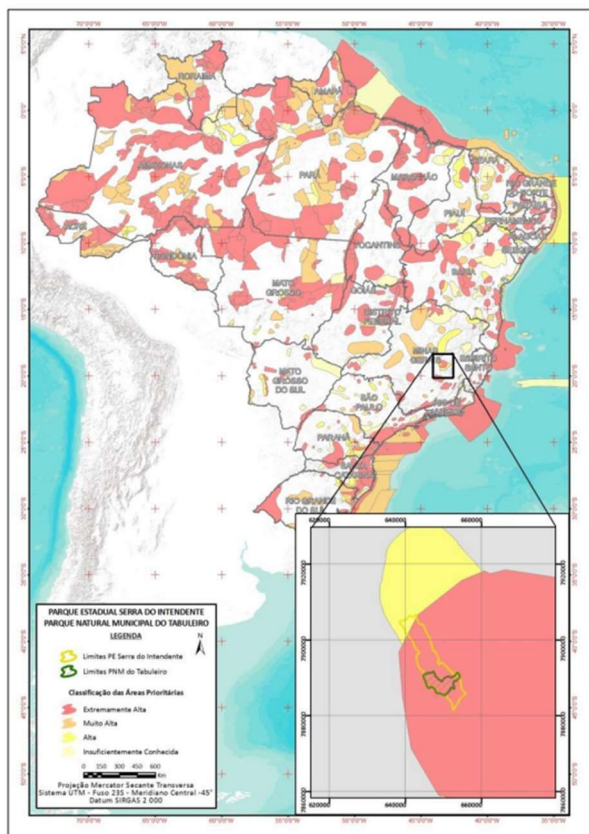


Figura 06: Mapa com localização das áreas prioritárias para conservação no Brasil em relação ao PESI e PNMT. Fonte: IEF/ MG, 2016. p. 73

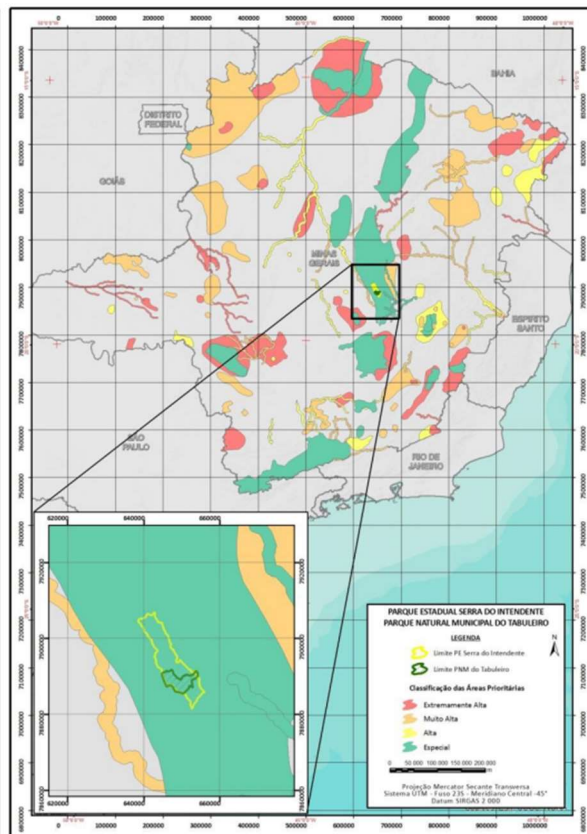


Figura 07: Mapa com localização das áreas prioritárias para conservação no Estado de Minas Gerais em relação ao PESI e PNMT. Fonte: IEF/ MG, 2016. p. 77

A geologia da região no qual estão implantados os povoados de Tabuleiro e Cubas está compreendida no domínio da Serra do Espinhaço, formada por rochas metassedimentares do período Pré-Cambriano (4,6 bilhões de anos a 530 milhões de anos), provenientes de depósitos continentais e marinhos. Este conjunto geológico se expressa na Paisagem através da Cordilheira do Espinhaço que se estende de Minas Gerais à Bahia, entre os limites 20 35'S e 11 11'S. O geossistema montanhoso do Espinhaço é um conjunto de cristas e superfícies que corresponde à faixa de 700 a 2200 metros de altitude, elaborado sobre rocha predominantemente quartzítica. Destaca-se a presença de diversas falhas, principalmente indiscriminadas, que são áreas que apresentam intenso gradiente altimétrico em um sistema de cânions, no qual passam os principais corpos hídricos da região. A alteração das rochas desde o Cretáceo deu origem aos solos hoje ocupados pelo Cerrado, Campos Rupestres e Matas de galerias. (IEF/ MG, 2016).

Sobre a geomorfologia, segue-se o padrão de relevo Domínio Montanhoso, subcategoria do Domínio das Unidades Denudacionais em Rochas Cristalinas ou Sedimentares. A região de Tabuleiro e Cubas estão localizados na borda leste do conjunto de terras altas da Serra do Espinhaço, com direção NNW-SSE, constituindo-se divisor de água entre as bacias do Rio Doce e São Francisco (IEF/ MG, 2016), conforme já citado anteriormente.

Os solos, predominantes, são do tipo Neossolo Litólico e em associação com os Afloramentos de Rochas dos patamares superiores da serra. Além desses, ocorrem em menor proporção os Cambissolos Háplicos e Latossolos Vermelhos, mais associações. (IEF/ MG, 2016).

A vegetação local (IEF/ MG, 2016) inclui mais de oito centenas de espécies vegetais, distribuídas em 122 famílias. A grande riqueza florística deve-se, principalmente, a heterogeneidade dos ambientes ali presentes, que incluem Floresta Estacional Semidecidual típicas da Mata Atlântica, em diversos estágios de regeneração; além de inúmeras tipologias campestres, como Campos Rupestres sobre Afloramento, Campos Graminosos Secos, Campos Úmidos e todas as fitofisionomias intermediárias. A maior diversidade de espécies está presente nos Campos Rupestres sobre Afloramento Rochoso, devido a sua característica peculiar de criar inúmeros micro habitats. A região apresenta endemismo de espécies relativamente alto (21 táxons), porém este número pode chegar a 196 táxons se forem incluídos os dados secundários. Dentre os 875 táxons encontrados, 46 estão presentes em alguma lista de flora ameaçada.

A fauna também merece destaque, com registros de animais como a Onça Pintada, a Onça Parda, a Jaguaritica, o Cachorro do Mato, o Tamanduá Mirim, o Veado Campeiro, o Lobo Guará, a Paca, o Quati, o Tatu Galinha e a Capivara. O Espinhaço é apontado como local no qual ocorrem vários endemismos, que o torna um laboratório da evolução dos anfíbios anuros no sudeste do Brasil. As altas terras do Espinhaço foram apontadas como de “Importância Biológica Especial”, a mais alta categoria de importância, para preservação das espécies de anfíbios e répteis do Estado de Minas Gerais. (IEF/ MG, 2016).

A comunidade de aves é constituída predominantemente por espécies raras, com ocorrência de poucas espécies mais comuns. Conforme o Plano de Manejo das UCs (IEF/ MG, 2016), foram detectadas 44 espécies de aves endêmicas, resultando em uma taxa de endemismo de

19% da avifauna registrada. Aponta-se que 65,5% das espécies endêmicas da Mata Atlântica foram registradas no PESI e PNMT enquanto 100% das aves endêmicas de Campos Rupestres foram catalogadas. Pelo menos onze espécies registradas no PESI apresentam padrão regional de migração de toda a população.

O Plano de Manejo das UCs (IEF/ MG, 2016), ainda nos informa que a comunidade de mamíferos registradas para a região das UCs é de 33 espécies terrestres de médio e grande porte, sendo 16 % endêmicos. A Ordem que obteve a maior representatividade dentre os mamíferos levantados em campo foi a dos carnívoros (39,4%), seguido dos roedores (21,2%). Adicionando os dados secundários oriundos dos estudos realizados em regiões limítrofes das UCs, o número total de mamíferos que potencialmente ocorrem nas UCs eleva-se para 106 espécies. Merece destaque o grande número de espécies de interesse cinegético encontradas, tanto para consumo de sua carne, quanto pelos supostos prejuízos que causam as criações domésticas.

A respeito da herpetofauna, segundo Plano de Manejo das UCs (IEF/ MG, 2016), foram registradas 18 espécies de anfíbios, sendo três endêmicas do Espinhaço Meridional (*Bokermannohyla nanuzae*, *B. saxicola* e *Thoropa megalympanum*); e 16 espécies de répteis, sendo 6 espécies de lagartos e 10 de serpentes.

Sobre a ictiofauna (IEF/ MG, 2016), foram registradas nas UCs 13 espécies de peixes, sendo que o maior número de indivíduos registrado foi para o lambari *Astyanax scabripinnis* e não foram capturadas espécies de peixes endêmicas, exóticas ou migradoras da bacia do rio Santo Antônio/Doce. Entretanto, há registros na área das UCs de espécies bio-indicadoras e ameaçadas de extinção. Merece destaque o registro da pirapitinga *Brycon opalinus*, classificada como criticamente ameaçada de extinção na lista estadual.

Enumeramos aqui, de maneira geral, os aspectos ambientais e ecológicos que definem a região no qual estão inseridos os povoados de Tabuleiro e Cubas. Trata-se de um território de trato delicado, com alto grau biodiversidade e endemismo, cujo interesse de conservação ambiental é alto, o que atrai diversos olhares e diferentes interesses sobre a região e as Paisagens aqui estudadas.

Para além, estes territórios foram ocupados por hominídeos, e posteriormente, por povos originários, seguidos de europeus, negros e mestiços que, ao longo do tempo, deixaram marcas e uma malha de significados no espaço produzido socialmente, laborando Paisagens que são testemunho ímpar de nossa evolução histórica, de nossa cultura, dos modos de viver e das relações sociais que se deram sobre essas Terras, o que é nosso foco de interesse.

Abaixo, após essa breve contextualização ambiental, iremos demonstrar como se deu a ocupação histórica do “Mato Dentro” e como as marcas destas ocupações foram deixadas nas Paisagens.

3.2. As possíveis Paisagens do Mato Dentro

Segundo Gontijo (2003), o Espinhaço Meridional (Figura 08) constitui, além de seu rico acervo natural, cultural e cênico, suporte para vestígios de ocupação humana que datam de 12.000 anos AP. Estes povos nômades primitivos ocupavam os altiplanos do Espinhaço Meridional como habitação, sítio cerimonial ou cemitério. Mais à frente, a cerca de 6.000 anos AP, estes povos primitivos passam a ter contato com tribos dos ancestrais dos índios americanos (paleoíndios), que gradativamente passam a dominar a região da Serra do Cipó. Não se descarta o intercruzamento entre os hominídeos primitivos e os paleoíndios, caracterizando uma protomestiçagem entre as populações, antecedendo a mestiçagem que aconteceria mais tarde com a chegada de europeus e africanos em terras brasileiras e mineiras.

Conforme dados trazidos por Gontijo (2003), estudos arqueológicos identificaram a presença de milho em uma fogueira datada de 3.000 anos AP, o que atesta indícios de agricultura pelos povos que habitavam a região. Tais povos indígenas, também passaram a ocupar o cerrado mineiro à oeste e as matas virgens à leste, estendendo-se até as regiões litorâneas.

Por volta do século XVI, quando a costa brasileira passa a ser ocupada por europeus, estima-se que, devido ao contato com doenças infecciosas, e/ou a expulsão do território, a população originária que aldeava o litoral desloca-se ao interior, buscando refúgio nas matas da bacia do Rio Doce, a leste do Espinhaço Meridional. Nesta fuga, os nativos abandonaram suas atividades agrícolas e a sua mobilidade, quando as práticas ancestrais de caça e coleta de alimentos foram reestabelecidas, passando a transitar, exclusivamente, nas regiões em que o Cerrado se encontra com a Mata Atlântica.

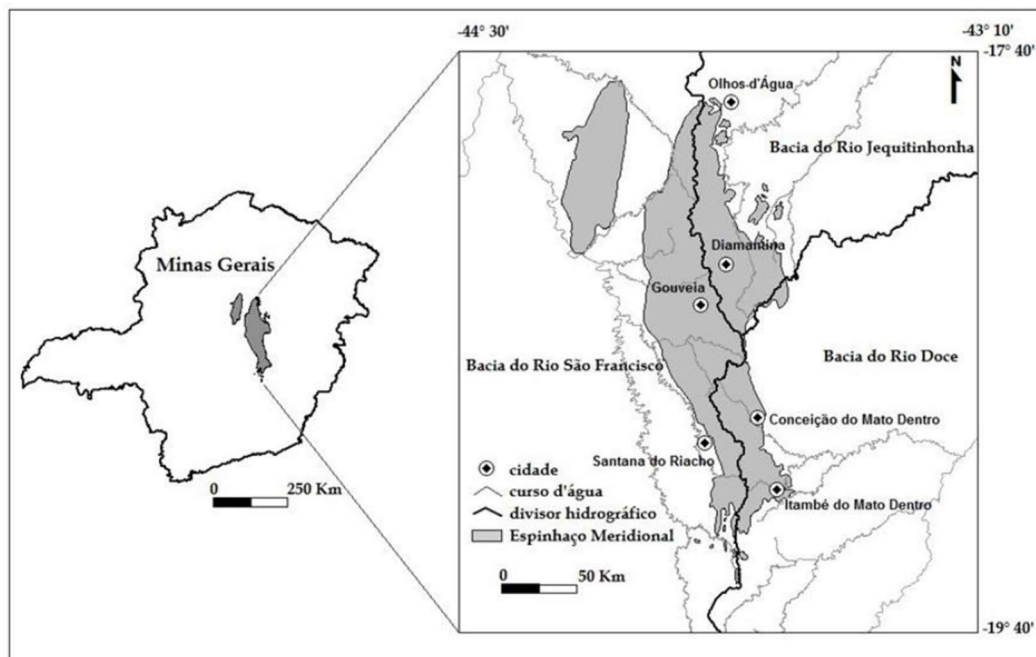


Figura 08: Mapa com a localização do Espinhaço Meridional. Fonte: BARRETO, OLIVEIRA, SALGADO, VARAJÃO, VARAJÃO, 2020, p. 18

Antes mesmo da exploração minerária na região do Espinhaço Meridional, antigas expedições percorreram o território com o intuito de fazer o reconhecimento das possíveis riquezas minerais e, principalmente, aprisionar e escravizar os povos originários que dominavam a área. A primeira expedição que percorreu a região foi chefiada por Fernandes Tourinho, procedente da Bahia, e aconteceu por volta de 1572. O trajeto percorreu o Rio Doce, até o rio Santo Antônio, passando pelo sertão de Minas Gerais, percorrendo as áreas em que atualmente localizam-se os municípios de Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro, Serro, Santo Antônio do Itambé e Itamarandiba, alcançando o rio Jequitinhonha e seguindo novamente para a Bahia (RESENDE, 2007; MORELO, 2013).

Segundo Furtado (2003), além de Fernandes Tourinho, outros viajantes estiveram em Minas Gerais durante o século XVI, na região que posteriormente deu origem à Comarca do Serro Frio dois séculos depois, como Antônio Dias (1574) e Marcos de Azevedo (1596), ambos com expedições procedentes do Espírito Santo. Ainda de acordo com a autora, nessa época foram descobertos os primeiros diamantes, mas somente no decorrer do século XVIII sua exploração foi efetivada, o que tornou a América Portuguesa uma importante produtora de diamantes.

Mais à frente, no final do século XVII, com a descoberta do ouro nos rios do Espinhaço Meridional, na região da atual Ouro Preto, inicia-se uma intensa ocupação da região por europeus, negros e mestiços. Neste período, a região das Minas Gerais, ainda desconhecida pelos colonizadores, era denominada nos mapas, ainda com escassas informações sobre o território, como *Brasilia barborum*, em alusão aos nativos que, acuados pelo avanço colonizador, ainda habitavam o interior do “Mato Dentro”.

As relações dos povos indígenas com o ambiente davam-se de forma anímica, sacralizada, e com forte ancestralidade, no qual o respeito ao chão que estes pisavam era essência da vida, busca de saúde, energia, tranquilidade e confiança. (KRENAK, 2000 apud GONTIJO, 2003) As montanhas do Espinhaço Meridional, e as matas que dominavam as Terras entre o litoral e o escarpamento rochoso, além de, naquele momento, ser refúgio para acuados indígenas, eram, outrora, zonas de caça, espaços para ritos sagrados e iniciação de guerreiros, locais para alimentação da alma e de comunicação com a herança cultural dos povos originários, tendo significados e simbologias complementarmente opostas quando comparado ao colonizador (GONTIJO, 2003). A inserção dos colonos, movidos pela cobiça e ávidos por riquezas minerais, iria transmutar as relações com o ambiente. Neste ponto, podemos dizer, tem-se a primeira inflexão na linha temporal, o que vai redefinir significados e simbologias, refletindo na conformação de novas Paisagens.

A descoberta do ouro na região de Ouro Preto intensifica as entradas e bandeiras em direção ao norte e, no início do século XVIII, os colonizadores seguem a exploração/ ocupação do Espinhaço Meridional, o que vai gerar vários núcleos populacionais na Bacia do Rio das Velhas, a oeste, e a leste, na Bacia do Rio Doce, podendo-se destacar aqui nosso objeto de estudo, a região de Conceição do Mato Dentro e, posteriormente, os povoados de Tabuleiro e Cubas.

Outra força motriz da ocupação do Espinhaço Meridional é a descoberta de diamantes, ainda no primeiro quartel do século XVIII, na região de Vila do Príncipe (atual Serro) e nos arredores do arraial do Tejuco (atual Diamantina). Em 1729, torna-se oficial a exploração dos diamantes, entretanto, a extração do mineral já ocorria sem grandes segredos desde 1714 e o avanço populacional era exponencial. Notadamente, em 1731, já existia, pelo menos, 03 caminhos “oficiais” que ligavam a região de Vila Rica (atual Ouro Preto) à região da Serra do Cipó, com destino ao arraial do Tejuco.

O primeiro (“Caminhos dos Curraes”) seguindo pela margem esquerda do rio das Velhas; o segundo (“Caminho de Dentro pelas Macaubas”) passando pela margem direita, seguindo da região de Santa Luzia até a altura do Riacho Fundo, de onde então galgava o “Serro do Frio” e ia em direção a Gouveia, já nas proximidades do Tejuco; e o terceiro, que veio a se constituir no “caminho para o Distrito Diamantino” (Santos, 2001: 101-114), partia de Villa Rica (Ouro Preto) e, via Santa Bárbara e Cocais, atingia a ponta meridional do Espinhaço e seguia margeando-o na sua vertente leste por “Matto Dentro” (Itambé do Mato Dentro), “Morro de Antônio Soares” (Morro do Pilar), “N. Sra. da Conceição” (Conceição do Mato Dentro) e Vila do Príncipe (Serro). Por essa época já estavam lançadas, então, as três principais rotas que passavam pela, ou próximo, à Serra do Cipó. (GONTIJO, 2003, p. 57).

Em relação aos registros que versam sobre a presença indígena na bacia do Rio Doce, os textos trazem menção aos “Botocudos⁷”, denominação generalista alcunhada pelos portugueses, no final do século XVIII, para todo e qualquer agrupamento indígena, que habitava a região. No período da colonização, tais agrupamentos indígenas, constituídos por povos do tronco linguístico Macro-Jê, ocupavam todo o litoral da Mata Atlântica, assim como as áreas mais centrais do interior, percorrendo, por exemplo, toda a bacia do rio Doce, sendo considerados pela Administração Colonial como obstáculo para a exploração do território. (MEUTRÁUX, 1946; PARAÍSO, 1998; SILVA, 2006; MORELO, 2013)

Em meio à extensiva ocupação do Espinhaço Meridional, os nativos, que habitavam o “Mato Dentro” eram constantemente enfrentados pelos desbravadores, criando forte resistência à nova perda de território e avanço da colônia. Diante do confronto com os nativos, em 13 de maio de 1808, D. João VI “declara guerra” aos indígenas, o que viria, após quase 03 décadas de embate, dizimar os aldeamentos da Bacia do Rio Doce, tal qual representado por Rugendas em 1820 (Figura 09). Somente em 1831 a Carta Régia foi abolida, quando grande parte desse grupo já estava controlado ou eliminado.

Conforme Rapini (2008, apud PADOAN, 2017), historicamente, o Espinhaço Meridional é reconhecido pela sua importância mineral durante o período colonial. Consequentemente, observou-se o surgimento de diversos vilarejos e distritos durante os ciclos do ouro e do diamante entre os séculos XVII e XIX, coincidindo, inclusive, com o surgimento de lugarejos e comunidades rurais, tais como os povoados de Tabuleiro e Cubas, conforme será abordado mais à frente.

⁷ O termo Botocudo refere-se aos botoques auriculares e labiais utilizados pelos nativos.

Ao final do século XVIII, a intensiva extração de ouro na região das minas leva ao esgotamento das jazidas, passando os aglomerados urbanos da região, dentre eles Conceição do Mato Dentro, a viver da agricultura, escambos e comércio entre as comunidades locais. Entretanto, a extração de diamantes na região de Vila do Príncipe e Arraial do Tejuco, norte do Espinhaço Meridional, estende-se até meados do século XIX, o que movimenta a economia da região, vilas e localidades, uma vez que viajantes, tropas e escoamentos oficiais e não oficiais, dos minerais extraídos, faziam dos aglomerados urbanos entrepostos de pouso e de abastecimento de mantimentos.



Figura 09. Combate com Índios, 1820. Johann Moritz Rugendas. Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendas_-_Guerillas.jpg, acessado em 15/10/2023.

Conforme Nogueira (2005, apud PADOAN, 2017), esse período é marcado não só pela sua importância minerária, mas também pelas 22 expedições exploratórias realizadas por naturalistas que percorreram a região descrevendo a organização da paisagem. Destaca-se, neste sentido, Langsdorff, Saint-Hilaire, Martius, Spix e seus respectivos trabalhos e contribuições no que se refere ao registro da vegetação brasileira e de suas Paisagens.

Com o fim do ciclo do diamante, em meados do século XIX, por consequência viu-se a decadência das cidades/ vilas que dependiam da atividade extrativista. Com isso, os aglomerados urbanos da região, dentre eles Conceição do Mato Dentro e seus povoados do entorno, entram em colapso econômico, ficando praticamente esquecidos e entregues ao seu

destino, o que podemos denominar aqui como o segundo ponto de inflexão na linha temporal, reorganizando as Paisagens locais.

Adentrando o século XX, com a mudança do eixo político/ administrativo em função da mudança da capital de Minas Gerais, de Ouro Preto para Belo Horizonte, um novo planejamento de viés republicano e progressista prevê a criação de troncos ferroviários na região da Serra do Cipó, inclusive ligando Ouro Preto a Diamantina, pela antiga Estrada Real (Caminho dos Diamantes), aberta entre os séculos XVIII e XIX, ou seja, passando por Conceição do Mato Dentro, o que não foi implantado. O mesmo acontece com o antigo “Caminho dos Curraes”, no vale do Rio Das Velhas, mas que também não tem maiores evoluções.

Mais tarde, com a construção da MG 10, no início do século XX, é que o escarpamento da Serra do Cipó, na altura de Cardeal Mota (atual distrito de Serra do Cipó), seria vencido, tirando do isolamento a cidade de Conceição do Mato Dentro e outras localidades da região, o que traria novas conformações para essas Paisagens, determinando o terceiro ponto de inflexão na linha temporal e nosso foco de análise.

3.3. De Nossa Senhora da Conceição à Conceição do Mato Dentro: As ressignificações da Paisagem

A partir do século XVIII, a região do “Mato Dentro, antes ocupada por nativos ameríndios (dizimados ainda na primeira metade do século XIX), que mantinham relações sacralizadas com a Terra em que pisavam, passa a ser ocupada pela colonização portuguesa, atrelada às entradas e bandeiras que percorriam o interior do Brasil em busca de riquezas minerais, o que ressignificou e transformou as Paisagens do “Mato Dentro”, vindo a estabelecer diversos aglomerados urbanos na região, dentre eles, o arraial de Nossa Senhora da Conceição (atual Conceição do Mato Dentro).

Como já referido no item anterior, o povoamento do sertão dos Cataguases ou “Sertão das Minas” está relacionado à atuação dos bandeirantes paulistas que, nos fins do século XVII, iniciaram expedições à procura de ouro e pedras preciosas e de nativos para o trabalho escravo na região de Ivituruí, nome dado pelos indígenas locais à região do Serro e que significa “montanhas frias”.

Por volta de 1704, partindo de Ivituruí e rumando para sul, uma bandeira chefiada por Gaspar Soares, Manoel Correa e Gabriel Ponce de Leon, todos provenientes de Piratininga, descobrem ouro no Ribeirão Santo Antônio, que mais tarde daria surgimento aos arraiais de Tapera e Córregos.

Depois de inúmeras lutas contra os indígenas, retiraram-se para a vertente da serra, onde, entre os penhascos da Ferrugem e os espigões do Campo Grande e Cotocori, localizaram as mais ricas lavras auríferas de toda a região nordeste da Capitania. Nas areias do minúsculo Cuiabá, Gabriel Ponce de Lion encontrou, de uma só bateada, cerca de 20 oitavas de ouro. Em pouco tempo o local estava coberto de cabanas. Por iniciativa daquele bandeirante, iniciou-se a construção de uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Outros aventureiros, ouvindo dos viajantes o relato das riquezas do Santo Antônio, invadiram a região, que passou a ser um novo Eldorado. (IEF/ MG, 2016, p. 172)

As lavras de ouro foram divididas entre os descobridores, que desenvolveram as atividades da mineração, agricultura e criação de gado, para posteriormente surgirem os primeiros sobrados e engenhos, dando novos significados àquela Paisagem (primeiro ponto de inflexão), até então operada pelos nativos. O fluxo de imigrantes era intenso, e as atividades extrativistas e de cultivo mantidas com mão de obra negra e indígena, ambas escravizadas pelos colonos.

O arraial cresce e desenvolve-se às margens do Rio Cuiabá. Com a abundância do mineral encontrado, rapidamente a vila se estabelece como um dos maiores aglomerados urbanos, tornando-se, mais tarde, referência para quem seguia o caminho oficial para o distrito Diamantino, no arraial do Tejuco. Em 1706, o Padre Manoel de Abreu consegue doações entre os abastados e laureados pela mineração, que viriam a financiar a construção da capela em louvor à padroeira dos povoadores, Nossa Senhora da Conceição. Em 1713, a sacristia e o altar se encontram concluídos.

A abundância do ouro, e os louros colhidos pelos mineradores, faziam surgir, ao longo do século XVIII, núcleos urbanizados, tal como o próprio arraial de Nossa Senhora da Conceição e as vilas de Tapera e Córregos, com igrejas, sobrados, comércios, edificações oficiais, todos interligados por caminhos acidentados, estreitos e serpenteantes em meio às montanhas. No entorno das aglomerações urbanas, as lavras de ouro, objeto da cobiça dos colonos, instalavam-se nos cursos d'água e nas encostas, onde valas eram abertas, águas represadas, barrancos escavados e cascalhos revirados. Nos interstícios não explorados pelos garimpeiros, fazendas produtoras de gêneros alimentícios se instalavam, mesmo que precariamente, e colhiam os dividendos do abastecimento da urbe que se dedicava ao metal precioso (CORREA, 2020).

Inicialmente, o arraial denominou-se Nossa Senhora da Conceição, devido a sua padroeira e orago da capela, sendo que em 24 de fevereiro de 1724, o arraial é elevado à categoria freguesia. Já em 1750, torna-se distrito de Vila do Príncipe e, em 1752, paróquia autônoma. Permaneceu como distrito de Serro até 1840, quando, através da Lei Provincial nº 171, é desmembrado do Serro, passando a denominar-se Conceição do Serro, cuja sede é elevada a cidade em 1851. Em 1943, através do Decreto estadual nº 1058, de 31 de dezembro do mesmo ano, a comarca, o termo e o município adotam o nome de Conceição do Mato Dentro (PMCMD/ MG, 2019).

No século XVIII, a economia do arraial de Nossa Senhora da Conceição, e adjacências, baseou-se na mineração do ouro. Entretanto, o esgotamento das lavras ao final do mesmo século, levou o aglomerado urbano à decadência, sendo imperativo a diversificação econômica local. Diante dos percalços, a região viveu um esvaziamento, e a população que permaneceu dedicou-se à pecuária extensiva e agricultura de subsistência. Gradualmente, a região consolida-se como entreposto comercial, cujos víveres eram transportados pelas tropas de mulas, os cargueiros, que percorriam o Espinhaço Meridional, ao longo do século XIX (segundo ponto de inflexão).

A necessidade de suprir os gêneros de subsistência e artigos de consumo fez com que se desenvolvesse um complexo sistema de transportes que desempenhava importante papel na economia mineira: era baseado em tropas de mulas, funcionando como uma pequena empresa, com trajetos pré-fixados, datas certas de chegada e partida e fretes tabelados. Este empreendimento favorecia que surgissem outros, como a produção de milho para alimentação das mulas e estabelecimento de ranchos para repouso, vias de comunicação que possibilitaram a articulação de diferentes regiões do país, interligando a região mineradora com os centros criatórios de gado de corte e muars de carga, localizados no sertão nordestino e nos campos do sul. Conceição do Mato Dentro, localizada em posição privilegiada, no acesso ao leste mineiro, e nas proximidades da estrada geral do norte (que ligava Serro e Diamantina a Ouro Preto, e daí ao Rio de Janeiro), adquiriu posição de um centro do tropeirismo. (CORREA, 2020, pag. 46)

O novo ciclo econômico do arraial, agora alicerçado nas propriedades rurais, baseado primariamente na agropecuária, aproveitava as vastas áreas de campo nativo, e produzia carne de charque para o abastecimento das áreas de mineração e garimpo, tanto a sudoeste quanto a nordeste, sendo a região conhecida como Serra da Vacaria (Corrêa, 2020). Secundariamente, devido à baixa fertilidade dos solos locais surgiam, em áreas cultiváveis proporcionadas pelo processo da coivara, pomares, hortas e lavouras de feijão, milho, arroz, mandioca, café e cana, todas voltadas à subsistência. Gradativamente, as Paisagens, até então marcadas pelas

atividades minerárias, que escavaram as montanhas e reviraram o fundo e as margens dos córregos, passam a ser remodeladas pelas atividades agropastoris que redefinem os modos de vida das populações. As lavras abandonadas tornam-se ruínas, que voltam ao domínio da natureza, sendo estas consumidas por processos naturais de erosão, soterramento e revegetação, estando encobertas e latentes as evidências que ainda hoje são alvo de escrutínio por estudiosos.

As Paisagens, dinâmicas e espelhos das atividades culturais, passam então a ser remodeladas, ressignificadas, e dão lugar a vastas pastagens, áreas de lavoura, sedes de fazendas e novos assentamentos, substituindo o ambiente minerário que compunha Paisagem, galgando novas apresentações da Paisagem local e regional. Este *modus operandi*, a vida agropastoril, estendeu-se desde o século XIX até o terceiro quartel do século XX, período no qual surgem nossos objetos de estudo. Entretanto, houve neste período a tentativa de inserções pontuais, e não profícuas, de atividades industriais na região, podendo-se destacar a Real Fábrica de Ferro, em Morro de Gaspar Soares (atual Morro do Pilar), no início do século XIX, sob a tutela do Intendente Câmara⁸; e a Fábrica Textil de Cana do Reino, fundada em meados do século XIX, no Riacho Fundo (atual Santana do Riacho) pelos ingleses Pigot e Cumberland (CORREA, 2020). No século XX, mais precisamente em 1927, a Cia. Cedro Cachoeira implanta, no vale do Rio Parauninha, em Santana do Riacho, a Pequena Central Hidrelétrica – PCH Pacífico Mascarenhas, o que formou a represa Váu da Lagoa. O empreendimento tinha o intuito de fornecer energia elétrica as fábricas têxteis da companhia, em Baldim e Caetanópolis (GONTIJO, 2003). Em 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicou resolução que extingue a concessão de exploração da PCH (ANEEL, 2017).

Assim, Conceição do Mato Dentro manteve-se isolada e estagnada economicamente até a terceira década do século XX, quando enfim é aberta a MG 10, fazendo a ligação, via estrada de terra, com a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, num percurso de 163 km (Figura 10). Neste momento, a retomada econômica é lenta, sendo que somente na década de 1990, acelera-se o desenvolvimento local, com a intensificação do turismo, incentivado pela criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, em 1984, a sul do município, e o desenvolvimento de

⁸ Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, o Intendente Câmara. Em 1800 foi nomeado intendente-geral das minas, na província de Minas Gerais e Serro Frio, mas seguiu inicialmente para Bahia, onde permaneceu de 1801 a 1807. Chegou a Vila Rica em 1807, tendo permanecido à frente da administração do Distrito Diamantino até 1823. Fonte: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/442-manuel-ferreira-da-camara-de-bittencourt-e-sa>, acessado em 02/11/2023.

atividades agropecuárias visando maiores mercados, o que novamente vai reorganizar as dinâmicas políticas e sociais, e por consequência, as Paisagens (terceiro ponto de inflexão), reverberando diretamente em nosso objeto de estudo.

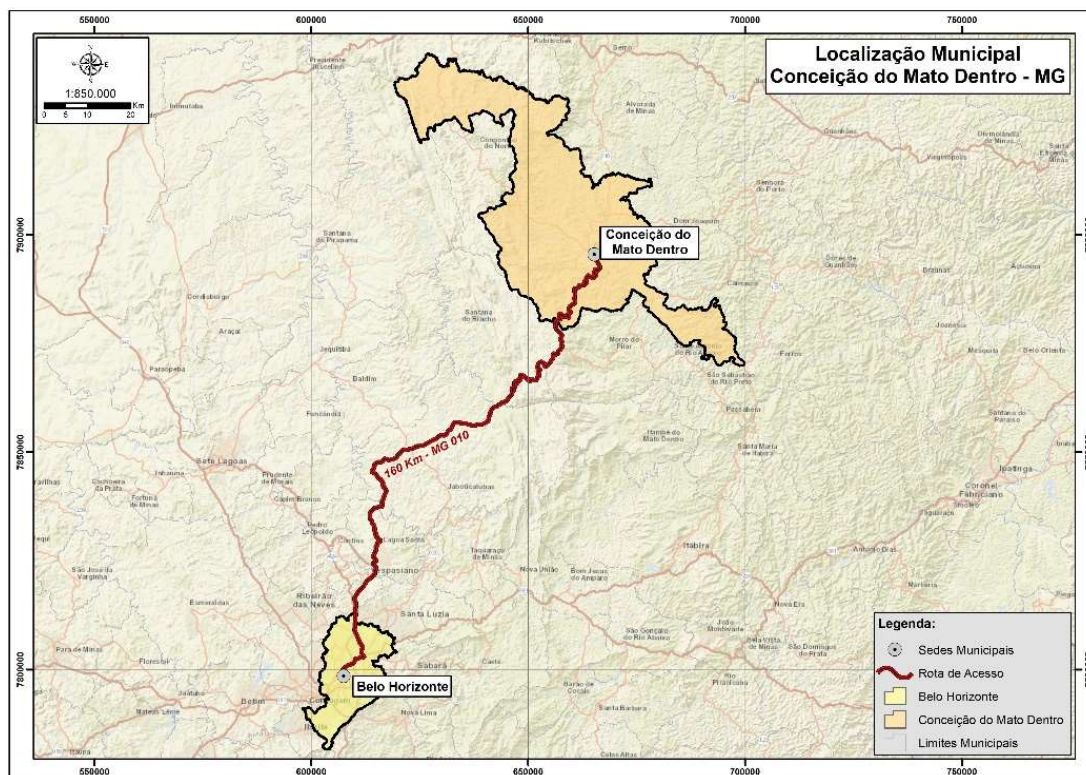


Figura 10: Localização do município de Conceição do Mato Dentro/ MG. Elaboração: Rafael Deslandes, 2023

Com a conclusão da pavimentação da MG-10, na primeira década do século XXI, e a reboque do fluxo turístico trazido pela criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, a cidade de Conceição do Mato Dentro, e região, vê seu contingente de visitantes aumentar, despertando, no poder público local, o turismo como alternativa de desenvolvimento social e econômico, sendo inclusive denominada como “Capital Mineira do Ecoturismo”. A atividade turística era estimulada tendo como foco o rico acervo natural e cultural do município, alavancado pela inserção em circuitos turísticos oficiais, tal como Circuito dos Diamantes, Serra do Cipó e Estrada Real (VIEIRA, 2015). Neste ponto, podemos destacar o Projeto da Estrada Real, conforme nos informa Bessa (2011).

Trata-se de um projeto do governo do estado de Minas Gerais e da Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, denominado Projeto Estrada Real, gestado com a proposta de incrementar o turismo nas localidades urbanas e rurais situadas nas antigas Estradas Reais. Um dos discursos declarados do Projeto é o

de utilizar o acervo patrimonial das cidades, para “promover o desenvolvimento da região abrangida pelos municípios que compõem o Circuito dos Diamantes dentro dos princípios da sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, tendo como vetor a atividade turística”. (BESSA, 2011, pag 15)

Neste mote, o município de Conceição do Mato Dentro reconhece e apropria de seu viés ambiental/ cultural e investe na criação e divulgação de áreas ambientais protegidas, que atualmente constituem 04 UCs. O município investe também na divulgação e ampliação de seu acervo cultural, protegido por tombamento e/ ou registro, constituindo uma política pública de desenvolvimento econômico baseada em atividades turísticas de interesse ambiental e cultural.

Sobre as UCs localizadas no município, são criados, em 1998, o Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo, posteriormente re-denominado como Parque Natural Municipal do Tabuleiro (3.150 ha) e o Parque Natural Municipal Salão de Pedras (858 ha). Em 2007, por sua vez, são criados o Parque Estadual Serra do Intendente e o Monumento Natural Municipal da Serra da Ferrugem (867 ha). Importante destacar que, em todas as UCs citadas, além de importante acervo natural e cênico, todas também apresentam relevante acervo arqueológico dos períodos pré-histórico e histórico. O entorno das referidas UCs é caracterizado por vasto patrimônio cultural material e imaterial, compondo a Paisagem local. Para além, a região de Conceição do Mato Dentro está inserida na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço - RBSE, criada pela UNESCO/ MaB⁹ em 2005, com ampliação em 2019 (Figura 11).

O vasto acervo cultural edificado do município tem parte dele protegido por tombamento, que se distribui por todo território, nas três diferentes esferas administrativas da federação, tendo como destaque: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e seu acervo de bens integrados, Capela de Nossa Senhora do Rosário e seu acervo de bens integrados, a Casa com o Teto Pintado e seu acervo de bens integrados, o Conjunto Paisagístico e Arqueológico do Salão de Pedras e a Serra da Ferrugem. Soma-se a este acervo os bens imateriais protegidos por registro, também nas três esferas administrativas, tal como o Modo Artesanal de fazer Queijo de Minas na região do Serro, o Jongo do Sudeste, a Roda de Capoeira, a Festa de

⁹ Criado em 1971, o Programa o Homem e a Biosfera (*The Man and the Biosphere Programme*- MaB) é um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. As Reservas da Biosfera (RBs) são a principal linha de ação do Programa e sua concepção é um inovador instrumental de planejamento para combater os efeitos dos processos de degradação ambiental. Fonte: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/brasil/expertise/natural-world-heritage>, acessado em 04/08/2022.

Nossa Senhora do Rosário, o Jubileu de São Miguel e Almas, o Pastel de Angu, o Núcleo Histórico de Córregos, o Núcleo Histórico de Santo Antônio do Norte (Tapera), as Pastorinhas. O restante do acervo cultural ainda é sistematicamente identificado e catalogado a partir do inventário do patrimônio cultural municipal.

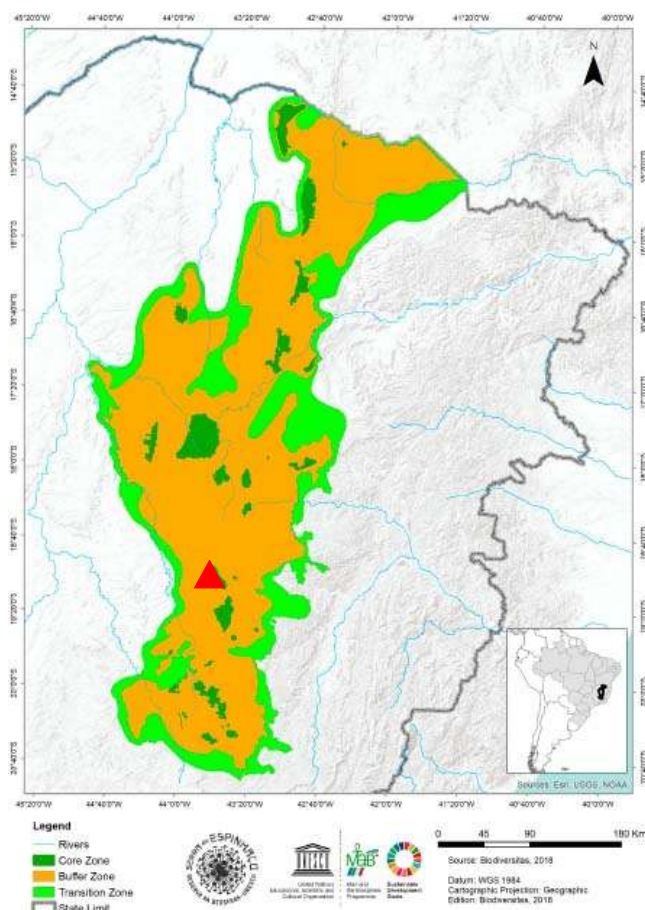


Figura 11: Mapa com delimitação da RBSE/ 2019 e localização do PNMT e PESI (em vermelho). Fonte: <https://reservasdabiosfera.org.br/wp-content/uploads/2021/10/RBRB-reservas-single-mapa.jpg>, acessado em 20/02/2024

Entretanto, a partir de 2006, a vocação ao ecoturismo de Conceição do Mato Dentro deixou de ser uma prioridade, sendo aberta uma nova fronteira econômica e desenvolvimentista, abarcando o retorno da mineração ao seio do município. Segundo Becker (2006, apud VIEIRA, 2015), as elites regionais de poder decidiram que, além do turismo, a Macrorregião Norte da Estrada Real teria também a mineração como vetor de desenvolvimento regional.

Assim, a partir de meados de 2007, foi implantado nos territórios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, o Projeto Minas Rio, que consiste na implementação de uma mina e de uma usina de beneficiamento de minério, além de um mineroduto, com

aproximadamente 525km, que percorre 32 municípios mineiros e aporta em São João da Barra/ RJ, no Porto de Açu, no qual o minério é embarcado para transporte/ exportação (VIEIRA, 2015). Tal atividade trouxe forte incremento econômico ao município, impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, além de acarretar também inúmeras tensões e conflitos socioambientais à região, abrindo uma nova frente às mutações e ressignificações das Paisagens de Conceição do Mato Dentro.

Vieira (2015) nos traz em seus estudos os impactos ambientais e sociais associados ao empreendimento, tais como:

...o intenso trânsito de veículos, gerando congestionamentos; a insuficiência de serviços públicos, como saúde, educação e moradia; a precarização da mão de obra e o aumento do índice de prostituição são apenas alguns dos impactos percebidos no meio urbano. Na zona rural, a desterritorialização de parcela da população, o êxodo rural, o barulho, a poeira e a degradação de mananciais, ocasionando a escassez de água para as populações e comunidades tradicionais, também têm sido uma realidade presente nesse município. Uma série de conflitos decorre dos inúmeros impactos negativos. Os conflitos manifestam-se a partir do momento em que o empreendedor, com o apoio do Estado, começa a explorar determinado território de maneira descontrolada, colocando em risco o bem-estar, o modo de vida e a própria sobrevivência das populações locais. A forma de agir da empresa mineradora, por vezes, ignora a existência das populações locais e seu modo de vida, sua cultura, sua necessidade e dependência dos recursos naturais presentes naquele território. Além disso, a instalação do empreendimento minerário Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro intensificou conflitos sociais e urbanos na região, posto ser a mineração uma atividade que beneficia e concentra a renda nas mãos de poucos, intensificando a segregação socioespacial no cenário urbano, além do perceptível aumento da violência. (VIEIRA, 2015, p. 19 e 20).

De acordo com dados disponibilizados pelo sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹⁰, conforme o Censo de 2022, Conceição do Mato Dentro tem extensão territorial de 1.720.040 km², e população de 23.162 pessoas, numa densidade demográfica de 13,47 hab/km². A título comparativo, no Censo/ IBGE de 2010, a população do município era de 17.908 pessoas, demonstrando um incremento de aproximadamente 22,7% no contingente populacional nos últimos 12 anos, enquanto o Brasil teve um aumento populacional de aproximadamente 6,5%, no mesmo período. Tal fato pode ser atribuído ao incremento econômico proporcionado pelas atividades da mineração, em operação desde o final da primeira década de 2000. Entretanto tal análise requer maior apuração de dados e aprofundamento da pesquisa, o que não é nosso objeto neste momento.

¹⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conceicao-do-mato-dentro/panorama>, acessado em 31/10/2023.

Conforme nos assinala Vieira (2015), a implantação do Projeto Minas-Rio, para além do incremento econômico e populacional, e outras tantas tensões e conflitos socioespaciais que são desembarcados em Conceição do Mato Dentro, observa-se ainda interferências diretas sobre a Paisagem do entorno do distrito sede, aplacando o bem tombado e o Monumento Natural da Serra da Ferrugem. No processo de licenciamento das atividades minerárias, a legislação municipal de proteção ambiental e patrimonial, com a devida aprovação do poder público, curvou-se aos interesses exploratórios, vindo a transmutar o perímetro de proteção inicialmente indicado ao bem tombado e a unidade de conservação em tela, de modo a atender os anseios do empreendedor. Assim, parte da Serra da Ferrugem, importante marco paisagístico do município, passa a integrar a área minerável.

...o processo de destombamento da Serra da Ferrugem, arquitetado entre poder público municipal e empreendedor, que consistiu, em última análise, em um golpe na legislação municipal, permitiu que a mineração avançasse no Município em detrimento de outras atividades econômicas anteriormente vistas como prioritárias, como é o caso do turismo. (VIEIRA, 2015, pag. 54)

Assim, é notório que as atividades minerárias, novamente, trazem profundas transformações socioespaciais em Conceição do Mato Dentro e, por consequência, impactos indiretos em nosso objeto de estudo, as vilas de Tabuleiro e Cubas. Os impostos e *royalties*, advindos da exploração mineral, potencializaram os cofres públicos, o que viabilizou investimentos recentes na pavimentação dos acessos aos povoados e vilas da zona rural, o que inclui nossos objetos de estudo, facilitando os deslocamentos entre o ambiente rural e a zona urbana. Conforme apurado em nossos levantamentos de campo, os investimentos públicos em Tabuleiro e Cubas, provenientes de ações mitigatórias ou *royalties* minerários, além dos citados acima, focam na infraestrutura do PNMT e em ações pontuais para melhorias da captação e tratamento de efluentes, com instrução técnica e instalação de biodigestores em residências e comércios locais.

Ademais, o setor de hospedagem e hotelaria do distrito sede, atualmente, não consegue mais atender o constante fluxo de trabalhadores e prestadores de serviço, operando em sua capacidade máxima e, muitas vezes, não conseguindo ofertar o serviço. Por consequência, o que pode ser percebido em campo, os povoados do entorno, e neste caso em destaque o Tabuleiro, que é dotado de maior infra-estrutura de hospedagem e serviços de alimentação em relação aos demais, passou a receber, nos dias úteis, grande contingente de empregados indiretos da mineração, tornando-se uma espécie de vila dormitório dos trabalhadores. Ambos

os fatos, melhoria do acesso e incremento dos serviços de hospedagem e alimentação, nutrem a economia e a divulgação das localidades. Na contramão, é evidente a deficiência de investimentos em infraestrutura básica, como melhoria de rede elétrica, fornecimento de água, rede de tratamento captação e tratamentos dos efluentes abrangente, redes de drenagem efetivas e etc.

Para além, é importante demarcar que, apesar das atividades minerárias desenvolvidas em Conceição do Mato Dentro impactarem indiretamente, de maneira positiva e/ou negativa, nosso recorte de estudo, não é nosso objetivo trazer à superfície tais discussões¹¹, uma vez que temos foco nas análises, circunscritas na região de Tabuleiro e Cubas, ocasionadas pela inserção das UCs e suas consequências na organização das Paisagens locais.

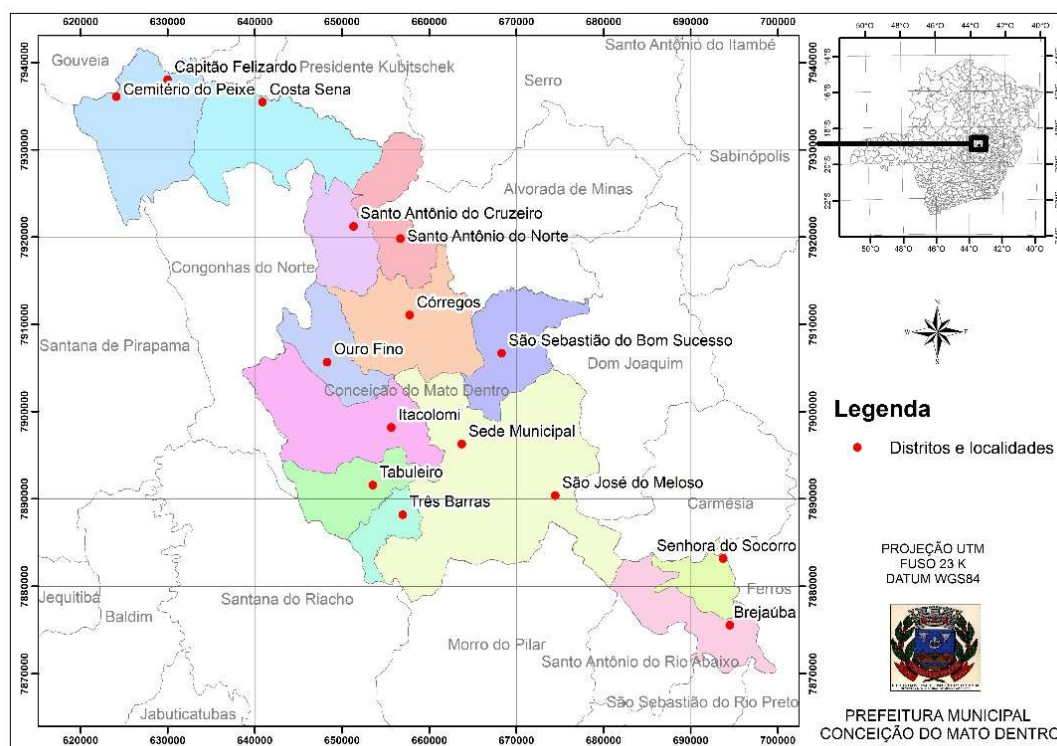


Figura 12: Localização dos Distritos em Conceição do Mato Dentro/ MG. Fonte: PMCMD, 2022

Dados disponibilizados pela PMCMD, informam que o município é composto por 12 distritos, sendo: sede, Capitão Felizardo, Tabuleiro do Mato Dentro, Três Barras do Mato

¹¹ As discussões acerca das atividades minerárias em Conceição do Mato Dentro e Minas Gerais são alvo de escrutínio de diversas pesquisas acadêmicas, podendo ser destacado os textos de Abreu; Accioly; Araújo; Bessa; Carsalade; Crespo; Moraes (2012) e Vieira (2015), ambos devidamente citados em nossas referências bibliográficas.

Dentro, Costa Sena, Itacolomi, São Sebastião do Bonsucesso, Brejaúba, Santo Antônio do Norte, Ouro Fino do Mato Dentro, Córregos e Santo Antônio do Cruzeiro (Figura 12).

Especificamente sobre os arranjos administrativos dos povoados de Tabuleiro e Cubas, é importante frisar que em 30 de setembro de 2003, através da Lei nº 1741, de 30 de novembro de 2003, foi criado pela administração pública municipal o Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, englobando os povoados de Tabuleiro, Cubas e Três Barras e pequenas localidades. Já em 2020, através da Lei nº 2289/ 2020, de 04 de novembro de 2020, a conformação administrativa/ territorial do município passa por novo arranjo, sendo desmembrado do Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro os povoados de Cubas e Três Barras, dando origem ao distrito de Três Barras do Mato Dentro. Em 2010, conforme dados do IBGE, os dados do Censo indicam a existência de 1.166 habitantes e 480 domicílios no distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, antes do recente desmembramento. Os dados populacionais do IBGE, relativo aos novos distritos, foram atualizados no Censo de 2022, entretanto até o momento não foram disponibilizados à consulta pública.

3.4. As origens de Tabuleiro e Cubas

A formação dos povoados de Tabuleiro e Cubas confundem-se com a territorialização moderna do Espinhaço Meridional, perpassando pelas entradas e bandeiras na região do “Mato Dentro”, que culminam na exploração mineral, já no século XVIII, e consequente adensamento populacional. Com a descoberta do ouro, e posteriormente do diamante, no Espinhaço Meridional, no início do século XVIII, a imigração em massa começa levar milhares de pessoas para a região das minas, o que leva a uma nova ocupação do território, com fundação de vilas e localidades, calcada em preceitos do modo de vida europeu, vindo a formatar novas Paisagens e estabelecer novos lugares.

Já em 1704, o arraial de Nossa Senhora da Conceição começa a se desenhar às margens do Rio Cuiába, e a exploração de ouro nas calhas do Ribeirão Santo Antônio atrai cada vez mais colonos, que se estabelecem na região, vindo o arraial a se tornar freguesia em 1724. Ao longo do século XVIII, a economia do arraial, e entorno, era focada na extração nas lavras de ouro, o que levou, ao final do século, à exaustão das minas, ocasionando severo impacto na economia e nos arranjos sociais locais. Na virada para o século XIX, a população que permanecia na região buscou alternativas à sobrevivência, dedicando-se à agricultura e à

pecuária extensiva, atividades já incipientes, mas alavancadas naquele momento. Alternativas ao desenvolvimento local foram buscadas, como a implantação da Real Fábrica de Ferro, em Morro de Gaspar Soares, porém frustradas, conforme detalharemos à frente. A estagnação urbana e econômica da região se agravaria em meados do século XIX, com o final do Ciclo dos Diamantes, culminando na decadência urbana e no esvaziamento da população.

Neste contexto de intensiva transformação e isolamento territorial, associada a maior ruralização da população que resistia na região, surgem os povoados do Tabuleiro e Cubas, ao longo do século XIX. A decadência das vilas e povoados, e o consequente isolamento geográfico, proporcionado pelo relevo acidentado e pela precariedade dos acessos, leva a uma circunscrição da região, que se mantém eremítica. Tal isolamento estabelece uma rede de subsistência interna, em que a população de vida pastoril, encravada nos vales ao sopé do Espinhaço Meridional, passa a estabelecer vínculos sociais, econômicos e afetivos, ligados à lida nas lavouras, às celebrações religiosas e como ponto de pouso e abastecimento de mantimentos para tropeiros e viajantes que percorriam a cadeia montanhosa, ao longo do século XIX e século XX.

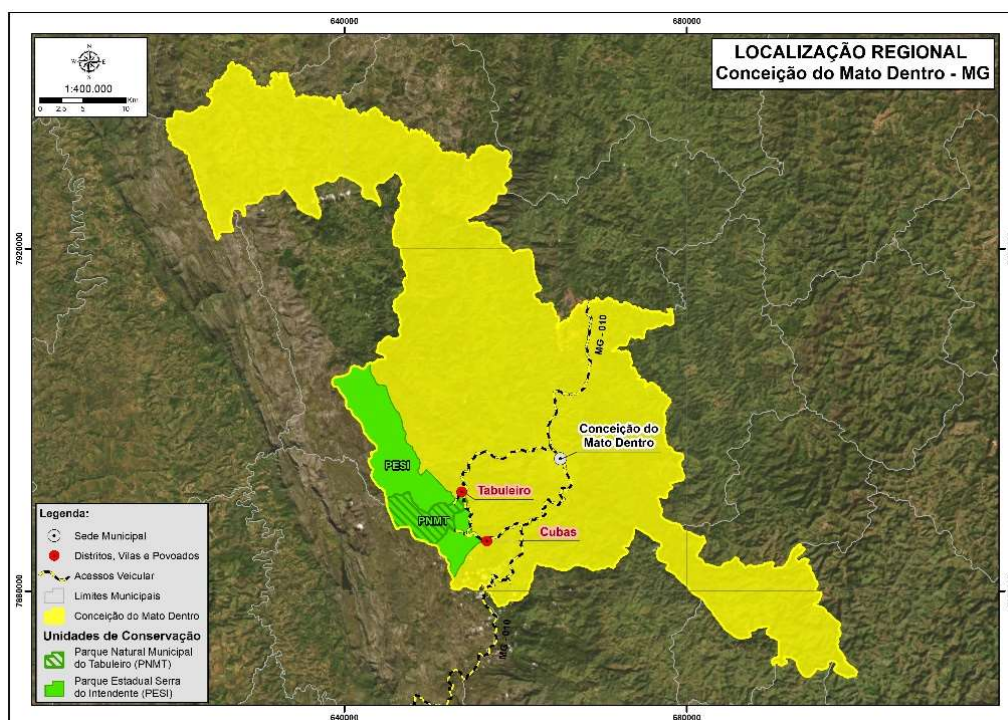


Figura 13: Localização dos povoados de Tabuleiro, Cubas, PNMT e PESI no município de Conceição do Mato Dentro/ MG. Elaboração: Rafael Deslandes, 2023.

Conceição do Mato Dentro só vai sair do isolamento na década de 1930, quando o acesso viário, a partir da nova capital mineira, inaugurada em 1897, rompe a cadeia de montanhas do Espinhaço Meridional, na região da Serra do Cipó, reconectando a região ao novo eixo administrativo/ econômico do estado. Entretanto, Tabuleiro e Cubas mantêm-se escusos e cristalizados sob as brumas do Espinhaço, vindo aflorar ao conhecimento geral a partir da década de 1980, quando os primeiros acessos veiculares são abertos, estabelecendo maiores conexões, com outros atores, para além daquela circunscrição fixada no século XIX (Figura 13).

A formação do povoado do Tabuleiro, e adjacências, como a região do Rio Preto, baseou-se em fazendas dotadas de lavouras de subsistência, criação de gado e manufatura de produtos agrícolas, como a farinha de mandioca e cachaça. Cubas, desde a sua formação, estabelecida por descendentes de negros escravizados, é baseada na agricultura familiar de subsistência, mantendo cultivos de milho, cana de açúcar, café, feijão e outros, além do beneficiamento de milho, cana de açúcar e da mandioca, através de engenhos e moinhos de roda d'água.

3.4.1. As origens do Tabuleiro

Foram encontrados poucos dados publicados sobre a formação de Tabuleiro, entretanto Gontijo (2003), Kutchenski (2006) e Padoan (2017), relatam em seus estudos, que desde a sua formação, o povoado de Tabuleiro mantém relações comerciais e afetivas com o povoado de Lapinha da Serra, implantado no sopé da Serra do Breu, à oeste do nosso objeto de estudo, no município vizinho de Santana do Riacho.

Segundo Gontijo (2003), por volta de 1734/1735, os mapas regionais dos padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capassi, executados a serviço da Coroa Portuguesa, demonstram os três caminhos (*Curraes, do Meio pelas Macaúbas e do Matto Dentro*) que seguiam para norte no Espinhaço Meridional. Nos mapas, o caminho do Meio pelas Macaúbas, que passava pela margem direita do Rio das Velhas e seguia da região de Santa Luzia até a altura de Riacho Fundo (atual Santana do Riacho), passava pela localidade de Lapa, antes da ascensão às terras altas do Espinhaço.

O que se observa é que a localidade de “Lapa” situa-se exatamente na região de Lapinha, entre o Riacho Fundo (atual Santana do Riacho) e o Meio da Serra, provavelmente a localidade de Capão do Filipe, entre as cabeceiras do rio Preto na

serra do Intendente, e as cabeceiras do rio de Pedras, no maciço do Breu. (GONTIJO, 2003, p. 58)

Curiosamente, a localização da referida Lapa é exatamente onde hoje localiza-se o povoado de Lapinha da Serra, que conforme autores citados, mantém relação social/ econômica com o povoado do Tabuleiro, levando a crer que o nosso objeto de estudo pode também ter se formado, mesmo que primitivamente, ainda no século XVIII. Goulart (2009), em seus estudos também indica que, em 1801, José Vieira Couto faz uma breve menção ao povoado de Lapinha da Serra, assim como à alusão aos mapas publicados por Eschwege (1821) e Halfeld (1862), indicando a existência da comunidade de Lapa.

Segundo Kutchenski (2006), em breve relato, a região do povoado do Tabuleiro se firmou como ponto de passagem dos exploradores e garimpeiros que se aventuravam nas matas a procura dos metais preciosos. A ocupação da região seguiu a tipologia tradicional do Brasil colônia nesse período, ou seja, o assentamento deu-se às margens de um curso d'água, no caso do Tabuleiro, às margens do Rio Preto, contribuinte do Ribeirão Santo Antônio. À medida que os exploradores prosperavam em suas empreitadas, os primeiros casebres passaram a se estabelecer na Paisagem.

A reconstrução imagética da povoação da região do Tabuleiro, que aqui será apresentada, foi baseada em relatos colhidos em nosso levantamento de campo, uma vez que não há dados oficiais sobre tal. Os relatos nos trazem que o povoado de Tabuleiro foi conformado por fazendas de subsistência e abastecimento alimentar do antigo arraial de Nossa Senhora da Conceição, atual cidade de Conceição do Mato Dentro/ MG. Foi afirmado por um dos entrevistados que ele detém uma escritura, datada de 1801, informando sobre a compra de terras na região do povoado em estudo. Infelizmente não tivemos acesso ao documento, que é guardado com muito zelo pelo entrevistado. A população do Tabuleiro, por sua vez, foi gerada das relações entre os colonos portugueses com indígenas e negros escravizados que habitavam a região.

Nos primórdios, a ocupação espacial do povoado era esparsa, sendo formado dois núcleos distintos, o Tabuleiro propriamente dito, e a região do Rio Preto. Ambos os núcleos constituíam fazendas produtoras de cana de açúcar, milho, arroz, feijão, gado, porcos e aves para subsistência das famílias, bem como a manufatura de farinha de mandioca e produção de

cachaça. Além das fazendas, o território possuía casarios simples e espaçados, que pertenciam a famílias nas quais seus membros, eventualmente, trabalham na lavoura das fazendas.

Em meados do século XIX, a região do Tabuleiro era conformada pela Fazenda de Georgina Branca (que se localiza onde hoje é a entrada atual do povoado de Tabuleiro), a venda e a pequena Fazenda do José Clemente (na atual região da Lapa, formação rochosa nas proximidades do Tabuleiro), e as Fazendas de João Margarida e do casal Mestra Laurinda e Ernesto Costa (nas proximidades do Poço Pari, já próximo a atual via de acesso aos vindouros PNMT e PESI). Foi destacado que a Fazenda do casal Mestra Laurinda e Ernesto Costa possuía alambique para farta produção de cachaça, a qual era engarrafada e comercializada por tropas e cargueiros na região.

A região do Rio Preto foi ocupada inicialmente por João Rodrigues, garimpeiro local, também a partir da segunda metade do século XIX, e tinha atividades vinculadas às lavouras e lidas atreladas ao engenho e moinho de roda d'água. Com o crescimento da família, e constantes matrimônios consanguíneos, o entorno da sede da fazenda foi sendo ocupado, gerando o atual núcleo do Rio Preto. Mais tarde, um dos herdeiros de João Rodrigues, Euclides (conhecido como Crido), consolida na região uma venda de secos e molhados, que perdura até os dias atuais, sendo atualmente administrada por sua neta.

Neste caldeirão étnico/ cultural, e com o gradual crescimento da população local, no segundo quartel do século XX, dá-se início às movimentações para a construção do templo religioso em Tabuleiro, uma vez que os cultos espirituais dos devotos aconteciam, de maneira incipiente, nas residências dos locais. Inicialmente, o casal Mestra Laurinda e Ernesto Costa, tinham a intenção de doar as terras para a construção de uma capela, nas proximidades de sua fazenda, na região do Poço Pari. Entretanto, o local era uma várzea inundável, sendo escolhido então o terreno doado pela Sra. Maria Fernandes, na porção mais alta. O local pretendido para a construção era constituído por um platô natural, em meio a densa vegetação de Mata Atlântica, no qual foi aberta uma clareira e iniciada a construção. A obra, realizada pela população, demorou anos para ser concluída, sendo que a missa de inauguração foi realizada em 1944.

As novenas e pequenas celebrações, realizadas para angariar recursos para a construção da capela, tinham intenções destinadas ao Sagrado Coração de Maria, cuja imagem ainda hoje

habita o altar da atual capela, caracterizando-se assim como orago primitivo da atual Capela do Sagrado Coração de Jesus. Entretanto, sem saber qual a real motivação, na data de inauguração do templo, Frei Dionísio presenteou a comunidade com uma imagem do Sagrado Coração de Jesus, procedente da França, dando novo orago à capela. A imagem foi entronada em altar talhado em madeira e policromado. Foi relatado que o belo altar talhado em madeira e policromado, que existia na Capela do Sagrado Coração de Jesus, tinha as mesmas características estilísticas, principalmente no sacrário, a outros altares de templos religiosos da região, sendo enumerados os retábulos dos povoados de Cubas, Lapinha da Serra, Candeia e Parauninha.

O antigo templo religioso de Tabuleiro era caracterizado por volume retangular, com cobertura em duas águas, desprovido de torre, com tipologia típica da arquitetura religiosa colonial. Possuía estrutura autônoma de madeira, piso em assoalho e vedações em adobe. A chegada da imagem do Sagrado Coração de Jesus foi precedida por grande procissão, proveniente do povoado de Itacolomi. Na ocasião, segundo contam os moradores locais, a procissão seguiu debaixo de chuva até o Tabuleiro, sendo os fiéis recebidos com festas e banda de música.

É a partir da construção da Capela do Sagrado Coração de Jesus, em meados do século XX, que as primeiras casas começam a surgir no entorno do adro da igreja, conformando o atual aglomerado urbano do povoado de Tabuleiro. Nos relatos colhidos em campo, Vitalino Rodrigues Oliveira Lima foi um dos primeiros a ocupar a região do adro da Capela do Sagrado Coração de Jesus, tomando posse das terras e, mais tarde, doando terrenos para a construção do casario ao redor.

Entretanto, entre as décadas de 1970 e 1980, o imóvel religioso apresentava péssimo estado de conservação, sendo demolido pela população. Na ocasião uma nova edificação foi executada, nos moldes da existente, mas com técnicas contemporâneas, ou seja, tijolos cozidos e concreto armado. Já em 1997, a capela passa por nova reforma, alterando a composição da fachada, até então reta e planificada, para a conformação atual, chanfrada e com torre central. Com a consolidação da Capela do Sagrado Coração de Jesus, ainda no primeiro quartel do século XX, surgem as celebrações populares da festa do padroeiro, de Nossa Senhora do Rosário e Marujada (neste caso capitaneado por Nonô do Rosário e tida

como a celebração religiosa mais importante do povoado de Tabuleiro), e São Sebastião, tornando-se, até os dias atuais, importantes representações espirituais da fé local.

Até a década de 1980, o acesso ao povoado de Tabuleiro era realizado apenas por caminhos e trilhas abertas por entre as matas e serras da região, com deslocamentos possíveis apenas a pé ou a cavalo, ficando o povoado isolado ao sopé da Serra do Intendente. A partir da constante presença dos padres capuchinos na região, foi aberta uma precária estrada para passagem de veículos, ligando assim o povoado à cidade de Conceição do Mato Dentro. Nos foi relatado que, na década de 1980, Frei Júlio, propagandista dos atrativos naturais da região, sempre com ênfase na Cachoeira do Ribeirão do Campo, antiga denominação popular da Cachoeira do Tabuleiro, leva os primeiros forasteiros à comunidade.

3.4.2. As origens de Cubas

Já a comunidade de Cubas teve formação atrelada às antigas forjas de ferro estabelecidas na região pela família Utsch. Em nossas coletas de campo, nos foi descrito que a origem do povoado deriva da antiga Fazenda Cubas, que entre meados dos séculos XVIII e meados do século XIX pertenceu à Família Ferreira, sendo ocupada, a partir de 1887, por descendentes da Família Utsch (NUNES, n/d). Entretanto, quando se busca o fio da história sobre a constituição e a ocupação da Fazenda Cubas, esta nos remete à implantação da Real Fábrica de Ferro, cuja construção inicia-se no ano de 1809, em Morro de Gaspar Soares, empreendimento concebido e implantado pelo intendente do distrito Diamantino, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, o Intendente Câmara.

Dean (1996) contextualiza que, por volta de 1740, era comum a existência de pequenas forjas, os “cadinhos”, nas Minas Gerais, sendo estes operados por tecnologia dominada pelos escravizados africanos, que fundiam e manipulavam o material para confecção de ferramentas e armas diversas. Em 1785, a manufatura do ferro e outros materiais foi proibida pela Coroa Portuguesa, tornando as forjas ilegais. Mais de duas décadas depois, o decreto é revogado, devido a vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808, que encontra no país uma infraestrutura precária e vê a necessidade de se industrializar a colônia. Assim, o Príncipe Regente, em abril de 1808, assina alvará, revogando a antiga proibição. Tal revogação permite a instalação de auto-fornos oficiais, com recursos governamentais, o que permitiu a criação, em

1809, da Real Fábrica de Ferro, em Morro de Gaspar Soares, de propriedade do Intendente Câmara (NUNES, n/d).

A Real Fábrica de Ferro conseguiu fabricar ferro líquido pela primeira vez em 1814, sob a coordenação de João Schönewolff, a operação sendo, contudo, precária e ineficiente. Com necessidade de mão de obra especializada, em 1820, sob contrato assinado com a Coroa Portuguesa, com vigência de 10 anos, desembarcava no Brasil os membros da família Utsch. Provenientes de Morsbach, na Alemanha, cidade no qual funcionava uma fundição de ferro à carvão - eram seus empregados membros da citada família. Hermann Utsch (casado com Maria Frederike Gauman Utsch), e seu filho João Henrique Utsch, assumem a produção na Real Fábrica de Ferro, tendo como cargo Mestre de Fundição e Oficial de Alto Forno, respectivamente. A missão dos novos operadores era, além da produção de ferro, a transferência de conhecimento aos locais. A família passa a residir em uma casa, nas proximidades da Real Fábrica de Ferro, em Morro de Gaspar Soares. As condições estabelecidas por “Mestre Utsch”, como ficou conhecido Hermann Utsch, para vir ao Brasil foram:

... lhes fornecessem uma porção de terreno suficiente para que pudessem ter sua horta, lhes garantissem ensino para os filhos, remédios em caso de necessitarem, pensão à viúva, em caso de morte e outras vantagens, inclusive as despesas de viagem por conta do Governo. (NUNES, n/d, p.17)

Apesar da implantação da fundição oficial em 1814, cuja ineficiência é relatada por Eschwege (1994), em 1824 a Real Fábrica de Ferro tem sua produção paralisada. Com contrato ainda em vigência, e honrado pela Coroa Portuguesa até 1830, os Utsch permanecem em Morro de Gaspar Soares, vindo a desenvolver laços afetivos, matrimoniais e comerciais com a comunidade.

Em 1830, João Henrique Utsch, conhecido como André, adquire terras nas proximidades da Ponte do Sumidouro e funda, com seu pai, Hermann Utsch, a fazenda e “Fábrica do Sumidouro”, caracterizada como a primeira fábrica de ferro pertencente a um alemão no Brasil, passando a família a residir no local. Com a mudança, as interações comunitárias, afetivas e comerciais viram-se para a região do arraial de Nossa Senhora da Conceição, devido à proximidade geográfica.

Em 1850, Daniel Henrique Utsch, 4º filho de Hermann e Maria Utsch, casa-se com Ana Rosa de Jesus, filha de fazendeiros locais, passando a residir na Fazenda Mata Cavalão do Meio (atual Fazenda do Salvador, pertencente a Morro do Pilar). A Fazenda Mata Cavalão havia sido fundada entre os anos de 1735 e 1740, pelos irmãos paulistas João e Antônio Corrêa, tendo sido dividida, mais tarde, em Fazenda Mata Cavalão de Cima, do Meio e de Baixo. Em 1820, as terras da Fazenda Mata Cavalão do Meio foram adquiridas por Salvador Martins Corrêa, pai de Ana Rosa de Jesus. Residente na Fazenda Mata Cavalão do Meio, Daniel Henrique Utsch funda a “Fábrica Daniel”, uma nova forja de ferro na região, tendo os filhos como aprendizes. A administração da fazenda, com criação de gado e lavouras, fica a cargo do sogro.

Por volta de 1849 falece o “Mestre Utsch”, sendo este sepultado em suas propriedades, na Fazenda do Sumidouro. Mais tarde a Fazenda do Sumidouro foi vendida pelos herdeiros. Em 1888, falece Daniel Henrique Utsch, sendo sepultado entre dois ciprestes, plantadas pelo mesmo anos antes. Um ano antes, 1887, o primogênito de Daniel e Ana Rosa, cujo nome também é Daniel Henrique Utsch (conhecido como Dani), casa-se com Guilhermina Ferreira, indo se estabelecer na Fazenda Cubas, herdada pela esposa. Na Fazenda Cubas, Dani implanta a terceira forja da família Utsch, cuja fama era a qualidade do ferro produzido ali, abastecendo a região com enxadas, cravos, foices e outros produtos provenientes do trabalho com ferro. O local também mantinha engenho de cana, produção de gado e áreas de lavoura.

Pontua-se que, ainda em 1817, Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês, percorreu uma rota alternativa ao caminho oficial da coroa (Estrada Real), que ligava o Arraial do Tejuco, no distrito Diamantino, ao Morro de Gaspar Soares. Tal rota era um desvio, praticado e sugerido pelo Intendente Câmara, que utilizava tal estrada como desvio ao arraial de Nossa Senhora da Conceição, ao visitar a Real Fábrica de Ferro, de sua propriedade.

O caminho do Intendente¹², trilhado pelo naturalista, e que dá nome ao PESI, seguia pela grande cadeia de montanhas das Minas Gerais, a então denominada Serra da Lapa. Para galgar as montanhas, Saint-Hilaire desviou, a partir de Taponhacanga, em direção ao povoado de Tapera, na região do “Mato Dentro”, para depois seguir para leste, subindo a Serra de

¹² Este antigo caminho percorrido por Saint Hilaire, e também pelo Intendente Câmara em seus deslocamentos sobre o Espinhaço Meridional, já no século XX, vai dar nome à Unidade de Conservação Estadual que ali se implantaria, o Parque Estadual da Serra do Intendente, conforme será detalhado mais à frente.

Santo Antônio, para mais tarde chegar a Congonhas da Serra (atual Congonhas do Norte), já em terras altas e montanhosas do Espinhaço Meridional.

A partir daí, Saint-Hilaire segue pela crista oriental do Espinhaço, tendo ao seu sopé as matas virgens, a bacia do Rio Doce e a região dos atuais povoados de Extrema, Candeias, Itacolomi, Tabuleiro e Cubas. Após dois pernoites nas terras altas do Espinhaço Meridional, o naturalista faz a descida da Serra da Lapa, chegando às margens do Ribeirão Ocubas, local em que implantava-se a Fazenda Ocubas, registrando em seu relato:

A fazenda de Ocubas não tem ainda 60 anos de existência e, como tantas outras já se acha em decadência (SAINT HILAIRE, 1974, pag. 52).

Destaca-se também que neste trecho de seu registro, o autor, em nota de rodapé, afirma que não encontrou o vocábulo Ocubas em nenhuma parte, podendo então a grafia correta ser Cubas. Confrontando a descrição de Saint-Hilaire com os relatos dos moradores de Cubas, é possível estabelecer uma conexão, podendo atrelar a formação do povoado à antiga fazenda, que neste período, provavelmente, ainda pertencia à Família Ferreira.

É a partir da Fazenda Cubas e sua indústria de fundição que mais tarde vai se configurar o povoado de Cubas como hoje se apresenta. Os relatos colhidos em campo nos informam que os negros que trabalhavam nas fazendas da região, como a Mata Cavalo¹³ e Cubas, distante uma da outra em 15 km, passaram a ocupar parte das terras de Cassimiro Costa, nas proximidades da Fazenda Cubas, numa área de lavoura de cana de açúcar. Os negros eram meeiros de lavoura com Cassimiro Costa, além de trabalharem no engenho e na produção de rapadura para o fazendeiro. Com a consolidação do povoado de Cubas, Cassimiro Costa, ainda na primeira metade do século XX, faz a doação de terras para a construção da Capela do Divino Espírito Santo, o que também incentiva a construção do casario do entorno. A edificação foi erguida com o esforço da comunidade e, segundo os relatos, possuía estrutura em madeira, telhado em duas águas, coro e piso em assoalho de madeira. Semelhante ao que aconteceu em Tabuleiro, a primeira edificação não resistiu ao tempo, entrando em colapso. Em seguida, a população reconstrói a capela conforme as dimensões originais, no final do

¹³ Conforme nos informa Nunes (n/d), num período não determinado em seus escritos, parte da Fazenda Mata Cavalo foi transferida aos negros escravizados que habitavam e trabalhavam na região. De acordo com o autor, as terras foram doadas, conforme testamento de José Pereira de Abreu e Lima, as suas filhas Constância Fortunata de Abreu e Lima, (conhecida como Mãe Tança) e Ana Inês de Abreu e Lima eram ambas filhas de mulheres escravizadas. Estas, deixaram suas terras aos negros libertos, que passaram a ocupar e a se dispersar pela região.

século XX, mas altera o partido da fachada e o sistema construtivo da mesma. Do antigo templo religioso resta apenas o altar mor, devidamente disposto na atual Capela do Divino Espírito Santo. As celebrações religiosas também fazem parte da construção simbólica de Cubas, sendo recriada, anualmente, a Festa do Divino Espírito Santo.

3.4.3. Trajetórias entrelaçadas

Neste longo período de estagnação econômica e esquecimento, entre meados do século XIX e final do século XX, as comunidades que compõem nosso recorte de pesquisa, os povoados de Tabuleiro e Cubas, mantiveram inter-relações socioeconômicas e afetivas. As comunidades, até os dias atuais, interagem e articulam-se entre si, não havendo barreiras ou delimitação de núcleos fechados. Tais interações foram, e são, vivenciadas nas atividades relacionadas ao modo de vida, à agricultura familiar, e nas celebrações populares. A ligação entre os povoados era feita, preferencialmente, pela Estrada do Salto, antiga trilha que bordeava as margens do escarpamento rochoso do Espinhaço, em que a população circulava em lombo de animais ou em deslocamentos a pé.

As comunidades em estudo se mantiveram, ainda entre os séculos XIX e XX, como pontos de pouso e entreposto comercial para tropas de cargueiros que vinham do sertão mineiro, passando pelo antigo Caminho do Meio pelas Macaúbas, com destino à Conceição do Mato Dentro e Diamantina (Goulart, 2009).

Assim como Lapinha, Tabuleiro tem sua origem no início do século XIX ligado às rotas percorridas por tropeiros, uma atividade que exigia abrigo para as tropas que realizavam longos percursos diários, os quais, segundo Alгатão (2010), distavam-se cerca de 18 a 25 km. Sendo assim, Tabuleiro está a cerca de 20 km de Lapinha e acredita-se que ambas serviram, inicialmente, como ponto de abastecimento para o tropeirismo. (PADOAN, 2017, p. 94).

Por este caminho, as tropas provenientes de Lapinha da Serra, escoavam quase toda a produção de alho e cebola do povoado, além de transportar/ comercializar outros víveres, com destino ao Mercado Municipal de Conceição do Mato Dentro. Pontua-se que, antes de seguir até o Mercado Municipal de Conceição do Mato Dentro, as tropas arranchavam no povoado de Tabuleiro, cuja produção agrícola era comercializada ou permutada por produtos derivados da mandioca, milho e cana de açúcar produzidos, tradicionalmente, pela população de Tabuleiro. O mesmo acontecia no povoado de Cubas, quando as tropas desviavam, ainda no

alto da serra, pelas cabeceiras do Ribeirão do Campo, chegando ao povoado e procedendo às mesmas práticas. Assim estas mesmas tropas, em seu retorno ao vale do Rio das Velhas, escoavam a produção de farinha de mandioca, fubá de milho e rapadura das vilas de Tabuleiro e Cubas.

A formação dos povoados do Tabuleiro e Cubas baseou-se na vida pastoril, ligadas às lavouras de subsistência (milho, arroz, feijão, café, mandioca, etc), criação de gado e manufatura de produtos agrícolas, como a farinha de mandioca e cachaça, na religiosidade e nos hábitos e modos de vida que moldaram aquelas Paisagens. Estas populações, ao longo do século XIX e XX, estabeleceram vínculos com o ambiente que são base existencial para estes, apontando para uma relação complexa, que envolve, além do trabalho e manejo da terra, conexões espirituais, sendo a Paisagem parte integrante da existência humana (DARDEL, 2015).

Entretanto, a partir do final do século XX, ambas as comunidades, vagarosamente, passam a receber novos desbravadores e aventureiros, agora cidadãos modernos, que galgam o Espinhaço Meridional, na busca por atrativos naturais e belezas cênicas, “redescobrimo” aquelas Paisagens forjadas ao longo dos anos. e cristalizadas. O “redescobrimento”, o avanço turístico e a criação das Unidades de Conservação de proteção integral, o PNMT e o PESI, hoje grandes indutores do crescimento local, que passam a vivenciar a inserção de novos atores sociais, políticos, culturais, assim como um novo rol de interesses para a região. Tais interesses e pretensões irão de encontro aos modos de vidas tradicionais da população, o que vai interferir na formação e na significação das Paisagens locais, reorganizando o que se descortina diante dos olhos e o que pode ser percebido nestes ambientes.

Assim, repassada as origens dos povoados de Tabuleiro e Cubas, iremos esquadrihar como se deu a estruturação existencial destas Paisagens e quais significados foram atribuídos a elas pela população local para, posteriormente, discutir suas reconfigurações atuais.

3.5. O campesinato e a religiosidade como base das Paisagens em Tabuleiro e Cubas

As relações entre o ser humano e a Terra que este habita, que o forma como indivíduo, mas que também constitui suas relações sociais e formam as populações, moldam, atribuem valor

e significados às Paisagens, estando estas arraigadas, e constituintes da existência destes povos.

Dardel (2015) funda em sua obra o conceito da *geograficidade*, termo cunhado pelo próprio, que vai tratar das relações entre o ser humano e a espaço geográfico, sob um viés holístico, multifacetado, no qual a experiência humana do espaço está atrelada a elementos culturais, emocionais e sociais. O autor nos traz o entendimento de que a *geograficidade* é o modo do ser e estar no mundo, uma forma de apreensão e construção do espaço vivido, através da subjetividade e da afetividade, sendo estabelecido o entrelaçamento entre cultura e a natureza, uma relação orgânica da existência humana com a Terra que este habita.

Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma **geograficidade** (géographicité) do homem como modo de sua existência e de seu destino. É dessa primeira surpresa do homem frente à Terra e à intenção inicial da reflexão geográfica sobre essa “descoberta” que se trata aqui, questionando a geografia na perspectiva do próprio geógrafo ou, mais simplesmente, do homem interessado no mundo circundante. (DARDEL, 2015, pag.1 e 2, **grifo nosso**)

A *geograficidade* nos traz uma perspectiva na qual as relações entre homem e natureza estão profundamente ligadas, sendo seus modos de vida moldados pelo ambiente que o circunda. O clima, o relevo, a vegetação, os pares sociais e os outros seres vivos que ali também habitam serão determinantes na definição de seus hábitos, suas ideias e suas afetividades quanto ao seu lugar de pertencimento. E, para se orientar neste ambiente que o conforma desde seus primórdios, o homem lança mão de referências, marcos, naturais ou construídos, que vão orientá-lo no espaço, constituindo um ambiente reconhecível e seguro, o qual será habitável.

Com a fundação do ambiente cognoscível e parte de sua existência, no qual as referências simbólicas são organizadas e referenciadas, o horizonte pode ser expandido, dilatando os limites ambientais de sua vivência. Novas fronteiras serão determinadas e o ambiente percorrido e laborado nessa expansão será apreendido, vivido e percebido através do corpo. Os deslocamentos, e a vivência no ambiente, seja ela funcional ou estética, imporá inúmeras e diversas marcas, ocasionadas pela operação humana deste espaço, antes desconhecido e selvagem, que será apropriado pela cultura, inaugurando a Paisagem. Esta Paisagem se fundirá a outras Paisagens, inauguradas por outros povos, numa constante interseção e ampliação de horizonte, no qual a vida acontece de fato.

As Paisagens são fruto de uma construção coletiva, baseadas na interação entre os arranjos naturais e as contribuições culturais. Estas foram, e são estruturadas, conforme uma malha de significados que lhes é atribuída, no qual valores, sentimentos de pertencimento e espiritualidade fazem a conexão do cosmos com o terreno, sendo a base existencial do povo que habita tais Paisagens. A Paisagem torna-se um marco na essência daquele povo, que a conhece, e a reconhece no seu trato diário, estando a vida, e seus modos de viver, atrelada àquele espaço e lugar.

São dinâmicas, vivas e mutáveis, forjadas ao longo do tempo, vividas em diferentes tempos e em diferentes modos, com significados cambiantes, podendo a Paisagem ser lida e interpretada a partir de olhares múltiplos, que vão valorar, de maneiras diversas, o que se descortina à frente dos olhos.

Não é apenas uma composição visual de elementos naturais e culturais, mas algo que transcende o físico, incorporando as emoções, as sensações e as experiências do observador e do operador destas Paisagens. É enfatizado a dimensão existencial e espiritual da Paisagem, no qual as crenças religiosas, culturais e mitológicas moldam a percepção da Paisagem. A relação com a Terra pode ter implicações significativas para a psicologia humana e a identidade cultural, as pessoas se conectam profundamente com o ambiente ao seu redor, tratando a Paisagem não como um cenário passivo, mas também uma parte ativa e integral da vida humana. (DARDEL, 2015)

As formas das Paisagens surgem como condensações ou cristalizações de atividades humanas dentro de um campo relacional, no qual a expansão dos horizontes, através dos deslocamentos e interações com o ambiente, mediados pela percepção sensorial e a experiência subjetiva, vão construir os significados para as Paisagens (INGOLD, 2015).

Vão além de um objeto inerte, feito para se olhar e admirar. Elas são uma chave de leitura do ser no mundo, no qual podem ser coletados e interpretados informações diversas e difusas que vão dizer respeito à inserção do ser humano no mundo, sua relação com outros, com a natureza e como se dá a sua base social. Fala de um mundo em que o humano realiza a sua existência, e nessa Paisagem são deixadas marcas e objetos, frutos deste labor ao longo dos

tempos, contribuindo para a compreensão profunda da interação entre o ser humano e o ambiente (DARDEL, 2015. INGOLD, 2015).

Ainda, a Paisagem não é uma constante física, que seja simplesmente dada à observação e a descrição. Ela é, antes de tudo, dada apenas em relação aos seus habitantes, as suas vidas, movimentos e propósitos, e aos locais onde moram, e extrai seu sentido destas relações. As pessoas e as Paisagens são mutuamente constituídas e assumem significados e aparências em relação às pessoas, e estas pessoas desenvolvem habilidades, conhecimento e identidades em relação às Paisagens nas quais se encontram (TILLEY, 1994, 2004 apud INGOLD, 2015)

A Paisagem, para Dardel (2015), pressupõe a presença humana, mesmo quando esta presença se faz ausente, e traz a Terra como lugar, base e meio da realização das atividades humanas. É uma parte ativa e integral da vida humana, como algo que transcende o físico e incorpora emoções, sensações e as experiências de quem observa e de quem opera as Paisagens. Segundo o autor:

...uma verdade emerge da Paisagem, contudo não como teoria geográfica ou mesmo como valor estético, mas como expressão fiel da existência...(DARDEL, 2015, pag. 32)

As Paisagens em Tabuleiro e Cubas se estabeleceram a partir do século XIX, num contexto de campesinato, no qual ficaram circunscritos até o final do século XX. Nesse plano temporal, as comunidades se estabeleceram, se solidificaram e moldaram suas Paisagens, locais e regionais, sendo ali estabelecidos marcos e referências, construídos ou naturais, numa complexa e amalgamada interação entre a natureza e a cultura, o que criou vínculos profundos com a Terra na qual essas comunidades estão assentadas e vivem ao longo de anos.

Tais modos de vida, que se mantiveram consolidados e estabelecidos até o final do século XX, são também determinantes de como os espaços foram habitados, produzidos e como estes são formadores das Paisagens. Em ambos os casos, tanto Tabuleiro quanto Cubas, a formação do pequeno núcleo “urbano” deram-se a partir da ermida religiosa, que funda o espaço habitável, estabelecendo a conexão entre o divino o terreno.

Bessa (2021) nos coloca que criar marcos, fincar elementos verticais, cria um centro num fragmento de mundo, em meio à Paisagem ao redor não tem nenhum ponto de referência.

Essa ação permanece, ainda hoje, como orientação humana em qualquer território. A criação de uma centralidade, por uma sociedade ou um povo é, conforme o autor, a referência de toda a vida material e simbólica. A centralidade é o centro que instaura a Paisagem como lugar de vivência. É o antecedente das referências materiais e imateriais que construímos para nos sentirmos seguros.

A partir da inserção das ermidas, em Tabuleiro e Cubas, funda-se o espaço habitável, que vai dar sentido existencial ao espaço geográfico e conseqüentemente às Paisagens. As famílias vão estabelecer-se ao redor do ponto de referência seguro, que lhes alimenta o espírito, mas que também lhes conectam com o terreno, permitindo o trânsito seguro entre a natureza desconhecida e o ambiente que estes reconhecem como casa. Do porto seguro, a população tem a permissão para deslocar-se através da Paisagem (Figura 14).

As casas, que vão se estabelecer ao redor do templo religioso, em ambas as comunidades, vão funcionar como uma pequena base de subsistência. Normalmente, a edificação principal ocupa o centro do terreno, tendo a cozinha como o coração, local no qual o alimento é preparado e a vida social acontece. Em minhas andanças e conversas com os moradores de Cubas e Tabuleiro, fui sempre recebido na cozinha, cujo fogão a lenha é alimentado durante todo o dia. A comida estabelece o laço entre o de fora e o de dentro, num convite aprazível a conviver com o Outro. No quintal, pocilgas, galinheiros, horta, pomares, casas de farinha e tachos de rapadura, numa rotina contínua de trabalho que envolve os membros da família. Nas bordas do quintal, áreas de lavoura de milho, cana, mandioca, cultiváveis de colheita mais imediata (Figura 15). Para fora dos núcleos dos assentamentos, nas bordas dos vilarejos, cada família detinha suas posses de terra, cujas lavouras de maior porte, ou pastos para gado, eram manejados, em mutirão, pelos locais.

Assim, a formação dos núcleos de Tabuleiro e Cubas, e das Paisagens ao redor, se dão sob a mesma dinâmica, na qual o cerne religioso funda o espaço, as casas e seus quintais se distribuem ao redor, e um cinturão verde de lavouras e pastos circunda as vilas.

Para além, é importante marcar que a escolha do local para fundação de ambas as vilas está intimamente ligada à proximidade com a água e a proteção ocasionada pelos escarpamentos rochosos do Espinhaço.

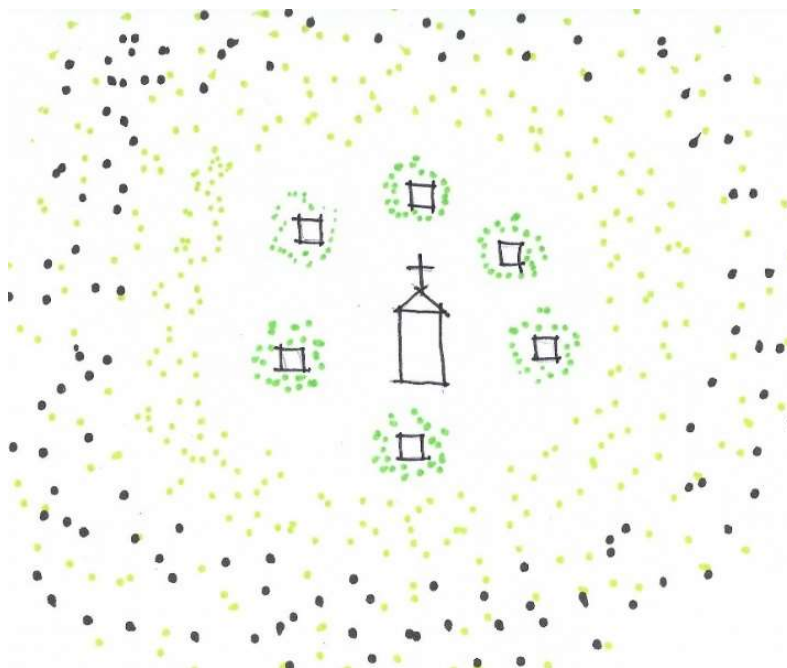


Figura 14: Croqui da fundação do espaço habitável. A centralidade da Ermida, as casas (núcleos de subsistência), o círculo de proteção das lavouras, e a natureza ao redor. Desenho do Autor, 2023

Em Tabuleiro, o ambiente eleito para implantação do templo religioso e das casas foi a margem esquerda do Rio Preto, que contorna íngreme encosta que desce do Norte e finda no fundo do vale. Em tempos remotos, a vertente do vale escolhida para ocupação pelos tabuleirenses era ocupada por vastas matas, que desenrolava seu tapete verde por sobre o relevo acidentado de solo vermelho, constituindo vasto dossel vegetal. Ao longo dos tempos, essa densa massa de árvores, nativas da Mata Atlântica, foi sendo substituída por áreas de pastagens e lavouras, num contínuo processo de desmatamento que vai marcar a Paisagem. Atualmente, ainda é possível verificar resquícios da mata, principalmente nos topos de morro e fundos de vale, mas agora entremeados a inúmeras casas, resquícios de lavouras e pastos.

À margem direita do Rio Preto, poupada inicialmente de ocupações por casas e afins, o escarpamento vertical do Espinhaço Meridional eleva-se abruptamente, revelando, a montante do rio, um belo cânion. Neste ponto, a transição entre os biomas da Mata Atlântica e o Cerrado é nítida, passando a vegetação a ralejar e diminuir de tamanho, dando lugar à arvores tortuosas, solo rochoso, esbranquiçado e vastos campos. O paredão rochoso, entremeado por massas verdes, ergue-se aos céus e segue de norte a sul, o que limita o horizonte e protege a vila do Tabuleiro, que está incrustada ao sopé da serra. Em meio ao escarpamento, afloramentos de rocha branca se destacam e emolduram o corajoso salto do Ribeirão do Campo, a Cachoeira do Tabuleiro, que mergulha no abismo, indo findar numa grota úmida.

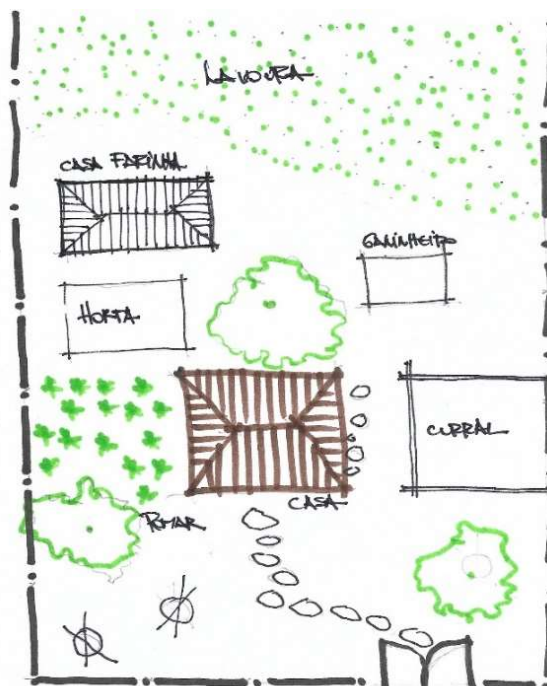


Figura 15: Croqui da implantação da casa tradicional em Tabuleiro e Cubas. Desenho do Autor, 2023

Para implantação do templo religioso em Tabuleiro, ponto geracional e polo da ocupação local, foi selecionado um platô natural, em terreno elevado em meio a mata, com vista para a Serra do Espinhaço. Aberta a clareira em meio a mata, e posteriormente consolidada a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e seu adro, deu-se a ocupação de casas no entorno da ermida, estabelecendo-se o núcleo do Tabuleiro.

Paralelamente, ainda na margem esquerda do Rio Preto, e a leste da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, consolidava-se também um outro núcleo, de bases familiares, capitaneado pelo garimpeiro e fazendeiro João Rodrigues. Este mantinha a casa-sede de sua fazenda com áreas de pasto e lavouras diversas no entorno e, à medida que seus filhos e agregados expandiam a família, porções de terra eram doadas e ocupadas pelos mesmos, criando assim a região conhecida como do Rio Preto (Figura 08).

Analogamente ao Tabuleiro, a vila de Cubas foi implantada à margem esquerda do Rio Cuba, num fragmento de terreno com inclinação favorável, local escolhido para inserção da ermida religiosa dedicada ao Divino Espírito Santo. O local é protegido pelos escarpamentos do Espinhaço, que circundam a vila no sentido sul, oeste e norte, criando uma espécie de teatro, cujas montanhas são os espectadores, e a vila o palco. A vegetação de Mata Atlântica é mais preservada e densa, distribuindo-se por sobre os morros do entorno. À medida que o vale do

Rio Cubas se eleva nas montanhas, a transição da vegetação é novamente clara, dando lugar aos campos de altitude. Semelhante ao Tabuleiro, as casas locais se desenvolvem ao redor do templo religioso, entretanto de maneira espaçada, formando espaços mais permeáveis e fluídos, em que as casas se mesclam às lavouras, pomares, hortas e currais (Figura 16).

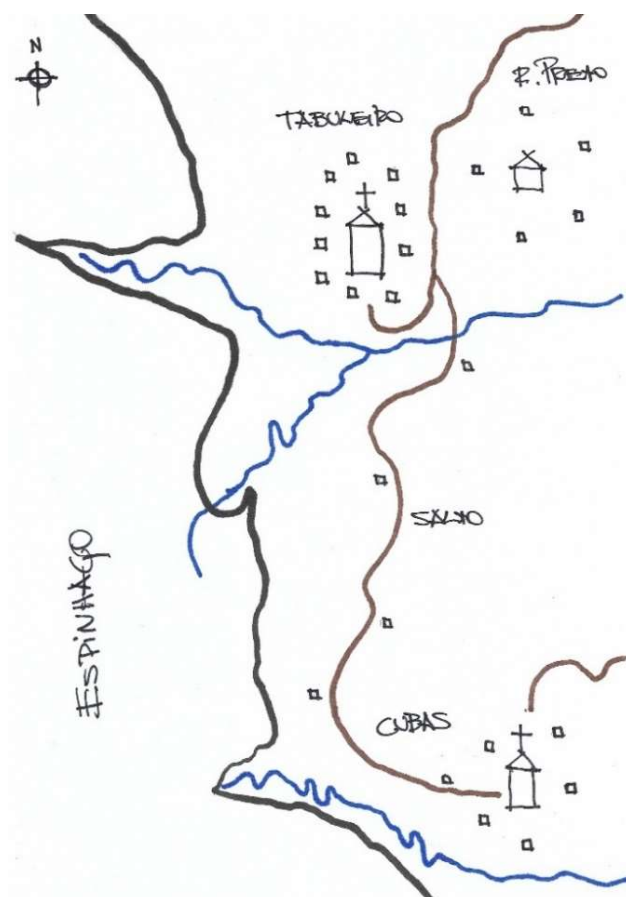


Figura 16: A inserção das comunidades de Tabuleiro e Cubas na Paisagem. Desenho do Autor, 2023.

A Igreja do Divino Espírito Santo tem sua frente orientada para grande vazio frontal, que configura espécie de adro, no qual pode-se vislumbrar o encaixado vale do Rio Cubas, cujas nascentes estão no escarpamentos do Espinhaço a oeste dali. Ao final do adro, estabelece-se a tradicional casa da Família Assis, com o partido arquitetônico das fazendas seculares mineiras. Ao fundo, ergue-se belo maciço rochoso, que nasce no fundo do Rio fundo do vale do Rio Cuba.

Em nossas pesquisas de campo, em diversos momentos, nossos interlocutores pontuaram sobre como se dava o cotidiano e as relações com o ambiente. A vida era baseada na intensa relação, conhecimento e dependência da Terra. Os fluxos e ciclos cotidianos estavam vinculados às estações do ano, mais precisamente aos períodos de seca e chuva, organizando-

se os períodos de plantação, colheita e manufatura dos bens alimentícios, que iriam garantir a alimentação da família. O território era percorrido por longos trajetos, a pé, ou a cavalo, pelas trilhas que cortavam a região, seja para acesso à sede de Conceição do Mato Dentro, seja para os altos de serra, no qual a família campeava gado e mantinha roças, seja para frequentar as festas religiosas em Tabuleiro e Cubas e outras vilas da região. O interesse em conhecer as plantas e suas funções (principalmente medicinais e funcionais), os entremeios da serra e as conexões entre as pessoas e os lugares era repassado pelos antepassados, estabelecendo o vínculo ancestral entre o ser, a Terra e a Paisagem.

Ao conversar com os moradores locais, principalmente os mais antigos, ou os mais ligados à lida com a terra, sejam estes de Tabuleiro ou Cubas, é nítido o vasto conhecimento que eles detêm sobre o lugar. Conhecimento que vai desde uma espacialidade abrangente, cuja cada grotta, cada caminho, cada curso d'água, cada rancho, está mapeado em sua mente, como também o conhecimento profundo da propriedade medicinal de alguma planta nativa, a funcionalidade doméstica de um capim, o melhor ponto de pesca ou a atenção ao canto dos pássaros, que indicam o prenúncio da seca ou chuva, o que vai ditar os períodos de plantação e colheita das lavouras.

Os nativos compreendem que um ser vivo, seja ele humano ou animal, depende um do outro, para que a vida siga seu curso em equilíbrio e mútua relação. As plantas e animais fornecem o alimento e a força de trabalho do dia a dia, e o cuidado humano com as plantas e os animais também alimentam outros seres, o que cria uma simbiose múltipla. A relação entre o Ser e a Terra é intensa, insociável e, apesar de funcional, respeitosa.

Os estreitamentos com a Terra e a Paisagem foram também enfatizados pelos enunciantes, que trouxeram, no relato de suas memórias, suas antigas rotas e rotinas de trabalho na roça, sempre vinculadas às terras altas do Espinhaço Meridional. As roças das famílias eram plantadas nas encostas e vargens da Serra do Intendente, sendo corriqueiros os pernoites em ranchos dispostos por lá. A produção era toda para subsistência, sendo os excedentes trocados com moradores locais ou com a tropas de cargueiros, por outros bens não produzidos pelas famílias. Os deslocamentos e travessias por sobre o Espinhaço ou pela Estrada do Salto eram ordinários, e nos relatos é percebido grande conhecimento territorial e geográfico, como também estabelecimento de vínculos afetivos com os lugares e pessoas que habitam a região alvo de nossos estudos.

O constante manejo da natureza também aparece em seu discurso, seja no descanso nas áreas de agricultura, seja na remoção, e posterior reflorestamento, de árvores para utilização de madeira para usos diversos, seja na coleta de espécies vegetais para produção de arranjos ou para produção de medicinas. Com a natureza, mantinham uma relação de interdependência e subsistência, referindo-se aos lugares como pontos de pesca, coleta de água, área de plantação, pasto, reserva de madeira, ou seja, a relação com o meio tinha um significado de sobrevivência e perpetuação da vida.

A montanha e os altos de serra, cujos escarpamentos delimitam o horizonte nas duas vilas em estudo, e onde posteriormente instalaram-se as UCs, mantém aspecto diverso na vida dos locais. Em nossas indagações e investigações, foi percebido, em nuances, que estes ambientes permeiam o imaginário local num aspecto quase que sacralizado. A maioria das famílias entrevistadas mantém, ainda nos dias de hoje, ranchos rústicos no alto de serra, que originalmente funcionavam como pontos de apoio para campear gado ou para atividades de plantação e colheita, mas que também é local de destino para atividades de ócio e lazer. Os ranchos, muitas vezes construídos com paredes de barro, piso em chão batido e coberturas em sapé, implantados em campinas ou entocados em resquícios de matas, evocam uma afetividade e fruição estética apuradas da Paisagem, com destaque para as conformações e apresentações da natureza, apreço às intervenções humanas, proeminência à beleza e à magnitude dos maciços rochosos, e a amplidão/ vastidão dos altos de serra. Dos entrevistados em nossa pesquisa de campo, todos que ainda mantém os ranchos no alto de serra relataram lá ser o lugar no qual se sentem plenos e em paz espiritual, estabelecendo ali um refúgio.

O apartamento geográfico das comunidades em estudos não constituiu barreiras ou delimitaram núcleos fechados. Desde a formação primitiva dos povoados de Tabuleiro e Cubas, que ocorreram a partir do século XIX, as relações socio-territoriais das comunidades se confundem e se mesclam, criando uma amálgama cultural indissociável, entre si e do meio ao qual estão inseridas, e que ainda hoje são reproduzidas pelos moradores locais. O trato entre as comunidades em estudo engloba os usos e apropriações do território, mas também interpretações, percepções, simbologias e vivências humanas em relação aos espaços produzidos. São essas dinâmicas que conferem diversidade às manifestações culturais e que formam a biocenose dos povoados de Tabuleiro e Cubas, sendo estas interrelações intermediadas pela Estrada do Salto.

Tradicionalmente, as comunidades de Tabuleiro e Cubas se unem em mutirões para manejo das lavouras, que predominantemente são voltadas à plantação de milho, mandioca, cana-de-açúcar e feijão, sendo comum que trabalhadores se desloquem pelo território, no intuito de auxiliar, ou receber auxílio, nas lavouras. Nos quintais e terreiros dos sítios e casas são produzidos fubá, canjiquinha, farinha de mandioca, polvilho, rapadura e cachaça. As casas e sítios dos moradores tradicionais apresentam, invariavelmente, algum engenho, fôrnalha, moinho d'água ou de eletricidade (já adaptado), galinheiro e pocilga. Também constitui atividade que interfere na produção do espaço as áreas de pastagens. A criação de gado também faz parte da rotina doméstica, mesmo que em pequena escala. A produção de leite provisiona as famílias e o excedente é vendido às cooperativas e, em menor escala, é utilizado na produção de queijos artesanais de leite cru. O conhecimento das espécies vegetais, seu uso e manejo, e a propriedade medicinal das plantas dispostas na Paisagem, ainda é uma virtude praticada. Caminhos que cruzam as serras, conectam pessoas, vilas e vidas, e são conhecidos e vivenciados pelo constante caminhar através da Paisagem bucólica da região.

Essa vida social e laboral não é dividida em plano separado do resto da natureza, mas faz parte do que está acontecendo em todo mundo orgânico. O processo no qual todos os seres vivos estão, a relação ser-natureza, constituem condições de existência uns dos outros, tanto para si, quanto para gerações futuras, e são marcadas por objetos, intervenções ou afetividades, nas Paisagens que as conformam. (INGOLD, 2015)

Ingold (2015) nos aproxima da proposta de que as Paisagens são significadas. Elas nos fazem sentido a partir de uma interconexão relacional entre a vida e os movimentos dos habitantes da Terra, que costuram um emaranhado de trilhas, linhas de cotidiano, que são personalizados nas Paisagens, sendo esta um testemunho do correr da vida. Assim, as Paisagens são tramadas no devir, e o devir trama, arquiteta e constrói as Paisagens, num processo perene e infinito, que moldam o mundo.

Tais interpretações podem ser observadas no nosso recorte de pesquisa, no qual as comunidades estabeleceram, ao longo de anos, modos de vida ligados ao trabalho comunitário, sobre e com a Terra, à espiritualidade e à produção do espaço que as conforma, como forma de perpetuação da vida e de sua cultura.

As vidas, e modos de se viver, estão conectados por uma malha, um complexo tecido múltiplo e de diversos nós (encontros e desencontros), que se movem juntos através do tempo, se entrelaçam e formam uma imensa tapeçaria em constante evolução, definindo a textura do mundo. O corpo senciente, ao mesmo tempo percebedor e produtor das Paisagens, traça caminhos do devir do mundo no curso mesmo da contribuição para sua contínua renovação. (INGOLD, 2015).

Assim, seja nas atividades tradicionais relacionadas à agricultura familiar, baseadas principalmente no cultivo de milho e cana de açúcar, e o beneficiamento desta produção; na manutenção da antiga prática do sistema de “meia”; no modo de viver e se apropriar do espaço; na organização e vivência, intensa, dos festejos e folguedos religiosos e/ou populares, ou mesmo naqueles profanos; nas trocas, em formato de escambo, da produção agrícola; e mais recentemente, na convivência com a delimitação de UCs, nas relações com a prática turística, e com o turista, os povoados de Tabuleiro e Cubas trazem singularidades e comunhão entre as comunidades envolvidas.

As Paisagens devem ser entendidas como um conjunto único, vivo e extremamente dinâmico, cuja relação tecida ao longo do tempo, entre ser humano e natureza, traz caráter peculiar e formas específicas de uso e apropriação da natureza pelo labor humano. Entretanto, a partir do final do século XX, a “redescoberta” da região, ancorada no interesse de forasteiros na Cachoeira do Tabuleiro e em outras belezas naturais do entorno, impulsiona o crescimento das atividades turísticas nas localidades. O crescente potencial turístico atrai olhares, de interesses difusos e diversos e, associado a real e iminente necessidade de criação de mecanismos de proteção ambiental, implanta-se no entorno das comunidades o PNMT e do PESI. Tais fatos e o natural fenômeno turístico, associado ao interesse do poder público e privado em difundir e fomentar as atividades de uso público nas UCs, faz com que novos agentes culturais e políticos se voltem para as vilas de Tabuleiro e Cubas, o que vai ser o gatilho para as reorganizações e transformações daquelas Paisagens que, até então, detinham dinâmicas próprias, atreladas a um profundo conhecimento do território e ao vínculo com a Terra.

Assim, em nosso próximo capítulo discutiremos, a partir deste ponto de inflexão, as reconfigurações e as ressignificações atribuídas às Paisagens, além de apresentar a atual conformação das Paisagens em Tabuleiro e Cubas e seus possíveis prognósticos e tendências.

4. PAISAGENS RESIGNIFICADAS

4.1. A “redescoberta” embala a inserção das Unidades de Conservação: Uma nova inflexão

Formatada a trajetória temporal de ocupação e construção das Paisagens nas vilas de Tabuleiro e Cubas, apresentaremos como as comunidades são atravessadas pelas inserções de novas forças culturais, políticas e econômicas, que se projetam sobre este recorte territorial, no qual iremos contextualizar, como e porque, se criaram as Unidades de Conservação, PNMT e PESI, e como esta ação pode ser considerada mais um ponto de inflexão na linha evolutiva dos povoados de Tabuleiro e Cubas, ressignificando e reconfigurando as Paisagens locais. Com a pavimentação da MG-10 até o distrito de Cardeal Mota, na década de 1980, e a abertura dos acessos a partir de Conceição do Mato Dentro, a região de Tabuleiro e Cubas começa, vagarosamente, a receber novos desbravadores e aventureiros, agora cidadãos modernos, que galgam o Espinhaço Meridional, na busca por atrativos naturais e belezas cênicas, “redescobrimo” aquelas Paisagens.

A busca pela Cachoeira do Tabuleiro, a partir da década de 1980, até então denominada Cachoeira do Ribeirão pelos tabuleirenses e outros atrativos naturais, cênicos e culturais da região, leva os turistas a redescobrirem o povoado do Tabuleiro, retirando o mesmo do anonimato. Tais turistas ora chegavam via Conceição do Mato Dentro, por estradas não pavimentadas e em rodagem precária, ora vinham pelo alto da Serra, a cavalo ou a pé, provenientes de Lapinha da Serra, também recém-redescoberta (GONTIJO, 2003. PADOAN, 2017). Tal movimentação turística, e por consequência a pressão de desenvolvimento de atrativos turísticos, foram o gatilho para a iniciativa popular pela conservação das nascentes do Ribeirão do Campo e da Cachoeira do Tabuleiro. Na época, a atividade pecuária estava em decadência, fazendo com que os atrativos naturais se tornassem a esperança de desenvolvimento da região.

Oliveira (2016) remonta ao fato que, em meados da década de 1990, um empreendimento hoteleiro de luxo estava em vias de ser implantado nas proximidades da Cachoeira do Tabuleiro, o que motivou a mobilização para que fosse criada alguma proteção às nascentes Ribeirão do Campo.

...a criação do PNMRC, originário do PNMT, ocorreu por iniciativa de um grupo de pessoas ligadas à prática de esportes de aventura, vindos de Belo Horizonte e alguns detentores de propriedades na região, que propuseram a conservação da cachoeira do Tabuleiro – por sua beleza e grandiosidade - e de seu entorno. Dessa forma, de acordo com os entrevistados, o PNMRC foi criado na tentativa de proteger esse atrativo e foi emergencialmente decretado, sem consultas públicas aos moradores internos e do entorno...(OLIVEIRA, 2016, pag. 67).

Kutchenski (2006) e Oliveira (2016) nos informam que o processo de criação do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo - PNMRC foi capitaneado pela organização não governamental Sociedade Amigos do Tabuleiro - SAT, criada em 1997, por membros da sociedade civil, tendo como representantes cidadãos de Conceição do Mato Dentro e frequentadores do povoado. Entretanto quando esmiuçado os dados, fica claro que a população local não fazia parte da SAT, estando afastada do núcleo geracional do processo de implementação da UC¹⁴.

Conforme Kutchenski (2006), ao longo do processo de criação do PNMRC, a SAT promoveu reuniões com a população local, no objetivo de sensibilizá-la sobre as motivações da proteção, a importância da conservação do meio ambiente e dos possíveis benefícios que as atividades turísticas poderiam promover a região. Entretanto, a população local se posiciona contra a criação da UC, pois demonstram receios em serem cerceados de continuar com suas atividades laborais de subsistência e culturais, leia-se manejo da terra (pastos e lavouras), retirada de lenha, coleta de espécies vegetais, acesso aos caminhos diversos que interligam as comunidades e as novas regras que seriam impostas sobre o território. Ainda, se diziam estar totalmente despreparados para recebimento de turistas, devido à precariedade do acesso e da infraestrutura local.

Por fim, em 1998, à revelia da comunidade de Tabuleiro, e também de Cubas, a SAT segue com o processo de criação da UC, com apoio da Prefeitura de Municipal de Conceição do Mato e, em 03 de novembro no mesmo ano, através do Decreto nº 158, deu-se a criação do PNMRC, com área de 3.150 hectares, com a justificativa de garantir a integridade de importantes ecossistemas desta área, considerada de extrema importância biológica e com possibilidade de que sua implantação pudesse vir a ser uma salvaguarda econômica e social

¹⁴ O debate acerca da criação, implantação, governança e dos conflitos sócio territoriais e ambientais nas Unidades de Conservação no Brasil, com foco na região do Espinhaço Meridional, seja de proteção integral ou de uso sustentável, é amplo e difundido através de trabalhos acadêmicos diversos, que foram nossas bases de pesquisa. Todos estão devidamente citados em nossas referências bibliográficas, podendo ser destacado os textos de Anaya (2014), Anaya; Souza (2014), Ferreira (2010), Moura (2018), Santos (2016; 2017) e Souza (2017).

do Município, por meio do turismo ecológico sustentável. Entretanto a comunidade continuava insatisfeita, conforme abaixo:

... um ano após a criação do Parque, a comunidade se sentia agredida e desrespeitada com a imposição. Ela ressentia pela forma autoritária como foi encaminhado todo o processo, privando-as dos recursos que a área oferece, sem a apresentação de alternativas viáveis, condizentes com a cultura da população. (KUTCHENSKI, 2016, pag. 135)

Em nossos levantamentos de campo, corroborando as apurações de Oliveira e Kutchenski, fica claro que a mobilização para criação da UC não foi empreendida pela população local, os camponeses, e sim por atores externos à comunidade originária, compostos pelos “novos desbravadores”, que chegavam à região, aliados aos representantes políticos de Conceição do Mato Dentro. Em 1999, inclusive, um ano depois da criação do PNMRC, foi criada a Área de Proteção Ambiental - APA Municipal Serra do Intendente para promover a proteção dos atrativos e da Serra do Espinhaço no entorno do Parque, que mais tarde viria a se tornar o PESI.

Em 2006, ocorreu manifestação de parte da sociedade de Conceição do Mato Dentro, com o apoio da PMCMD representada pelo então prefeito, Dr. Juvêncio Guimarães, para que as áreas do PNMRC e da APA Municipal Serra do Intendente fossem transformadas em um Parque Estadual. Na época, vários ofícios, incluindo abaixo-assinados, foram enviados ao Secretário Estadual de Meio Ambiente, solicitando que o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF/ MG criasse a UC Estadual. Atendendo às solicitações populares, que também tiveram participação ativa da SAT, foi homologado, através do Decreto sem número de 28 de março de 2007, a criação do PESI, com 13.508 hectares, com a finalidade “proteger a fauna e a flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região; e criar condições para o desenvolvimento de pesquisas e estudos de modo a conciliar, harmoniosamente, o uso científico, educativo e recreativo com a preservação integral e perene do patrimônio natural” (IEF/ MG, 2016). Destaca-se que a área de abrangência do PESI inclui a área do PNMRC, e abarca, exclusivamente, o território administrativo de Conceição do Mato Dentro/ MG.

Apesar do processo de criação PESI ter contado, conforme Batista (2016), com a coleta de assinaturas da comunidade concepcionense, através de um abaixo assinado, e com o suporte da PMCMD, novamente, a população local foi relegada, sendo a implantação do PESI

conduzida a sua revelia, o que aumentaria ainda mais as restrições de interação com o ambiente.

É interessante pensar, sobre esse apelo da sociedade concepcionense para criação do parque estadual, o quanto isso de fato representa a sociedade regional. Não me parece que grande parte dos cidadãos da região tenha embasamento crítico para pedir a sobreposição dos parques e a criação de um de caráter estadual. (OLIVEIRA, 2016, pag. 68)

O PESI tem seu nome associado à figura do Intendente Câmara, que possui grande relevância histórica para a região. Como já relatado anteriormente, relatos trazidos por Saint-Hilaire (1974) informam que existiu, durante o período que compreendeu a administração do Intendente Câmara no Distrito dos Diamantes (entre 27 de outubro de 1807 até 6 de abril de 1822), um caminho alternativo ao trajeto oficial (a Estrada Real), que foi aberto por ordem do próprio Intendente Câmara para transitar entre o Tijuco (Distrito dos Diamantes) e a Real Fábrica de Ferro em Morro da Gaspar Soares.

...quando o Intendente dos Diamantes se dirigia do Tijuco às forjas reais de Gaspar Soares, nunca passava por Vila do Príncipe ou Conceição. Para chegar mais depressa, e talvez para evitar homenagens fastidiosas ele seguia pelas montanhas a estrada de Santa Luzia a Congonhas; dormia em casa do sr. Barreto, e, a pouca distância deste pouso mandara construir um caminho que, atravessando a Serra da Lapa, ia ter às forjas” (SAINT-HILAIRE, 1974, pag. 49).

Assim, a citada Serra da Lapa passou, posteriormente, a ser conhecida como Serra do Intendente, local onde atualmente está localizado o PESI, pelo fato do Intendente Câmara utilizar a região como atalho da Estrada Real e para evitar as honrarias de sua passagem pelos vilarejos do caminho oficial durante sua administração do Distrito dos Diamantes.

O PNMT substitui o PNMRC, entretanto mantendo o formato e área de extensão, sendo criado através da Lei nº 2.063, de 23 de junho de 2013, e tem por finalidade a “preservação de ecossistema natural de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (IEF/ MG, 2016). O PNMT tem seu nome atrelado ao nome do povoado que precede a sua principal porta de entrada, o Tabuleiro. Segundo a PMCMD¹⁵, são muitas as versões sobre a origem desse nome. Porém as mais difundidas entre os habitantes locais apontam que essa

¹⁵ ver <https://www.cmd.mg.gov.br/tabuleiro-do-mato-dentro>, acessado em 08/09/2023.

denominação está vinculada às serras da região, que em alguns locais possuem formatos aplainados, na forma de tabuleiros. Há, ainda, a versão do nome que remete aos tabuleiros utilizados no passado para o transporte de mercadorias até Conceição do Mato Dentro, atravessando a serra e passando pelo povoado atualmente denominado Tabuleiro.

O PESI e o PNMT, que são lindeiros entre si, apresentam atributos naturais e beleza cênica relevantes que conferem caráter único para ações de conservação ambiental, pesquisa científica, turismo ecológico sustentável e esportes de aventura que, entretanto, em sua criação, vão de encontro os interesses locais. As UCs, do ponto de vista institucional, representam um instrumento essencial para a conservação da biodiversidade, em especial dos Campos Rupestres, já apontado por várias políticas de conservação, como uma das áreas prioritárias, identificadas como de extrema importância nas políticas federais e estaduais, na relevância da RBSE, nos Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas, entre outras.

Quando analisado os objetivos de criação dos Parques, implantados sob esforços verticais de um grupo externo à realidade local, fica claro que, em nenhum momento, as comunidades que ali estavam assentadas a anos, e que mantinham uma relação intrínseca com a terra e que dela dependiam para sua reprodução social e cultural, foram contempladas. Em ambos os casos, o legítimo argumento da preservação ambiental, necessário e imperativo para a conservação e preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, não leva em conta as relações pretéritas e latentes entre as comunidades e as Paisagens, que foram percorridas, reconhecidas e construídas ao longo de dezenas de anos. Não levam em conta, também, a interdependência entre o ser/ existir daquelas pessoas com os ambientes que as circundam e as conformam existencialmente, na qual a dicotomia cultura/ natureza parece não existir.

Enviesadamente, os agentes externos àquela realidade, provenientes dos grandes centros, com práticas cidadinas e vinculadas ao fenômeno urbano moderno, que apartou as relações entre natureza e cultura, apropriam-se dessas Paisagens, e optam por oferecê-las a outros propósitos, dessa vez científicos, recreacionais e turísticos, propósitos os quais atendem a esta parcela da população, negligenciando os modos de vida da população depositária, e que dali dependem para sua sobrevivência e existência. O uso territorial propostos pelas UCs, calcados na preservação ambiental, e revestidos pela produção de conhecimento científico e nas atividades recreacionais / turísticas, vai de encontro aos usos tradicionais operados pela

comunidade, que se baseavam em relações laborais e espirituais de interdependência com a natureza e com o que ela tinha a oferecer.

Nos relatos colhidos, principalmente na fala de moradores mais antigos, é notada uma mágoa relativa à implementação dos Parques, uma vez que seus modos de vida foram afetados, sendo estes tolhidos de se relacionar com aquele espaço, e aquela Paisagem da mesma maneira. À medida que a UC vai se consolidando, a partir de 1998, novas regras de uso e manejo do solo, com foco na conservação e preservação ambiental e da biodiversidade, são introjetadas no território, indo de encontro às antigas e tradicionais atividades empreendidas pelos locais, que moldavam, ao seu modo, as Paisagens, agora dominada por agentes externos.

Para a população tradicional, os campos de altitude eram utilizados como áreas de pasto e coleta de espécies vegetais, que tinham função doméstica e econômica. As encostas e várzeas eram áreas de lavouras diversas, os rios e córregos, além da coleta da água, subsidiavam a pesca artesanal e os caminhos ancestrais, percorridos a pé ou em mulas, permitiam o amplo deslocamento e ligação com outras vilas montanhesas do Espinhaço Meridional. Os altos de serra eram admirados, venerados e sacralizados, sendo distribuídos cruzeiros ao longo de sua extensão, no qual as populações se deslocavam em romaria no intuito de se alcançar as graças do divino, conforme relatado em nossas interlocuções. Nas terras altas, algumas famílias mantinham ranchos, que auxiliavam nas atividades funcionais, mas que também eram receptáculo do ócio e da apreciação da natureza. A rede de significados das Paisagens era outra e nessas Paisagens construídas pela cultura local, a vida dos povos se desenrolava.

Conflitos se instalam e as relações com aquele ambiente se alteram. As práticas de pesca, áreas de lavoura, o manejo, retirada e uso da madeira (lenha e construção), manejo do gado, coleta de espécies vegetais (arranjo de flores, usos medicinais e ferramentais) e retirada de pedras (construção de fornos de farinhas e muros) são fiscalizadas e reprimidas. Para além, dentro da área institucional dos Parques, habitavam, e ainda habitam, o que ia de encontro aos preceitos da preservação ambiental naquele momento, moradores seculares, que optaram por resistir e manter suas residências, ranchos e práticas, que gradativamente foram remoldadas e substituídas, dando lugar ao apoio às atividades turísticas, principalmente ligadas às travessias de médio curso, que se consolidaram no interior das UCs, o que será abordado à frente.

A implantação das UCs, para além da conservação e preservação ambiental, vai cooptar tais Paisagens a outros interesses, sendo estas agora utilizadas como ativos mercantis, que vão impulsionar as atividades turísticas e o desenvolvimento da região, atraindo cada vez mais visitantes e novos agentes culturais. Gradualmente, as novas regras impostas, os novos usos e as novas pretensões para o lugar vão romper e transmutar, em partes e em nuances, as relações entre a comunidade e meio. Novos valores são introjetados. Os modos tradicionais de vida e construção da Paisagem, que é dinâmica e reflete os caminhos adotados pela sociedade, são lentamente desconstruídos, apesar de resistências, dando novos arranjos ao espaço e a sua relação com o meio, atribuindo novos significados à Paisagem.

Evolutivamente, entre os anos de 2016 e 2018 foram elaborados estudos para o Plano de Manejo do PESI e do PNMT (IEF/ MG, 2016 e 2018), nos quais a abordagem é mais horizontalizada, sendo a comunidade trazida para o berço das discussões. A condução do documento traz a realização de três Oficinas de Planejamento Participativo, sendo uma com os pesquisadores/ técnicos, que focam nas questões ligadas à conservação ambiental, e outras duas com as comunidades, tendo diversos temas específicos envolvidos, quando foram debatidas as relações com as comunidades do entorno, e com os moradores no interior das UCs, e as diretrizes para o zoneamento das UCs. No âmbito das oficinas estabeleceu-se quais seriam os alvos da conservação, tendo como um dos focos:

Comunidades: quanto às comunidades do entorno, mesmo estando situadas na zona de amortecimento das duas UCs, elas dialogam identitária e culturalmente com a Paisagem grandiosa de fundo, Paisagem esta que lhes proporciona, via de regra, a biodiversidade e a água de qualidade em relação às quais pautaram suas histórias e arranjos sociais, e sem as quais grande parte de sua sobrevivência estaria comprometida. Portanto, as comunidades são fundamentais no processo de planejamento, manejo e gestão dos Parques. (IEF/ MG, 2018, pag.22)

Ao longo das oficinas, foram levantadas, pelas comunidades, uma série de ameaças e anseios, que podem ser ilustrados na Figura 17.

Ao analisar a figura acima, fica claro que as comunidades do entorno das UCs, que inclui Tabuleiro e Cubas, destacam suas preocupações com a falta de ordenamento territorial e fiscalização, especulação imobiliária, perda da identidade histórica e cultural, turismo desordenado e outras tensões que permeiam o imaginário local. Tais preocupações, conforme destacado, refletem diretamente a uma inquietação local quanto ao destino de suas Paisagens e suas relações com o ambiente.



Figura 17: Esquema para Ameaças aos valores fundamentais da comunidade. Fonte: IEF/ MG, 2018. pag. 24

Como consequência, o Plano de Manejo traz uma série de diretrizes, construídas coletivamente, que apontam para ações de preservação das águas, recomposição das matas nativas, busca de alternativas sustentáveis para uso do solo, fortalecimento do protagonismo da comunidade, regularização fundiária (interno e externo às UCs), fiscalização do parcelamento do solo, valorização dos saberes tradicionais, desenvolvimento do turismo de base comunitária, manutenção e melhorias das estradas, gestões compartilhadas entre a gestão das UCs e a comunidade, além da definição de zoneamento para os Parques e o entorno (IEF/ MG, 2018). Ainda, a abordagem pretendida pelas unidades gestoras não buscou a desapropriação e a remoção das famílias proprietárias/ posseiras de terras no interior das UCs, e sim o fomento de Termos de Compromisso¹⁶ para a permanência destes no território, atribuindo parcerias entre a instituição e os moradores, criando suporte e serviços de infraestrutura turística aos usuários das UCs.

¹⁶ Pelo fato da situação de grande parte das UCs brasileiras se encontrarem em um cenário incerto quanto à regularização fundiária de suas áreas, uma solução criativa e possível, desde que bem negociada e articulada entre os gestores e proprietários, é firmar termos de compromisso nos quais se estabeleçam as obrigações de cada parte para que possa haver um mínimo equilíbrio para a gestão da UC e também seja vantajoso para os proprietários. Se houver possibilidade e abertura para negociação por parte do proprietário, os órgãos gestores das duas UCs devem realizar a negociação amparados legalmente por suas procuradorias e, se possível, com intermédio do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, procurando chegar a um consenso entre as partes em que se tenham claras as obrigações no Termo, visando sempre à integridade ambiental das UCs, que são de proteção integral, mas não lesando o proprietário que é o atual dono da terra. Diante disso, propõe-se que todas as propriedades que possuem áreas de camping, recebem visitantes e oferecem serviços, ou apenas tem em sua terra o acesso a atrativos turísticos, ou mesmo à prática de atividades esportivas, sejam o foco inicial dessas negociações, visando a formalização desses termos de compromisso. (IEF/ MG. 2018)

O Plano de Manejo traz a consolidação e a institucionalização das travessias e trilhas de grande/ médio percurso, caracterizados por caminhos históricos pré-existentes, utilizados pela população local, que ainda percorrem, de norte a sul, leste a oeste, o território das serras do Espinhaço, tendo como percurso de maior destaque a Travessia Lapinha - Tabuleiro. O percurso histórico, que se desenvolve de leste a oeste, sobre os altiplanos do Espinhaço, tem como função primordial o deslocamento dos moradores das comunidades, e os residentes do alto da serra, estabelecendo relações sociais, econômicas e afetivas entre as populações. No formato institucionalizado/ turístico, a trilha percorre cerca de 25 km, sob os mesmos trilhos seculares, sendo realizada em 02 dias, com um pernoite realizado em propriedades privadas que mantém parceria com a gestão do PESI e do PNMT.

O Plano de Manejo Integrado do PESI e PNMT (IEF/ MG, 2018) versa que as UCs “possuem uma vocação natural para o uso recreativo, esportivo e de aventura”, sendo pormenorizado que o território em estudo possui complexa rede de trilhas e estradas não pavimentadas, que “são tradicionais, utilizados secularmente por moradores da região no transporte de animais e mercadorias, e no deslocamento entre localidades”. No Plano de Manejo pontua-se que, nos últimos 20 anos, estes caminhos passaram a ser ressignificados, comercial e recreativamente, pelo fenômeno do turismo, incorporando novas práticas às rotas pré-existentes, tendo como rota mais utilizada a Travessia Lapinha-Tabuleiro. O documento ainda traz a informação que, dos quatro moradores residentes dentro das UCs¹⁷, dois deles têm como fonte de renda complementar a operação do turismo, fornecendo alimentação, infraestrutura e áreas de pernoite (camping ou alojamento) para os turistas que percorrem o tradicional caminho.

O processo de planejamento estratégico das UCs em foco abrange a institucionalização das trilhas pré-existentes, e a implementação de seu uso público, com destaque para a Lapinha-Tabuleiro, conforme IEF/ MG (2018). Isto nos aponta diretamente à transmutação dos valores atribuídos às Paisagens, na medida em que ele “foi construído de forma participativa entre a equipe técnica contratada, os gestores dos Parques, equipe do Instituto Estadual de Florestas (IEF), pesquisadores e as comunidades, a partir de informações disponíveis e conhecimento tácito de cada um dos envolvidos”.

¹⁷ Ao longo do Encarte 1 do Plano de Manejo do PESI e PNMT, identifica-se mais de 80 propriedades/ áreas de posse, no interior das UCs, sendo que a grande maioria não possui benfeitorias ou não são regularmente habitadas. Destes 80 proprietários/ posseiros, apenas 04 são residentes fixos no perímetro das UCS, mais precisamente na zona de sobreposição entre o PESI e o PNMT.

No zoneamento, definiu-se que as trilhas e caminhos constituem uma zona de uso extensivo e que as porções caracterizadas pelas propriedades dos residentes no interior das UCs caracterizam uma Zona de Uso Temporário, cuja “responsabilidade de conservação da área será compartilhada entre as UCs e os moradores. Deverá ser assinado um Termo de Compromisso, indicando, claramente, o que compete a cada um” (IEF/ MG. 2018). A Zona de Uso Temporário permite a permanência das famílias e a operação do turismo na travessia Lapinha-Tabuleiro, mas traz restrições, imposições e insubordinações junto à Gestão das UCs, no que abarca à expansão de atividades agrícolas e ampliação de infraestrutura, tratamento e destinação de efluentes e manejo do fogo, novamente limitando, e remoldando, os modos de vida locais. Neste ponto em específico, nota-se como novos significados para a Paisagem vêm sendo estabelecidos: os antes caminhos ancestrais de ligação entre as vilas, de função utilitária para as comunidades, transformam-se em rotas turísticas; as antigas casas e roças de moradores, em pontos de apoio turístico e áreas de pernoite. A nova vocação pretendida para o território vai substituindo os modos de vida tradicional pela operação do turismo.

Para fora dos limites das UCs, o advento do turismo trouxe, fomentado principalmente a partir de Tabuleiro, a ascendente chegada e a permanência de forasteiros no território, atraídos pelas belezas naturais da região e pela oportunidade de negócios relacionados ao turismo. Os “turistas”, como são chamados pelos locais, passaram a fixar residência no povoado, como também buscaram a aquisição de terrenos, levando a comunidade local a desmembrarem seus terrenos, que até então eram áreas de lavouras, manejo ou pastos, e comercializar os mesmos. Os hábitos ligados à lida com a terra ainda perduram, em menor escala, até os dias atuais. Entretanto, as novas dinâmicas territoriais, alavancadas pelo fenômeno do turismo, têm propiciado, recentemente, mudanças que vão de encontro aos modos de vida local, com reflexos na economia e nas relações sociais da comunidade, o que reverbera sobre a configuração das Paisagens, mas que também geram resistências por parte da comunidade.

Ainda de maneira incipiente e pormenorizada, as atividades turísticas, e suas consequências positivas e negativas, têm também se aproximado do povoado de Cubas e da Estrada do Salto, ambas no entorno das UCs. Os moradores mantêm modo de vida ligado ao trabalho com a terra, possuindo áreas de lavoura diversas, pastagens de gado e beneficiamento de produtos, tal como a produção da farinha de mandioca. Entretanto, o fluxo turístico e a busca pelos atrativos naturais da região têm sido alavancados pela abertura de uma nova portaria do PNMT, na região do Salto, que leva às cabeceiras da Cachoeira do Tabuleiro, assim como

também pela implantação da “Rota das 10 Cachoeiras” (ambos serão melhor explicitado à frente), o que tem causado a “redescoberta” da localidade. Na localidade já pode ser verificada uma simples hospedaria, construída e operada pelos locais, assim como serviços de alimentação, o que já funciona como renda alternativa das famílias ali estabelecidas. As percepções locais, no que diz respeito à presença institucional das UCs, são de que as limitações impostas pelos Parques não impactam, tampouco controlam seus modos de vida, apesar dos mesmos serem fiscalizados, e eventualmente multados, pelo uso indevido de madeira e manejo através do fogo. Entretanto os relatos trazem que o assédio por aquisição de terras, por parte de forasteiros, tem se intensificado, sendo as abordagens constantes. Por outro lado, os atuais e tradicionais proprietários e habitantes de Cubas, e da Estrada do Salto, têm se mostrado resilientes quanto à permanência de suas posses, não procedendo o parcelamento de suas terras. Seria uma reação ao que estes têm presenciado no Tabuleiro?

O Plano de Manejo ainda define em seu texto a Zona de Amortecimento - ZA¹⁸ do PESI e do PNMT, com abrangência de 2.170.513,80ha, e define a Área Especial de Uso Controlado, com finalidade de promover o ordenamento territorial do entorno das UCs, o que também impõe regramentos às atividades comunitárias.

A ZA do PESI e do PMNT extrapola o município de Conceição do Mato Dentro, incluindo também áreas de Santana do Riacho e Congonhas do Norte. A ZA abrange os seguintes povoados: Baú, Candeias, Parauninha de Cima, Parauninha e Cubas, todos em Conceição do Mato Dentro, sendo o último um dos nossos objetos de estudo, e Extrema, pertencente à Congonhas do Norte. Frisa-se que Tabuleiro, por configurar um núcleo urbano, teve seu território excluído da ZA, conforme art. 49 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Entretanto, o povoado sofre influências diretas das UCs, sendo definido para o núcleo urbano um zoneamento específico, caracterizado como Macrozona de Qualificação e Controle Urbano (Figura 18).

¹⁸ A Zona de Amortecimento é estabelecida no entorno das zonas núcleo, ou entre elas, tendo por objetivos simultâneos minimizar o impacto sobre estes núcleos e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente das comunidades tradicionais. Em geral correspondem às áreas de mananciais, APAs, áreas tombadas e outras regiões de interesse socioambiental. (IEF/ MG, 2016)

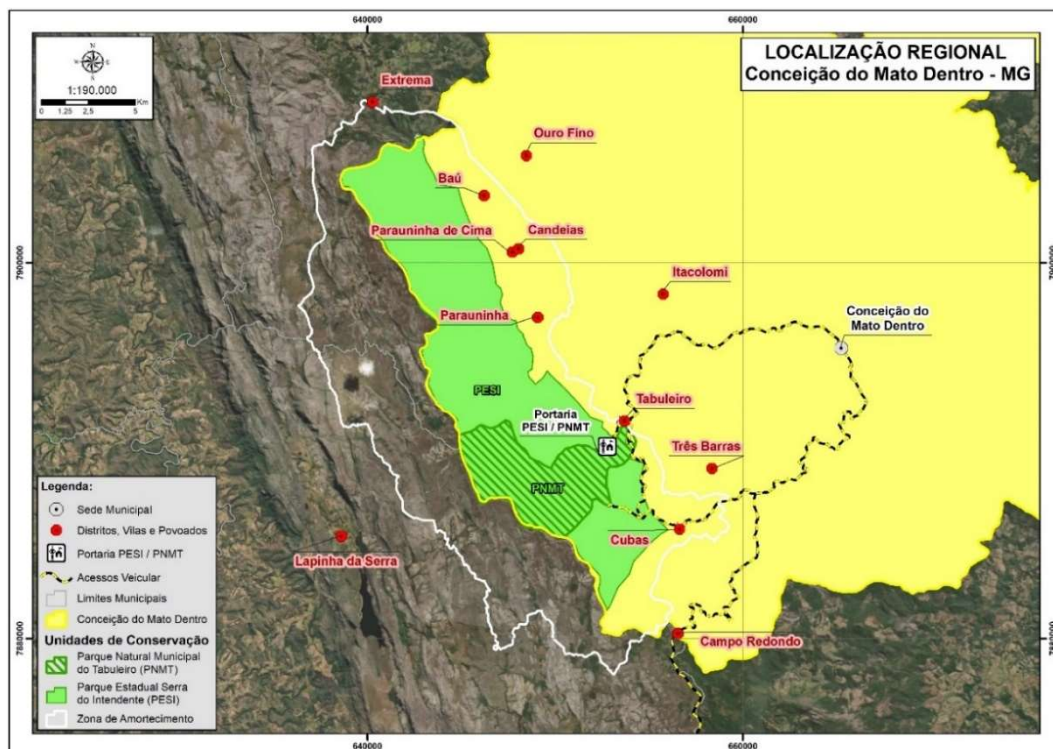


Figura 18: Localização do PNMT, PESI e ZA em relação aos povoados de Tabuleiro e Cubas.
Elaboração: Rafael Deslandes, 2023.

Conforme o Plano de Manejo (IEF/ MG, 2018), a ZA situa-se sobre as áreas que estão passando por pressões e conflitos socioambientais, pela existência de pretéritos e novos parcelamentos do solo, nas fronteiras entre Unidades de Conservação e assentamentos humanos, inclusive os configurados pela urbanização turística e de segundas residências. São configuradas neste zoneamento as seguintes diretrizes, que abarcam a comunidade de Cubas¹⁹:

- I. Controlar o adensamento populacional restringindo novos parcelamentos quando necessário;
- II. Ordenar o parcelamento do solo existente e criar mecanismos de regulação para as áreas de ocupação consolidadas e em consolidação;
- III. Intensificar a fiscalização para garantir a proteção ambiental e controle do parcelamento do solo;
- IV. Estabelecer zonas de urbanização específicas, mesmo quando não contíguas às Macrozonas de Qualificação e Controle Urbano, como forma de promover a regularização fundiária e o planejamento e gestão das atividades de turismo e lazer.
- V. Observar a legislação referente às áreas de proteção ambiental e seus respectivos conselhos.

¹⁹ Faz-se importante relatar que nesta Área está vigente o Fator Mínimo de Parcelamento, estabelecido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que define o tamanho mínimo que um imóvel rural pode ser parcelado em cada município brasileiro. Em Conceição do Mato Dentro está vigente o código A3, que determina o parcelamento mínimo de três hectares por propriedade rural (Plano de Manejo do PE Serra do Intendente e PNM do Tabuleiro Encarte 1: Contextualização, Enquadramento e Caracterização das UC – Página 178), ou seja, imóveis rurais que possuírem área menor do que três hectares são proibidos de serem vendidos e não podem ser registrados em Cartório. (IEF/ MG, 2016)

Parágrafo Único – Para a realização de quaisquer intervenções nesta área especial, deverão ser consultados os órgãos responsáveis e os conselhos das Unidades de Conservação.

Ainda conforme o Plano de Manejo (IEF/ MG, 2018), a Macrozona de Qualificação e Controle Urbano, que engloba o povoado de Tabuleiro, tem a finalidade de compatibilizar o uso urbano existente, garantir acesso a serviços básicos de infraestrutura urbana e saneamento ambiental, bem como, a qualificação urbana e espacial do território, definindo as seguintes diretrizes:

- I. Qualificar as ocupações urbanas existentes;
- II. Promover a Regularização Fundiária;
- III. Incentivar outros usos do território, para promover o desenvolvimento socioeconômico do distrito e ampliar a oferta de emprego e renda;
- IV. Promover o acesso ao comércio, serviços e equipamentos públicos;
- V. Conter as ocupações urbanas em áreas vulneráveis;
- VI. Compatibilizar usos e tipologias de parcelamento do solo, integrando ao macrozoneamento as Áreas de Especial Interesse quilombola, quando reconhecidas;
- VII. Proteger, recuperar e valorizar áreas e bens de valor histórico, cultural e paisagístico;
- VIII. Promover melhorias do sistema de mobilidade;
- IX. Garantir o acesso ao saneamento ambiental;
- X. Promover o equilíbrio entre os usos urbanos e as áreas de preservação ambiental e de mananciais.

O acesso principal ao PESI e ao PNMT, que mantêm gestão compartilhada entre o IEF/ MG e a PMCMD, dá-se pelo povoado de Tabuleiro (Figura 19). A partir da bifurcação, à direita, que segue para o adro da Capela do Sagrado Coração de Jesus, toma-se a esquerda a via de rolamento, já pavimentada por blocos intertravados de concreto, que segue até a sede das UCs, em cota mais elevada que o povoado. O PESI não possui sede administrativa, sendo que a UC Estadual funciona em parceria e com a infraestrutura disponibilizada pelo PNMT, mesmo mantendo a sua sede administrativa em Conceição do Mato Dentro. A sede, operada pelo PNMT, conta com Estacionamento de Veículos, Centro de Controle de Visitantes (Guarita e Instalação Sanitária), Auditório, Refeitório, Sala Administrativa, Instalações Sanitária para uso de funcionários, Área de Acampamento gramada, Vestiário e Área de Serviço e Convívio que atendem à Área de Acampamento.

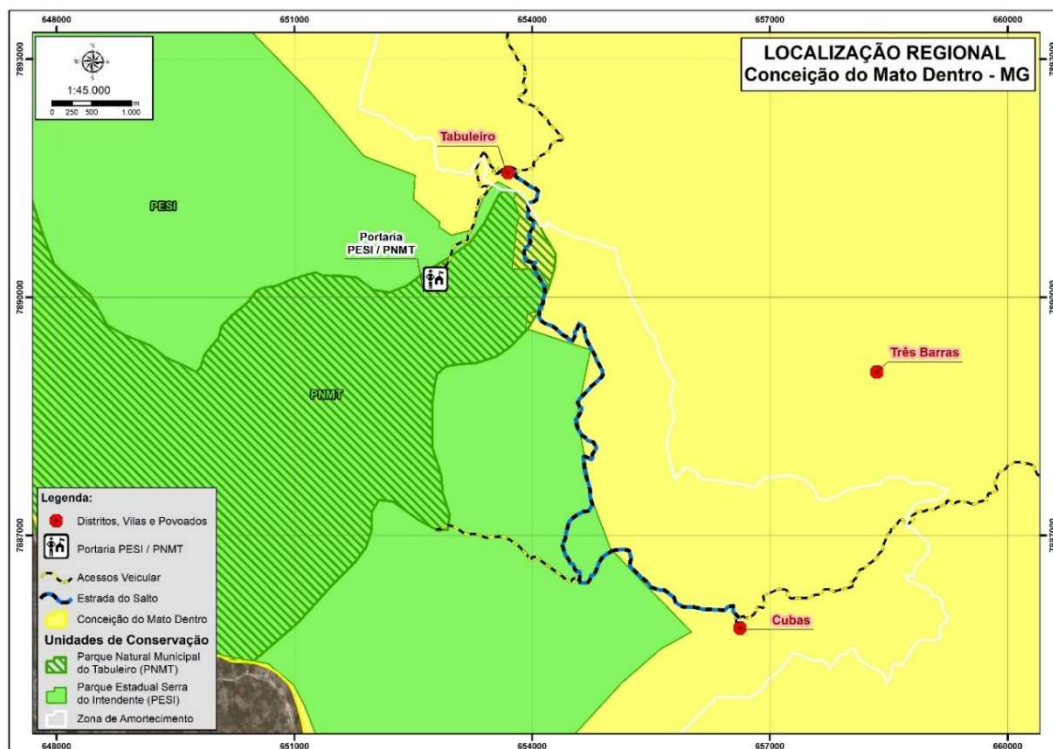


Figura 19: Localização dos povoados de Tabuleiro, Cubas, Estrada do Salto e Acessos ao PNMT e PESI.
Elaboração: Rafael Deslandes, 2023

Outra porta de entrada das UCs é a ancestral trilha que liga o povoado de Lapinha ao Tabuleiro, hoje caracterizada como travessia Lapinha-Tabuleiro, cujo contingente caminhante eleva-se dia após dia. Os limites do PNMT e do PESI com o município de Santana do Riacho, a oeste, são extremamente permeáveis. Diversos braços de trilhas desenvolvem-se ao longo do altiplano, dificultando o controle de acesso por essa vertente, sendo os visitantes controlados pelos pontos de apoio operados pelos moradores internos ao parque, que mantêm parceria com a gestão das UCs.

É a partir da sede administrativa coordenada pela gestão do PNMT que o visitante segue para o principal atrativo da UC. O caminho até a queda d'água segue por aproximadamente 2 km, às margens do Ribeirão do Campo, por trilha de terreno com declividades acima de 45%, sendo que a porção final do caminho desenrola-se no leito do Ribeirão do Campo. A Cachoeira do Tabuleiro (Figura 20), de proporções colossais, atrai tanto turistas, quanto praticantes, amadores e profissionais, de esportes de aventura, tais como escalada em rocha, *highline*, *basejump*, caminhadas, travessias etc. O acesso à cabeceira da cachoeira também pode ser realizado a partir da sede administrativa, percorrendo trilha de aproximadamente 07km pelos altiplanos das UCs.

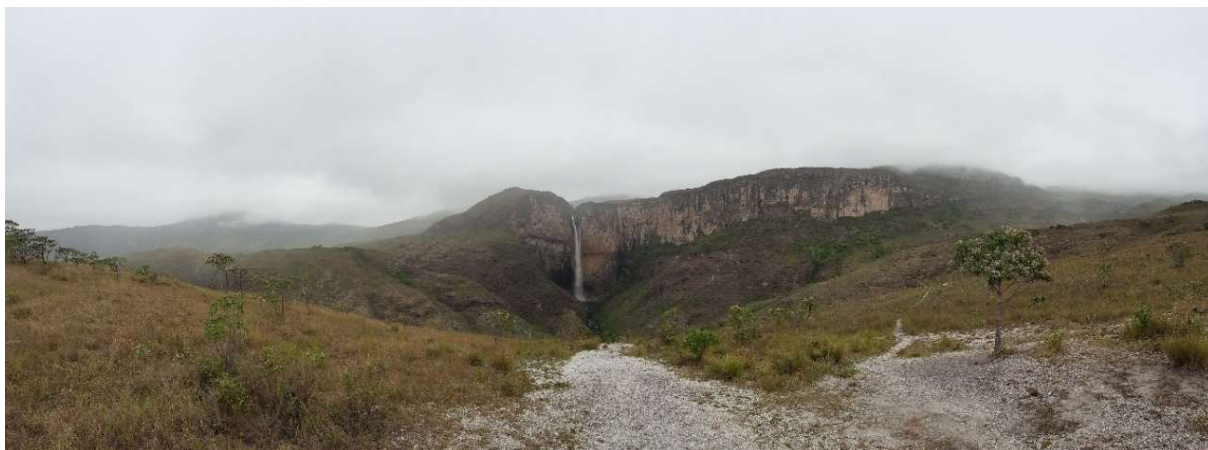


Figura 20: Cachoeira do Tabuleiro, no interior do PNMT.
Fonte: Acervo do Autor, 2023

O PESI e PNMT possuem ainda um acesso secundário, em pista de veículos não pavimentada, podendo ser acessados tanto pela MG10, como pelo povoado de Cubas (Figura 19), levando até a um ponto de controle, operado pelo PNMT, localizado no alto da serra, na região conhecida como Salto. De lá, pode-se seguir a pé até as cabeceiras do Ribeirão do Campo e a parte alta da Cachoeira do Tabuleiro, o que tem sido outro fator preponderante na “redescoberta” da região de Cubas.

Conforme nos foi apresentado em relatos, o fluxo de visitantes à região de Cubas tem crescido exponencialmente, uma vez que os acessos de veículos foram melhorados recentemente, com manutenção da via de acesso, conhecida regionalmente como Tapete Branco”, proveniente da MG10, perpassando pela região do Campo Redondo, indo culminar no alto da serra, na região do Salto. Deste ponto, os visitantes normalmente chegam às cabeceiras do Ribeirão do Campo, indo visitar a parte alta da Cachoeira do Tabuleiro. Dali, podem descer até a região de Cubas, sendo recebidos pela população local, que já se movimenta para atendimento aos turistas. Os membros da família Assis possuem hospedaria, anexa à casa principal da família, e também estabelecimento comercial, no qual serviços de alimentação são disponibilizados. Outra opção dos visitantes é tomar a Estrada do Salto (Figura 11), também melhorada recentemente, entretanto com trecho precário, que só permite o deslocamento a pé, por bicicleta, ou por veículos 4 x 4, seguindo até o Tabuleiro, cuja infraestrutura para atendimento ao turismo é mais consolidada. Neste trecho, é comum a circulação de grupos de “jipeiros”, ciclistas e caminhantes.

Atualmente, nas franjas das UCs, a gestão do PESI empenha-se no desenvolvimento e implantação do Projeto “Rota das 10 Cachoeiras”, que se embasa nos preceitos do turismo de base comunitária, no qual os serviços de condução, hospedagem, alimentação e comércio de produtos locais são oferecidos pela comunidade, visando, para além do conforto do turista, a interação e a troca cultural entre as partes. A rota contempla as comunidades de Três Barras, Cubas, Tabuleiro, Parauninha, Candeias e Baú, assentamentos que estão ao sopé leste do Espinhaço. Como nosso destaque, trazemos que parte do percurso empreendido na Rota das 10 Cachoeiras perpassa o Povoado de Cubas, proveniente da comunidade vizinha de Três Barras, tendo como atrativo principal a Cachoeira do Peixe Cru, no Rio Cubas, para em seguida tomar a Estrada do Salto e segui até o Tabuleiro.

Desta maneira, o que apresentamos acima é como a inserção das UCs, no entorno das comunidades em estudo, e sua vocação e planejamento para atendimento às atividades turísticas, tem exercido pressões sobre o território e sobre os modos de vida da população local, o que injeta novos valores e significados, que vão se manifestar na construção das Paisagens locais. À frente, iremos discorrer sobre como estas Paisagens estão sendo construídas no presente e como as comunidades de Tabuleiro e Cubas percebem estes novos arranjos.

4.2. As atuais Paisagens em Tabuleiro e Cubas

Implantados nas bordas da Serra do Intendente, trecho do escarpamento oriental da Cadeia do Espinhaço Meridional, os povoados de Tabuleiro e Cubas localizam-se as margens de cursos d’água, os rios Preto e Cuba respectivamente, ambos contribuintes do Ribeirão Santo Antônio, pertencente à bacia do rio Doce. Com nascentes que borbotam nas terras altas do Espinhaço, em Tabuleiro, o Rio Preto descende do cânion de mesmo nome, formando um vale profundo e encaixado. Após descer das elevações rochosas do escarpamento da serra e atingir o fundo do vale, o curso d’água forma seu primeiro remando, o Poço Pari, atualmente um balneário turístico. Seguindo seu curso a jusante, o Rio Preto recebe as contribuições do Ribeirão do Campo. Após a junção das águas, o Rio Preto é transposto por ponte em concreto, que vai permitir acesso à Estrada do Salto, que num percurso de 11 km desemboca na vila de Cubas. À frente, um segundo remanso forma o Poço do Vau, outra referência local, também apropriada por sua balneabilidade.

O vale do Rio Preto define os limites da ocupação pretérita e atual do Tabuleiro, tendo em sua margem esquerda a vila propriamente dita, que sobe a encosta, acomodando-se na íngreme vertente. A encosta é salpicada de inúmeras edificações, ora mais adensadas, ora mais espaçadas, entremeadas por pequenas lavouras nos quintais, pastos e áreas de mata, o que vai conformar, naturalmente, belo teatro para apreciação das montanhas que se erguem na margem oposta. O sistema viário é articulado por uma via principal, continuação natural da estrada proveniente de Conceição do Mato Dentro, que distribui braços laterais em que se conformam os “bairros” da vila, tendo como ponto culminante a clareira onde implantou-se a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, que define a centralidade da comunidade, com bela vista para a Serra do Intendente. A margem direita do vale marca a elevação do escarpamento rochoso do Espinhaço e delimita as bordas orientais do PESI. A Paisagem aqui é caracterizada por mata ciliar, nos limites da Mata Atlântica, em franca recuperação. A estrada de acesso às UCs, desde a bifurcação que leva ao Poço Pari, é pavimentada em bloquetes de concreto, que ziguezagueia montanha acima, até chegar na sede do PNMT. A partir da sede, as espécies arbóreas são diminutas, e dão lugar a campos de altitude, sendo estes marcados por trilhas que cortam as encostas, indo para as terras altas do Espinhaço, ou levando até a Cachoeira do Tabuleiro. Do platô no qual está implantado a sede do PNMT pode-se observar, na totalidade, a vila do Tabuleiro e sua inserção na vertente oposta do vale do Rio Preto (Figuras 21 e 22).

A Estrada do Salto desenrola-se nas bordas das UCs, sempre à margem direita do Ribeirão do Campo e permite contemplação panorâmica da Serra do Intendente, que se eleva na margem oposta. A região do Salto tem relevo extremamente acidentado, sendo observado ocupações pontuais e discretas ao longo da Paisagem rural, determinada por áreas de pastos, visivelmente degradados, rodeados por resquícios de Mata Atlântica que forram as encostas mais íngremes e os topos de morro. A estrada, a partir do Poço do Vau, em Tabuleiro, vence íngreme subida, cujo topo permite visualização panorâmica da vila, para posteriormente descer até uma baixada, que permite acesso à Cachoeira do Salto. Uma nova subida, em constante, mas calmo aclave, vai serpentear por entre pastos, até ser cercada por área de mata fechada, já dentro da área do PESI. Aqui a umidade torna-se mais densa, a luz solar é filtrada pela copa das árvores, o ambiente é mais sombrio e silencioso, o piso intransitável para veículos comuns e, a leste, uma massa vegetal ergue-se muito acima de nossas cabeças. Transposta a mata, abre-se vasto campo de altitude e, no topo, tem-se a bifurcação para a

descida até Cubas, ou o caminho que leva à segunda portaria do PNMT e às cabeceiras do Ribeirão do Campo.

No ponto mais alto da estrada, no qual tem-se bifurcação da estrada, pode-se observar, ao fundo, toda a encosta na qual está a comunidade do Tabuleiro e, à esquerda, as terras altas do Espinhaço, já nos domínios do PESI. A descida para a vila de Cubas é constante e gradual, em meio à mata, que rememora as sensações descritas acima. A Paisagem da estrada, à medida que se aproxima da vila e sai da circunscrição do PESI, se transmuta. A densa mata vai dando lugar a áreas de lavoura e manejo de espécies vegetais e animais, indo findar nas costas da Igreja do Divino Espírito Santo, principal referência edificada em Cubas (Figuras 21 e 22).

O Rio Cuba nasce a sudeste da comunidade, e desce das terras altas do Espinhaço em vale pedregoso e encaixado, de encostas severamente íngremes e de alto dossel esverdeado, até ganhar área de baixada, com densa mata ciliar, que vai conformar a Cachoeira do Peixe Cru, antecedendo a vila. A vila ocupa pequena clareira, de menor declividade, na margem esquerda do rio, sendo que na margem direita eleva-se grande maciço rochoso, monolítico, tomado por vegetação rasteira, que se impõe e delimita o horizonte.

A pequena vila de Cubas se estabelece no entorno da Igreja do Divino Espírito Santo, definindo um pequeno adro com poucas edificações em seu redor, e mantém características da ocupação tradicional, ou seja, casas simples, com generosos quintais tomados por pomares e lavouras de cana, milho, mandioca e outros cultivos, que se mimetizam às matas ao redor. Do adro, observa-se o vale do Rio Cuba, encoberto por mata ciliar, que vai raleando à medida que ganha altitude e bordeia os limites do PESI (Figuras 21 e 22).

O principal acesso à localidade de Tabuleiro dá-se por via vicinal, em fase final de pavimentação, proveniente de Conceição do Mato Dentro, num percurso de aproximadamente 18 km. A sinuosa estrada percorre, em meio a resquícios de matas, áreas de pastagem e lavouras, um percurso majoritariamente ascendente, que culmina na crista da vertente do vale do Rio Preto. A partir daí a rota é descendente e vertiginosa, tendo na vertente oposta do vale a elevação do maciço rochoso do Espinhaço, a Serra do Intendente, que delimita o horizonte.

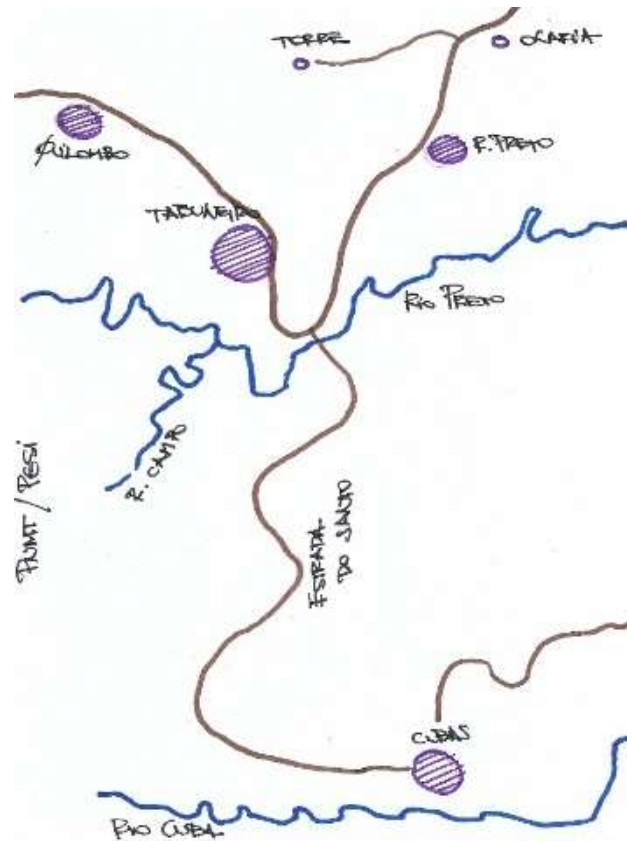


Figura 21: Croqui esquemático da ocupação espacial dos povoados de Tabuleiro e Cubas, intermediadas pela Estrada do Salto. Desenho do Autor, 2023.

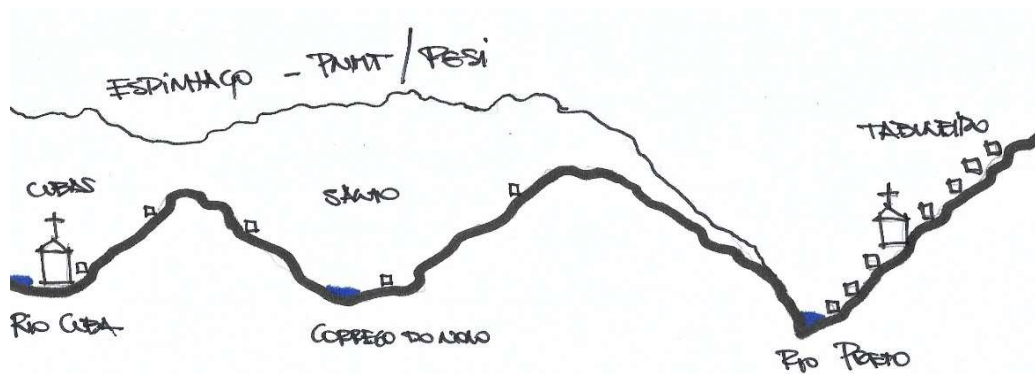


Figura 22: Croqui esquemático do perfil da implantação Tabuleiro, Cubas e Estrada do Salto. Desenho do Autor, 2023

Outros acessos possíveis ao povoado de Tabuleiro podem ser feitos por vias vicinais, oriundos do povoado de Itacolomi, e por trilhas e caminhos de rodagem em estado precário, como as antigas Estrada do Salto e a Estrada do Charco, que segue do povoado em direção norte e está disposta ao sopé da Serra do Intendente. Outros caminhos e trilhas, que cortam os altos de Serra, de leste a oeste e norte a sul, também são rotas usuais de acesso ao lugar, com destaque à antiga rota percorrida por Saint-Hilaire e o ancestral trecho Lapinha-Tabuleiro.

Proveniente de Conceição do Mato Dentro, do ponto que antecede à descida, o acidentado e inclinado relevo oculta o povoado do Tabuleiro, que desenvolve-se ao longo da encosta. São percebidas algumas casas locais, salpicadas nas margens de matas e em meio aos mantos verdes das áreas de cultivo, assim como campos utilizados como pastos para criação de animais. No horizonte, uma massa verde e densa, entremeada por rochas esbranquiçadas ergue-se mais alta que o ponto de observação, impondo-se na Paisagem. Um convite à admiração. Ao centro, um risco branco leva o olhar até a sede administrativa do PNMT, que pousa no maciço rochoso. O risco branco segue montanha acima, indo galgar o topo da serra, marcando no espaço as antigas rotas de tropas/ estradas locais, hoje rota turística, que levam à Lapinha da Serra ou ao antigo Caminho do Intendente, que vai findar, ao norte, em Congonhas do Norte, ou ao sul no Campo Redondo. Ainda ao centro, e acima do entalhe branco, o afloramento rochoso vertical emoldura o jorro da água da Cachoeira do Tabuleiro, que surge em meio à fenda da pedra e escorre abismo abaixo, despencando numa grota úmida. Em épocas de cheia, o som da água murmura aos ouvidos. À esquerda, as massas montanhosas mostram-se em diferentes tons de verde, ora dominados por matas, ora dando lugar a campos, sendo estas elevações cortadas por um feixe vermelho, cor de terra, nascido no fundo do vale e que serpenteia pela serra. O feixe vermelho define a Estrada do Salto. Ainda a nossa esquerda, a crista da Serra parece contornar o horizonte e vir novamente ao nosso encontro. À direita, a montanha segue impiedosamente, elevada em seu caminho apontando para norte (Figura 23).

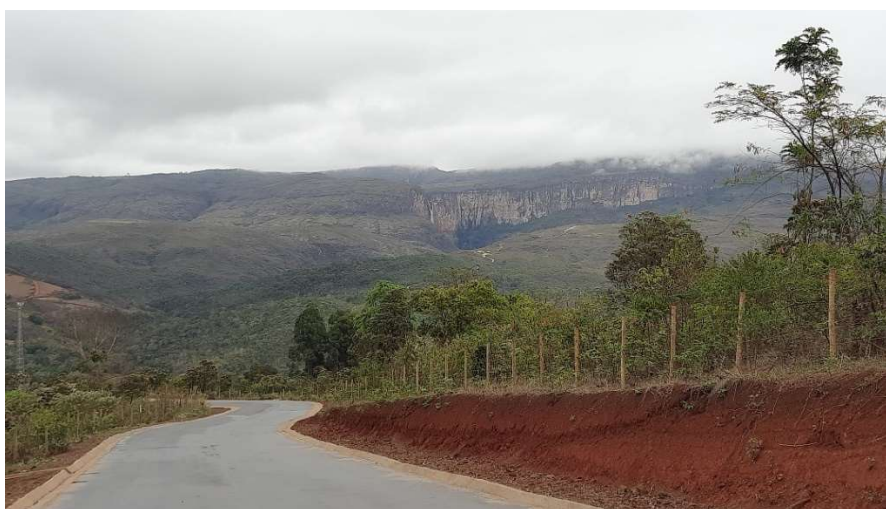


Figura 23: A chegada em Tabuleiro, via Conceição do Mato Dentro. O maciço rochoso do Espinhaço. Fonte: Acervo do Autor, 2023

A Paisagem, delimitada pelo maciço rochoso da Serra do Intendente, é entremeada por diferentes tons de verde, que transitam do verde vivo das áreas de mata, para recortes retangulares variados nas áreas limpas, em tons variados de verde, identificando assim zonas de pastagens e de cultivo e lavouras de diferentes espécies vegetais. Este mosaico de variados tons, as “roças” como são chamadas pelo tabuleirenses, estão ligadas ao modo de vida rural da população local que, além da subsistência, geram renda para a comunidade local (Figura 24).



Figura 24: O maciço rochoso delimita o horizonte, entremeados em tons de verde. Fonte: Acervo do Autor, 2022

Passado o primeiro impacto paisagístico, a longa descida começa a revelar o povoado. À esquerda, a ocupação da região de nome Olaria e à direita a região da Torre, ambas de ocupação espaçada, no qual as antigas áreas de lavoura e pasto estão sendo vagarosamente ocupadas por sitiantes. À frente, tem-se o cruzeiro, ponto tradicional de romaria e hoje ressignificado como um mirante turístico. O cruzeiro marca também o acesso, à direita, em contínua descida, à região do Rio Preto, área mais adensada e em franca expansão imobiliária.

A região do Rio Preto, historicamente, era um território que integrava algumas propriedades rurais e que, ao longo dos anos, foram desmembradas em inúmeras outras, dando origem a sítios e chácaras. Um exemplo típico refere-se aos descendentes de João Rodrigues, fundador local, cuja prole foi nascida e criada no Rio Preto, e ali ainda permanecem. Toda a família foi

envolvida nas atividades de produção de farinha de mandioca, fubá, nas plantações de milho, mandioca e cana-de-açúcar, na criação de gado, porco, galinha e na fabricação de queijo e cachaça. Ainda conservam tais práticas e a antiga venda, uma das únicas na região, mantem-se em funcionamento. Ali se comercializa, além da produção familiar (fubá, queijo, cachaça e farinha de mandioca), gêneros industrializados trazidos da cidade. É também um espaço socializador, com sinuca e bar, frequentado pelos locais e turistas. Entretanto, nos relatos colhidos em campo, surge a inquietação dos interlocutores quanto à recente transformação do Rio Preto. Nos diálogos veio à tona que a região tem passado por substanciais alterações na produção espacial, uma vez que os locais têm visto, como oportunidade de incremento na renda, a comercialização de terrenos aos forasteiros interessados na aquisição de terras. O ambiente tem se alterado, com a exponencial inserção de casas de temporada, entremeadas às tradicionais edificações locais, o que gera insegurança aos habitantes do Rio Preto. Nos discursos, é afirmado que aquela tranquilidade de outrora não mais existe, não se conhece mais o vizinho, estando o ambiente permeado por estranhos, tendo como principais adquirentes de terrenos a população de Conceição do Mato Dentro.

A partir do cruzeiro, a via de acesso continua seu declive vertente abaixo, sendo agora ladeada por edificações residenciais, tanto de moradores locais quanto de adventícios, mescladas a placas turísticas, indicações de serviços de hospedagens, plantações de cana e milho, movimentação de terra para obras, áreas de mata preservada, áreas desmatadas, indo chegar ao fundo do vale.

Do fundo do vale, à direita, a via pavimentada toma sentido ascendente, indo culminar no ponto central do povoado de Tabuleiro, caracterizado pelo adro da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. O entorno do adro possui diversas edificações residenciais e comerciais, como bares, restaurantes e vendas, sendo o principal núcleo do povoado. Do adro da ermida pode-se ter bela vista do maciço do Espinhaço (Figura 25). A via segue em sentido ascendente, ladeado por casas de moradores locais, sendo um dos trechos mais adensados do vilarejo.

Acima, quando a subida se torna mais íngreme e a concentração de casas é menor, temos a região do Quilombo, ponto de vistas espetaculares para a Serra do Intendente, com destaque para a Cachoeira do Tabuleiro e Cânion do Rio Preto. A região do Quilombo é hoje uma das mais valorizadas, no que diz respeito à especulação imobiliária, sendo alvo da constante comercialização de terrenos a forasteiros, no qual observa-se uma acelerada transformação e

ressignificação da Paisagem. A encosta, antes não ocupada pelos Tabuleirenses, na qual eram mantidas as áreas de mata, conservação das águas e possíveis áreas de lavoura, se vê transmutada em objeto de desejo e investidas dos adventícios, tendo como principal valor a vista para a Cachoeira do Tabuleiro. As ocupações mais recentes são edificações maiores e suntuosas, aos moldes citadinos, que lançam e dependuram-se sobre o morro, buscando vistas extraordinárias, o que vai de encontro ao modo tradicional de construir local, em menor escala, e protegido das intempéries. Os relatos locais nos trazem um desconforto da população quanto ao tipo de ocupação e a relação, principalmente, com uso das águas que, segundo os mesmos, é exagerado, pois as casas possuem piscinas ou banheiras, que elevam o consumo e a reserva da água, sendo receado pelos mesmos a falta do recurso para os moradores locais.



Figura 25: O adro da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Ao Fundo, a Serra do Intendente e Estrada do Salto.
Fonte: Acervo do Autor, 2023

Abaixo do adro do templo religioso, nas margens do Rio Preto, tem-se o acesso à sede do PNMT. A via em aclave, após travessia do Rio Preto, é pavimentada e segue até a portaria do Parque. Antes da travessia do Rio Preto, observa-se bifurcação à direita, não pavimentada, no qual segue a Estrada do Charco, que leva ao Poço Pari, outro remanso do Rio Preto. Por esta estrada, em direção norte e paralela ao maciço do Espinhaço, ladeia-se o Cemitério do Tabuleiro para, após alguns quilômetros, desembocar na região da Cachoeira Rabo de Cavalo, Cânion do Peixe Tolo, povoados de Parauninha, Candeias e Baú.

De volta ao fundo vale que antecede a subida para o adro da Igreja, à esquerda, a pavimentação da via se interrompe e segue até região da Lapa e Campo de Futebol, no qual observam-se diversas ocupações recentes, destinadas a casas de temporada e final de semana,

além de empreendimentos de hospedagens, estas permeadas por ocupações de moradores nativos. Nesta região acontecem, com frequência, a Feirinha do Tabuleiro, em que os produtores locais podem comercializar seus produtos, como também é palco de eventos regulares, como apresentações musicais, tendo como maior evento o Tabuleiro Jazz Festival, que em 2023 teve sua terceira edição. À frente, tem-se o Poço do Vau, outro remanso do Rio Preto. Uma ponte sobre o Rio Preto faz a conexão entre as duas margens, e a via segue para zona mais ruralizada, caracterizada por casas dispersas e áreas de lavoura e pasto.

É no povoado de Tabuleiro que se dá a principal porta de entrada das UCs, sendo estabelecido no local a sede dos Parques, motivado, principalmente, pela proximidade com a Cachoeira do Tabuleiro. O constante fluxo de turistas e sitiantes, principalmente em finais de semana e feriados, é mais intenso e os conflitos e tensões são mais evidentes. Notamos que, nos momentos de maior movimento da vila, a maioria dos moradores locais se recolhem as suas casas, ficando a vila permeada por adventícios. Entretanto, durante a semana, no qual o fluxo de turistas é reduzido, os moradores “saem da toca”, apropriando-se novamente de seu território.

Do casario original, pouco ou nada ficou. A Capela do Sagrado Coração de Jesus, principal edificação do distrito, foi revitalizada em período recente e apesar de apresentar características comuns à arquitetura produzida no período colonial em território mineiro - fachada chanfrada e torre central – o templo foi integralmente reconstruído e modificado conforme relatos dos moradores. O seu largo, todavia, foi respeitado e todas as casas que o circundam mantêm a altimetria térrea, sendo que algumas destas edificações ainda preservam as técnicas vernaculares locais, ou seja, são edificações executadas em blocos de adobe ou pau-a-pique cobertas por telhas artesanais do tipo cumbuca. O adro do templo religioso, denominado Praça Sagrado Coração de Jesus, é gramado, e circundado por vias de rolamento calçadas em blocos de concreto.

A capela, propriamente dita, insere-se na sua porção norte, com fachada posterior rente ao alinhamento posterior. A porção sul do adro é caracterizado por trecho arborizado, cujas espécies vegetais, de médio e grande porte, ladeiam a escadaria de acesso. Logo no início da escadaria, lindeiro à via de rolamento, observa-se a implantação de edificações ao longo da via pública, ocupando o que, originalmente, fazia parte do adro da Capela do Sagrado Coração de Jesus. A inserção destas edificações, de algum modo, preservou o eixo de

circulação longitudinal do largo, permitindo que a escadaria se comunique com a via de rolamento. Neste ponto, cria-se uma espécie de portal que privilegia a vista para o templo religioso (Figura 26).



Figura 26: Escadaria de Acesso ao Adro da Capela do Sagrado Coração de Jesus. Fonte: Acervo do Autor, 2022.

A região da Estrada do Salto, por sua vez, não constitui um núcleo ou centralidade estabelecida. As Paisagens que conformam o Salto, conforme é denominada a região, são estabelecidas pelo vasto vale do Córrego do Nonô, cujas cabeceiras estão a sul de Tabuleiro, internamente ao PESI. À margem esquerda do curso d'água observa-se resquícios de matas, em meio aos rochedos da Serra do Intendente, que sobem até a crista da montanha, região em que se forma a Cachoeira do Salto. Sua margem direita, antes coberta também por matas densas, atualmente constitui grande área de pasto, limitada pela vertente oriental do vale, que nas suas porções mais inclinadas ainda conserva vegetação exuberante. A estrada em si desenvolve-se por entre as pastagens e zonas desmatadas, em que, vez em quando, avista-se algumas casas implantadas às margens dos córregos e nas baixadas. As ocupações esparsas da região do Salto são tidas por edificações simples, térreas e seguem a dinâmica local, sendo o entorno (quintais) povoados por lavouras de subsistência, hortas, pomares, galinheiros, açudes para gado e tanque de criação de peixes. Em nossas andanças em campo, foi possível notar que grande parte das famílias residentes ali mantêm modo de vida tradicional, ligado aos afazeres da roça e ao cotidiano rural. Nas margens da Estrada do Salto ainda restam ruínas de

antigos moinhos de milho, movidos pela força das águas, construídos e utilizados coletivamente pelos residentes, mas já em desuso. São edificações simples, pequenas, suspensas sobre palafitas de madeira, com alvenarias de barro cru, que internamente abrigam o “munho”, espécie de prensa em pedra, que ao girar com a força da água, triturava o milho. Entretanto, também foi percebido que a região já possui sitiantes externos, que adquiriram terras recentemente e estabeleceram ocupações com outras motivações, sendo destacado aqui um empreendimento de hospedagem e um segundo dedicado a um ateliê de artes. (Figura 27)



Figura 27: Estrada do Salto, ao fundo, à encosta no qual está implantado o povoado de Tabuleiro. Fonte: Acervo do Autor, 2023.

O povoado de Cubas, por sua vez, localiza-se ao sul de Tabuleiro, sendo que o principal acesso é proveniente da MG-10, no trevo que indica acesso ao povoado de Três Barras, num percurso de 6km, que está em fase final de pavimentação. Tanto a Estrada do Salto, quanto a estrada denominada Tapete Branco, proveniente do Campo Redondo, proporcionam acessos secundários. Desde a rodovia MG-10, o acesso a Cubas é majoritariamente descendente, sobre um afloramento rochoso, que no fundo do vale vai passar ao lado da Cachoeira das Três Barras, formada pelo Rio Cuba, cujo nome remete à comunidade vizinha de mesmo nome. A partir daí, a via segue em meio a pastos, que ladeiam a estrada, delimitados por matas que ainda resistem e ocupam as encostas e topos de morro. A ocupação por casas é espaçada e incipiente, tendo poucos exemplares, entretanto, destaca-se a sede de uma fazenda, que está à direita da via, edificada em métodos construtivos e tipologia tradicionais. Após a fazenda, um leve aclive faz com que a estrada adentre mata fechada, que logo transforma-se numa descida, em meio a pastagens e lavouras manejadas pela população local. Precedendo a chegada à vila de Cubas, a via encontra-se com a Estrada do Salto, que vem do leste, desembarcando na

comunidade, mais precisamente nas costas da Igreja do Divino Espírito Santo, que surge na Paisagem.



Figura 28: Adro na Capela do Divino Espírito Santo, em Cubas.
Fonte: Acervo do Autor, 2023

Apesar de simples e rústica, a ermida tem implantação de destaque no povoado, estando isolada e distante da maioria das edificações do entorno, estruturando um largo. A Capela do Divino Espírito Santo está implantada num platô, orientada para elevação montanhosa e vegetada que se ergue defronte à sua fachada frontal. A mesma possui formato retangular, e sua planta é conformada por um único espaço, que abriga a nave e a capela mor. Possui, na fachada frontal, pequena torre central, com óculo losangular em madeira. A cobertura é em telhado de duas águas, com beiras em cachorrada. Destaca-se, no interior da capela, o antigo altar em madeira, remanescente do primitivo templo religioso (Figura 28).

Nas proximidades da capela erguem-se edificações simples e térreas, dedicadas a um bar, frequentado pelos moradores locais e que também atende a visitantes, e algumas poucas residências. Passada a edificação religiosa, a via segue, em declive, por aproximadamente 100m, encerrando-se na residência da Família Assis, que mantém também características da arquitetura rural e tradicional mineira. A edificação em questão possui 02 pavimentos, sendo um deles semi-enterrado, telhado em manto cerâmico, estrutura autônoma de madeira e vedações em tijolos de adobe, assemelhando-se à tipologia colonial de imóveis rurais. Há alguns anos atrás, a família anexou à sua casa uma hospedaria, que atende a turistas que querem pernoitar na vila. Ao fundo, bananeiras e outras árvores frutíferas antecipam a

imponente elevação rochosa que ergue-se ao céu, num desnível de 300m, entremeada, na base por mata ciliar e, acima, por vegetação rasteira (Figura 29).



Figura 29: Residência da Família Assis, em Cubas.
Fonte: Acervo do Autor, 2023

Nas bases deste monte, que molda o entorno do pequeno núcleo, corre o Rio Cuba, em vale encaixado, que a montante, no sentido oeste, adentra os limites do PESI em menos de 500m. O vale do Rio Cuba, a montante, segue densa mata ciliar, conformando bela paisagem cênica a partir do centro do povoado de Cubas, que vai culminar na Cachoeira do Peixe Cru, atrativo turístico local. A jusante, o curso d'água segue também por área de mata ciliar, sendo que em sua margem direita, em aclave acentuado, observa-se áreas dedicadas ao cultivo.

No povoado de Cubas ainda não há a inserção de sitiantes ou forasteiros permanentes, sendo o núcleo da família Assis ainda dominante na região. O que se verifica é uma tímida expansão do povoado, proporcionado pelos descendentes da família Assis, que têm construído edificações pontuais para usufruto de seus familiares. Entretanto, vencido o território da vila de Cubas, foi relatado diversas ocupações por sitiantes, que tem despertado o interesse na aquisição de terras no entorno, e na proximidade da Cachoeira das Três Barras.

Para além, apesar das apresentações morfológicas das Paisagens apresentadas acima, que sofrem influências externas e são constantemente recriadas e resignificadas, estas também são constituídas e vivenciadas por valores intangíveis e particularidades que dizem sobre as dinâmicas sociais e culturais das comunidades. Em contatos iniciais com a comunidade, ainda

em 2019, foi possível acompanhar a lida familiar, na região do Rio Preto, na produção de farinha de mandioca, item fundamental na subsistência local. No quintal da casa da família, item estruturador das Paisagens em Tabuleiro e Cubas, mas em atual mutação, observam-se as fornalhas, tachos, engenho, as lenhas dispostas no chão e demais utensílios necessários para o beneficiamento da mandioca. O forno, construído com materiais e mãos locais, tem paredes de barro e “tacho” para torra da farinha feito em laje de pedra, coletada nos altos de Serra.

O trabalho é árduo e longo, e envolve todos os familiares ou meeiros²⁰ seja na lavoura, que está no entorno da casa, ou em roças maiores e mais distantes na produção, ou na posterior comercialização do produto beneficiado. A mandioca trazida da roça é lavada e posteriormente ralada para, em seguida, a massa úmida ser prensada e posteriormente, com auxílio de um tecido poroso, extraído todo o líquido. Em seguida, a massa é peneirada em peneiras de taquara, para depois ser torrada na fornalha de barro. Durante a torra, a farinha deve ser constantemente mexida com uma pequena espátula de madeira, denominada rodo, manejada habilmente pela matriarca da família. Em seguida, a farinha é ensacada e armazenada, podendo ser utilizada para consumo próprio ou comercializada.

As comunidades de Tabuleiro e Cubas também mantêm a tradição da produção de rapadura, farinha de milho, canjiquinha de milho, hortaliças e outros, caracterizando o tradicional modo de vida da população, o que nos remete aos primórdios das comunidades. Atualmente, os produtos beneficiados pelos moradores, além da própria subsistência, são também comercializados na Feirinha de Tabuleiro, ou escoadas no Mercado Municipal de Conceição do Mato Dentro, ou são alvo de compra pela PMCMD, que mantém contrato com produtores locais para a produção de orgânicos e fornecimento de alimentos às escolas da rede pública, conforme nos foi relatado em Cubas.

A vida religiosa também responde pela indissociabilidade entre as comunidades e o meio ao qual estão inseridas. Os festejos acontecem ao longo do ano e mobilizam os moradores, que se organizam para executar todas as etapas, desde o preparo da alimentação aos ritos sagrados, sendo comum a alternância de festeiros entre as comunidades. A Festa de Nossa Senhora do Rosário (mais representativa), Festa do Sagrado Coração de Jesus e a Festa de São Sebastião, na localidade de Tabuleiro, e a Festa do Divino em Cubas, além das celebrações

²⁰ Método de partilha da terra, nno qual o agricultor cultiva um gênero alimentar no terreno de um terceiro e este último, por sua vez, recebe como pagamento a metade da produção

nos cruzeiros no alto de serra, constituem as principais festas religiosas, que aglutinam as populações e constituem as manifestações de fé e espiritualidade, que têm, como parte integrante e indissociável do viver, o ambiente lavrado pela mão humana e os espaços naturais que compõem o entorno das comunidades.

Ainda em 2019, foi possível acompanhar a produção coletiva de doces e quitutes para a Festa do Divino em Cubas, o que envolve membros de ambas as comunidades. Entretanto, tal procedimento se repete para qualquer celebração religiosa que aconteça em cada uma das comunidades. Conforme a tradição, que foi apurada nos relatos, a produção dos doces e quitutes para as celebrações religiosas eram concentradas, até a década de 1980, no povoado de Cubas, devido à existência de um grande engenho, moinho, tachos, fornalhas e espaço coberto para abrigar os produtores, além da proximidade do rancho de produção com o Rio Cuba, local em que as frutas eram estocadas, previamente, dentro do curso d'água, para remover o “amargor”. Entretanto, na década citada, o engenho de Cubas, por falta de recursos para manutenção, tornou-se inoperante, passando a produção coletiva para os povoados de Rio Preto e Tabuleiro.

Os dias que antecedem os festejos são intensos e de muita euforia. As pessoas se mobilizam voluntariamente e assumem funções através da coordenação dos festeiros. O engenho de rapadura é utilizado na preparação de centenas de quilos de doces, cujas receitas seculares permitem a toda gente desfrutar dos sabores e da cultura ancestral. Doce de pau de mamão, doce de mamão, doce de batata doce, doce de leite. As velhas doceiras se reúnem em torno do enorme tacho de cobre. A matéria prima chega abundante. Todos os insumos e mão de obra são doados numa atmosfera de muita alegria e disposição. As refeições servidas ao longo dos dias de festa também são doadas. Não há venda. Todas as pessoas comungam da ambiência familiar de cooperação. Há a motivação religiosa, relacionada à fé espiritual, mas há também o sentimento fraterno de coletividade e união. Uma consciência comum entre os locais. Todos se conhecem e todos se solidarizam uns aos outros.

As celebrações dedicadas aos padroeiros seguem um rito semelhante, acontecendo, normalmente, entre os dias de sábado e domingo. Normalmente, no sábado, por volta das 18hs, a população reza um terço e posteriormente é feito a fixação do mastro, com a bandeira dedicada ao padroeiro, defronte ao templo religioso. Em seguida, é servido o jantar, oferecido pelos festeiros, e produzido coletivamente para, ao final, ser acesa uma fogueira dedicada ao

santo homenageado. No domingo, na alvorada, os festeiros oferecem café da manhã e ao final da manhã um almoço. No final do dia é realizada a procissão e a missa dedicada ao padroeiro sagrado, com a posterior celebração profana, quando as comunidades celebram a comunhão entre os povoados e são servidos os doces e quitutes produzidos coletivamente. Destaca-se que nos ritos dedicados à Nossa Senhora do Rosário, em Tabuleiro, mais identificado com a população negra e tida como a de maior expressão, tem-se a participação das tradicionais marujadas que, normalmente, encerram as festas.

A prática alimentar que se conecta com as festas e celebrações comunitárias as torna mais fortes e representativas. As festas são instrumentos de defesa das práticas alimentares, mantêm os modos de vida arraigados à Terra e constituintes das Paisagens, uma vez que não há festa sem a comida, tampouco não há comida sem festa (SANTOS, 2023). A manufatura das comidas festivas acompanha o modo de vida tradicional compartilhado e o ciclo do cultivo, também compartilhado, dos alimentos. A comida, cultivada nos campos e quintais das casas, que conformam as Paisagens, é produzida por mãos locais e elementos coletados no ambiente, seja a lenha que alimenta o fogo, o barro que constrói o forno, a pedra das lapas que torra a farinha. Alimenta-se o corpo e a alma, faz-se a conexão entre a espiritualidade e a natureza que reconforta, trazendo pertencimento e reconhecimento das Paisagens à existência dos povos.

As marujadas, por sua vez, têm origem portuguesa e estão ligadas ao drama vivido nas viagens marítimas pelos descobridores de novas terras, entre elas o Brasil. Os marujeiros, como são chamados, são tocadores de pífaros, ou pipiruí, e consistem em parte integrante indispensável da festa de Nossa Senhora do Rosário no povoado de Tabuleiro. Uniformizados de azul e branco, capacetes pontiagudos enfeitados de espelhos e fitas de várias cores, máscaras de bela fisionomia, moldadas em tela de arame; o patrão acrescentando ainda a barba branca feita de algodão, para impor maior respeito ao mestre, contramestre, gajeiros, calafates e calafatinhos. Ao som de violas, pandeiros e tambores, ouve-se o altercar de vozes entre os principais contendores e surge então o combate de bastões, simulado por meio de golpes de uns contra os outros. Sempre dançando em roda, elevam as mãos e os bastões acima da cabeça, num espetáculo que prende a atenção de todos.

Coletivamente, ainda são celebrados os ritos dos cruzeiros, que consistem em peregrinações a antigos cruzeiros de madeira dispostos no território do distrito, inclusive nos altiplanos da

serra do Espinhaço, no qual a população dos povoados se une, em tempos de grande estiagem, e seguem em romaria, pedindo a chegada das águas para que as lavouras prosperem naquele ano.

Foi relatado ainda pelos locais, a imersão de alguns habitantes nos conhecimentos sobre a aplicação das plantas medicinais locais, sendo mencionados as propriedades curativas do Alecrim, Alfazema e Picão. Sempre que necessário, buscando tratamento para os males que abalavam a saúde de algum ente querido ou até mesmo animal domesticado, os moradores recorrem aos denominados “raizeiros” locais. As celebrações e tradições, de valores intangíveis, também só têm sentido quando vinculadas e associadas às materialidades e significados dispostas nas Paisagens. A Festa do Rosário, a Festa do Divino Espírito Santo, a peregrinação aos Cruzeiros, a coleta de plantas medicinais, e o livre andar através das Paisagens, têm representatividade quando as afetividades com o espaço surgem e a população se reconhece naquela Paisagem, Paisagem que ela construiu e se vinculou espiritualmente ao longo do tempo e das vivências em conjunto com a Terra.

Com a “redescoberta” dos povoados de Tabuleiro e Cubas, no final do século XX, novas forças culturais e políticas, externas às realidades locais, vão passar a remoldar os modos de vida das comunidades e suas relações com o meio no qual estão habituadas a viver e a se reproduzir socialmente, o que, conseqüentemente, acarretará novas apropriações e significações das Paisagens. Conforme nos coloca Santos (2023), as pessoas foram criadas para viver num mundo e acabaram em outro. As Paisagens foram estabelecidas conforme uma rede de valores, baseada nas relações e modos de vida locais, e agora são alvo de novas regras e transmutações que podem fugir ao controle das populações depositárias, e podem transformar, profundamente, as conexões entre o Ser e a Terra, material primordial de constituição das Paisagens que dão sentido àquelas vidas.

Assim, discutiremos a seguir como estas Paisagens estão a sendo apreendidas por forças externas aos locais, passando por mutações e ressignificações, bem como trataremos de como a população percebe e lida com tais implicações.

4.3. As ressignificações das Paisagens

Desde a sua formação, os povoados de Tabuleiro e Cubas tiveram seus modos de vida atrelados à agricultura familiar de subsistência, o que veio a estabelecer e moldar as Paisagens dos povoados, estabelecendo vínculos afetivos entre as comunidades e os meios aos quais estas estão inseridas. Ao longo de nossa pesquisa, buscamos compreender as visões e narrativas trazidas pela população local, nas quais foi possível denotar uma relação intrínseca com a Terra a qual pertencem, e dela dependem econômica e socialmente. Além dos trabalhos em mutirão nas lavouras, e na recriação coletiva de celebrações religiosas tradicionais, as pessoas se relacionam e operam, diariamente, essas Paisagens, sendo elas parte integrante da vida dos povos que habitam as bases da Serra do Intendente. Ao longo do tempo, desde a formação das vilas no século XIX, as vidas dos moradores se entremearam às serras, e as serras se entremearam nas vidas dos moradores, formando um só corpo, orgânico, que se conhecem a fundo, sendo assim, interdependentes.

Em ambas as vilas, assim como na região da Estrada do Salto, os nativos aprenderam a olhar e a se deslocar através da Paisagem, reconhecendo na natureza, e nos objetos construídos pelo humano, referências simbólicas que dizem respeito às idiossincrasias destes grupos sociais. Aprenderam também a reconhecer o ambiente como um local de troca e compartilhamento com a natureza, uma vez que a natureza provia alimento, água, materiais, remédios, lugar de habitação e culto ao sagrado. Ao longo dos anos, as comunidades se estabeleceram e criaram vínculos entre si, baseados no trabalho e na religiosidade, o que dotou as Paisagens de sentido para as vidas locais. As mediações entre a Paisagem e o Ser que a habita tornam-se uma relação econômica, ou seja, o meio determina o comportamento do Ser e a ele está ligado de maneira estrita. (CAUQUELIN, 2007). Em nossos momentos de contato com o Outro, de conversas à beira de um fogão a lenha, podemos inferir que as relações entre e com a natureza, tinham e ainda têm em algum grau, um significado de sustento e perenização da vida. Para o acontecimento da vida, a conexão com a Terra era sensível e os conhecimentos sobre a Terra repassados entre as gerações, em ancestralidade. Seja nas rotinas das roças, nos ritos religiosos ou nos deslocamentos pelo alto de serra, os mais jovens eram envolvidos nas atividades, em um moto-contínuo da cultura local, o que atribuía afeições próprias as Paisagens locais.

Com o advento do turismo, a partir dos anos de 1980, e intensificado nas duas primeiras décadas do século XXI, verificou-se a ascendente chegada e permanência de forasteiros no território, atraídos pelas cênicas Paisagens, principalmente aquelas atreladas à Cachoeira do Tabuleiro. A aterrisagem de outros interesses, e de outras visões de mundo, que inicialmente atracaram em Tabuleiro, mas posteriormente reverberaram em Cubas, foram de encontro aos meios de vida da população, acostumados a manejar o território e as Paisagens aos seus modos tradicionais.

O primeiro impacto foi o contato com o Outro cidadão, visitantes das cidades e metrópoles que interpretavam as Paisagens de outras maneiras. Os forasteiros buscavam um elo perdido com a natureza, uma busca de reconexão ao ambiente ao ar livre, atividade tolhida em meio à selva de pedra e à vida atribulada das cidades. As referências imagéticas eram outras, bucólicas, legítimas e bem-intencionadas, contudo apartadas das noções paisagísticas que estavam atreladas à vida local. Os nativos tinham uma conexão arraigada à Terra e à vida dependente da Terra, enquanto os cidadãos buscavam o ócio, o deleite e a fuga dos ambientes cinzentos das cidades.

As interpretações das Paisagens são diferentes, quando comparados os nativos aos forasteiros. Nos relatos que colhemos em campo, foi comum ser apontado, por moradores locais, as dissonâncias entre os olhares. Ao olhar e vivenciar as Paisagens ali estabelecidas, o nativo evoca uma atitude complexa em relação ao ambiente, e conseqüentemente à Paisagem, que é derivada de sua imersão na totalidade daquele lugar. O nativo conhece, reconhece e percebe através de sua cultura, de sua submersão no ambiente, as dobras sombreadas daquela paisagem, em que a realidade se faz. A questão trazida aqui é o sentimento de pertencimento e conexão com o ambiente, que ao longo de sua vida trabalhou a terra, dela tirou seu sustento, estabeleceu vínculos físicos e abstratos com os lugares, as paisagens e as pessoas que permearam seu viver. O visitante (turista), que ali aporta, desembarca e vislumbra essa Paisagem com uma referência cultural díspar, na qual os valores e significados projetados nas Paisagens são a partir de uma percepção ambiental, e paisagística, fragmentada, montando quadros a partir de seu olhar, cujos significados dados a estes fragmentos são momentâneos, simplificados e descolados da realidade local.

A partir dos novos olhares sobre as Paisagens, sobre os objetos e imaginários dispostos nos ambientes, as relações com os meios serão transmutadas e passarão a ter significados distintos

para ambos os grupos que agora atuam sobre o território. A inserção destes novos olhares e interesses sobre as Paisagens em Tabuleiro e Cubas vai desembocar na criação do PNMT, e posteriormente do PESI, sob um viés dissonante das cosmovisões das comunidades. Sob a legítima temática da preservação ambiental, motivada e encabeçada por agentes externos aos habitantes locais, a criação das UCs delimita novos modos de se operar as Paisagens, agora vinculados às atividades do turismo. As políticas públicas de Conceição do Mato Dentro voltam-se à divulgação e promoção das UCs, sendo o território perpetrado por novas roupagens de apropriação do espaço, o que vai transmutar as relações da população local com o ambiente.

A delimitação das UCs, e o novo arcabouço de regras sobre a utilização do espaço, vai de encontro aos modos tradicionais de vida local, que antes ditavam como se daria o labor humano em relação à natureza. As atividades de pesca, caça, coleta de espécies vegetais, e manejo de matas para lavouras e retirada da madeira, coleta de lajes de pedra para execução dos fornos, e utilização do pasto nativo no alto de serra, tornam-se alvo de fiscalização e repreensão, ocasionando multas e conflitos, o que é incompreensível, naquele momento, para a população depositária. Tais proibições rompem, de maneira abrupta, com um modo ancestral de vida que acontecia naquele ambiente por anos a fio, modos de vida que interpretaram as paisagens aos seus modos, modos de vida que atribuíram valores que deram sentido à existência daquelas populações.

Gradativamente, o volume de visitantes aumenta, e as novas inserções culturais vão entrar em choque com o antigo modo de se produzir o espaço e se perpetuar a reprodução social daqueles meios de vida. As Paisagem mudam seus significados, que antes eram atrelados ao modo de vida campestre, e tinham valores existenciais. Agora estão transmutadas em ativos turísticos e ambientais e posteriormente serão capitalizados. O que até então tinha uma função econômica para as populações, será transmutada em ativos capitais.

Os entes que compõem as Paisagens passam a ser vistos sob nova lente, sob novos véus, e serão valorados de outras maneiras. Os ambientes, antes tratados como parte da subsistência dos nativos, tal como os cursos d'água, os campos, as áreas de lavoura, os caminhos nos altos de serra e as referências dispostas no território operado pela população são revertidos em atrações espetaculares, sob a ótica dos cidadãos. As primeiras marcas dessas mudanças passam a permear o imaginário local. A Cachoeira do Ribeirão, como era denominada pelos

nativos, tem seu nome alterado para Cachoeira do Tabuleiro, a partir da apropriação pelos forasteiros, toponímia associada ao povoado que se dispõe ao pé da serra, tornando-se quase que um objeto isolado em meio à magnitude da Serra do Intendente. Essa ruptura, exemplificada aqui pela alteração do nome, vai também reverberar nos usos associados. O poço e o correr das águas do Ribeirão do Campo, hoje sob a alcunha de Cachoeira do Tabuleiro, objeto de desejo, obstinação e contemplação pelos visitantes, nunca havido sido alvo de destinação de lazer para a comunidade, tendo um olhar mais funcional sobre a mesma. O local era tratado como ponto de pesca e de abundância de alimento e água, ou seja, a relação com o meio tinha um significado de sobrevivência e perpetuação da vida. A partir da alteração deste significado, agora tratado como um atrativo natural, balneário dos visitantes, vai transformá-la num outro objeto, ligado ao lazer, aos esportes de aventura e à constante visitação pública, o que, para além das proibições impostas pelas novas regras da UC, vai apartar a conexão com os moradores locais.

De um modo geral, os moradores entendem que o atrativo é mais valorizado do que a comunidade e a população mais antiga, ligada aos serviços na roça e às tradições ancestrais de operação e manejo da natureza, se referem à Cachoeira com falta de empatia, repetindo “não vou lá há anos” ou, “fui só uma vez lá”. Nas entrelinhas, podemos notar que esta parcela da população talvez deposite certa culpa no atrativo, por este motivar a criação das UCs e o consequente tolhimento das relações que eles mantinham com as Paisagens.

Por outro lado, em conversas com a população mais jovem que hoje trabalha no PNMT, a implementação das UCs e o atendimento ao turismo provocou um sentimento de orgulho em pertencer àquele lugar, detentor da 3ª maior cachoeira do Brasil e a maior de Minas Gerais, motivando o senso de necessidade da preservação ambiental e paisagístico. Nos relatos veio à tona que, antes de trabalhar no PNMT, estes não davam o devido valor à Cachoeira, vendo a mesma como algo normal e que, ao perceber que visitantes ficavam extasiados com queda d'água, gradativamente ressignificaram o atrativo e as próprias UCs, sendo hoje motivo de exaltação, no entanto a partir de novos significados, desta vez ligados ao ativo ambiental.

Outra apropriação e ressignificação paisagística evidente serão as relações com os caminhos no alto de serra, antigas rotas tropeiras e fluxo de encontros e trocas entre as populações locais. Os caminhos envolviam práticas do cotidiano como comércio, mudança, busca por serviços, participação em festividades, visita a parentes e demais condições associadas, em

fluxos que envolviam encontros e trocas entre os nativos, com conexões simbólicas entre o Ser e a Terra. As mesmas rotas, que percorrem os altos e as bordas da serra e tinham a função de ligar as vilas e vidas que habitavam os sopés e os altos do Espinhaço, foram transformadas em caminhos turísticos. Tornam-se rotas turísticas, muitas vezes operadas por agências externas, no qual montanhistas cidadãos vão embrenhar-se, com botas e mochilas, no lugar de alpargatas e lombo de animais, em aventuras montanas. Os modos de vida dos moradores do alto da serra vão ser severamente alterados, primeiramente pelo cerceamento do livre manejo da Terra, vinculadas às novas regras de preservação ambiental, mas que vão adaptar-se ao atendimento aos visitantes que por ali passam, inserindo em suas casas hospedarias, áreas de acampamento e serviços de alimentação. A vida, antes totalmente ligada à lida com o manejo da natureza, passa a atrelar-se aos serviços de atendimento ao turismo e a Paisagem é ressignificada sob novas estratégias capitais.

As apropriações também vão de encontro sobre os ícones sagrados. Os cruzeiros dispostos nos topos de morro e alto de serra, alvo de romaria pela população local, nas novas apropriações são dessacralizados, no que diz respeito a sua função inicial, e transformados em miradouros paisagísticos, ganhando novos significados. O mesmo reverbera sobre o espaço religioso, figurado pelas ermidas. Matrizes da formação dos povoados, que fundaram a centralidade e possibilitaram a habitação daquele ambiente, sob regras e desígnios próprios, se veem transfiguradas em fetiches paisagísticos que servem como pano de fundo à bucólica ambientação das vilas.

O cerceamento e ruptura de tais entrelaçamentos, entre o existir e o ambiente, que cria a afetividade entre o Ser e a Terra, vai atrofiar o envolvimento do povo com as Paisagens. A subversão de símbolos e significados específicos à sua existência e à sua reprodução sociocultural vão perder sentido transcendental, e é transformado num mero ativo turístico. Os novos significados, nos moldes cidadãos, que estão sendo interpelados àquelas Paisagens, não fazem sentido aos habitantes dali. Em nossas escutas, o que fica evidente é uma ferida aberta, uma mágoa em relação ao tolhimento vertical imposto e a abertura de apropriação por outros agentes. O ambiente foi apartado do Ser, o espaço que antes era dominado e operado pelas comunidades, agora está sob novos auspícios, sob nova direção, e determinará novas configurações, apesar de resistências internas.

Nas vilas, principalmente em Tabuleiro, motivado pela proximidade com as UCs, o assédio pela aquisição de terrenos por adventícios vai ser determinante na reformulação das paisagens. As casas, antigos núcleos de subsistência, com quintais generosos, pomares, ranchos de farinha e lavouras ao fundo, vão ter seus terrenos repartidos e comercializados a terceiros, que por sua vez edificam aos moldes urbanos modernos. A diversa organização espacial, que mesclava campos de cultivo com pastos, galinheiros, bananais e mangueiras frondosas vai sendo homogeneizada por ocupações de temporada e vastos gramados. O ambiente, antes esparso, vai se tornando um aglomerado de casas e pousadas, uma ao lado das outras.

Em nossas escutas, também foi exaltado que grandes áreas que haviam sido desmatadas no passado, para dar lugar a lavouras e pastos, estão sendo alvo de reflorestamento natural, uma vez que as atividades campesinas intensivas acontecem em menor escala. Isso devido às novas oportunidades econômicas ligadas às atividades vinculadas ao turismo e às oportunidades de trabalho no campo da mineração, em Conceição do Mato Dentro. Muitos habitantes locais, atualmente, trabalham em Conceição do Mato Dentro durante a semana e retornam à localidade nos finais de semana. Outros têm vínculos empregatícios com hospedarias locais, prestando serviços de governança, limpeza e afins. Pontualmente, observou-se empreendedores locais, que se empenharam em comércios e/ou serviços de alimentação para atendimento aos visitantes. É visto ainda que as UCs absorvem mão de obra local, na contratação de funcionários para atendimento nos Parques.

A melhoria dos acessos também é motor para as reconfigurações das Paisagens. O principal acesso ao Tabuleiro está prestes a ter sua pavimentação concluída, o que vai atrair um pujante fluxo de visitantes, vindo a acelerar ainda mais as transformações locais. Para além, nos últimos anos houve a melhoria das Estradas do Salto e do Charco, até então percorridas somente a pé ou em lombo de animais, que atualmente permitem maior circulação de veículos e, conseqüentemente, de novos “descobridores”. A melhoria das vias de acesso é comemorada pelos moradores locais. Entretanto, nos relatos surge o constante receio de sobrecarga na infraestrutura de eletricidade e abastecimento hídrico, além da possível ocupação desordenada do território, catapultada pela severa especulação imobiliária que assola a vila e a comunidade.

O que se verifica *in loco*, e nos relatos, é a tendência de ocupação desordenada, que pressiona uma infraestrutura básica deficiente, com a construção de casas de temporada e veraneio, numa nítida tendência de sobreposição do poder econômico sobre as tradições locais. Isto faz com que grandes porções de terreno, antes ocupadas por lavouras e pastos, ou quintais das casas tradicionais, sejam parceladas e adensadas por uma parcela da população que pode estar alheia às fragilidades e vulnerabilidades de uma comunidade tradicional, o que pode inclusive, a médio/ longo prazo, expulsar a população de sua Terra, de acordo com os novos arranjos sociais, culturais e espaciais da região.

Tabuleiro tem um crescimento urbano e uma alteração paisagística exponencial e descontrolada, com curva ascendente desde 2018 e que tende a se acelerar com a conclusão da pavimentação do acesso. A forte pressão imobiliária, e a legítima busca por incremento da renda pela população de Tabuleiro, interfere, desmesuradamente, na dinâmica de ocupação e transformação do território, com reflexos na economia local e nas relações sociais da comunidade.

Um dos focos de crescimento é a região do Quilombo, área com relevo acidentado, de bordas íngremes, que está logo acima da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, mais valorizada devido à vista magnífica para a Cachoeira do Tabuleiro e Serra do Intendente, tendo como foco adquirentes abastados, com o objetivo do aluguel de casas por temporada. As edificações que estão sendo construídas na região são de grande porte, com infraestrutura incrementada, que destoam da ocupação pretérita.

A região do Rio Preto também tem sido alvo de forte especulação imobiliária, dessa vez por moradores de Conceição do Mato Dentro, que se estabelecem na região em casas de temporada e final de semana. O Rio Preto, constituído originalmente pelos descendentes de João Rodrigues, ou seja, todos parentes e membros da mesma família, hoje estão entremeados a adquirentes alheios à família. Os terrenos e as casas aqui são de menor porte e menos suntuosas, mas o volume de novas construções é intenso. Outros focos de crescimento, de menor intensidade, são a região da Torre e Olaria, ainda de maneira pontual.

As apropriações do território, e conseqüentemente das Paisagens, orquestradas por forças externas e apoiadas pelo poder público, também abarcam as inserções de eventos culturais que dissonam da cultura local. Eventos musicais de porte internacional, apresentações

musicais no alto de serra e eventos diversos, apesar de contar com a população na comercialização de serviços e produtos, são focadas no lazer e consumo dos visitantes e adventícios, sobrepujando as aspirações locais.

Sobre as resistências que ressoam em Tabuleiro, em nossas articulações de campo, notamos que nossos interlocutores estão alertas quanto aos prognósticos possíveis para os arranjos espaciais e sociais da comunidade. Foi pontuado, mais de uma vez, que o crescimento acelerado e desordenado da comunidade esbarra numa falta de articulação política dos próprios, conjugado aos interesses econômicos e pessoais de cada membro da vila. Assim, alguns têm resistido, de maneira solitária e própria, às investidas imobiliárias, reservando suas posses à manutenção do modo de vida tradicional e também à preservação ambiental, principalmente no que diz respeito à preservação de nascentes e pontos de captação de água. Eles determinaram partes de suas propriedades que não são passíveis de comercialização, no qual mantêm seus núcleos familiares de subsistência. Nestes pontos, o arranjo tradicional das casas, com quintais e lavouras, permanece e é recriado diariamente, num ato de resistência na manutenção de seus modos de vida tradicionais. São estes mesmos que ainda mantêm refúgios no alto de serra, para onde seguem regularmente em busca de conexão espiritual com o ambiente, com as Paisagens, simulando os modos pretéritos de vivência em meio à natureza. Ou seja, os ritmos e ritos tradicionais ainda são patentes em parte da população, numa constante busca de vínculo com a Terra.

Quando voltamos nossos olhares para a região da Estrada do Salto e Cubas, notamos que essa expansão tem sido mais vagarosa, sendo ainda mantido os modos tradicionais de se operar o ambiente. A região da Estrada do Salto, de ocupação esparsa, caracterizada por vastos campos, pastos e áreas de mata, abrigam pontuais assentamentos também de modo de vida tradicional. Entretanto, devido à proximidade com o Tabuleiro, a melhoria do estado de conservação da via, e o constante do fluxo turístico, os moradores locais têm sido abordados por interessados em adquirir terras na região, mesmo que ainda de maneira incipiente, o que a médio e longo prazo pode vir a transmutar estas Paisagens. Um dos nossos interlocutores, notando o que vem acontecendo no Tabuleiro, destacou que não tem objetivos em comercializar suas terras, pois este mantém relações de subsistência com suas propriedades, sendo a Terra primordial para sua existência. Novamente, a casa é entremeada à lida na roça, formando mais uma vez o núcleo de subsistência, item formador das Paisagens aqui estudadas.

Apesar dos acessos estarem melhores, com a constante manutenção da Estrada do Salto e a pavimentação da estrada que leva a Cubas, via Cachoeira das Três Barras, proporcionalmente, o fluxo de visitantes a estas comunidades ainda é incipiente e a vida desenrola-se semelhante ao passado. Com a implantação da segunda portaria do PNMT, que leva às cabeceiras do Ribeirão do Campo, e a implementação da Rota das 10 Cachoeiras, impulsionada pela Gerência do PESI, com nobres intenções de desenvolver um turismo de base comunitária, ambas as regiões têm vivenciado um fluxo crescente de visitantes e um incremento econômico de suas rendas.

Desde a sua formação, e ainda reproduzido pelos locais, a comunidade de Cubas é baseada na agricultura familiar de subsistência, mantendo culturas de cultivo de milho, cana de açúcar, café, feijão, amendoim, mandioca, criação de bovinos e suínos. Cubas é uma comunidade tradicional restrita, nucleada em uma única família, que se distribui no território de maneira esparsa, mantendo seu modo de vida tradicional ligado à lida com a terra. As casas ainda seguem seu modo tradicional de ocupação, ou seja, constituem núcleos de subsistência, com quintais fartos permeados por pomares, criação de animais e lavouras diversas. Ao redor, mantém áreas maiores de plantação e pastos, que são percorridas diariamente por membros da família, em constante fiscalização e manutenção. A comunidade é autoatribuída quilombola à Fundação Cultural Palmares – FCP, sob o processo FCP 01420.004988/2011-69, em 22 de dezembro de 2011 - cuja relação com o território é intrínseca aos seus modos de vida. Os quilombolas englobam os descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas desde a sua formação. O território tradicional no qual esta comunidade opera é referencial de sua existência, o que contribui para a permanência e resistência no mesmo, mantendo os signos e significados das Paisagens para este povo.

Em Cubas, os membros da família Assis edificaram uma hospedaria, assim como operam um estabelecimento comercial que atende os visitantes que passam por ali, na busca pela Cachoeira do Peixe Cru, presente na Rota das 10 Cachoeiras. Associado às lidas com a terra, o envolvimento com serviços turísticos também já faz parte do cotidiano local. As investidas na aquisição de terrenos, de acordo com nossos interlocutores, têm se intensificado. Entretanto, a comunidade tem resistido em parcelar suas posses, por não compactuarem com a alteração dos seus modos de vida, numa explícita intenção de manter o território sob seu controle. Tal preocupação, inclusive, levou a comunidade, recentemente, a cercar suas posses,

marcando no espaço o que está dentro e o que está fora de seus domínios, algo antes inimaginado por eles, o que pode ser, no mínimo, sintomático.

O fato da população de Cubas ter estabelecido um núcleo, por vezes impenetrável às externalidades, calcado nas resistências e permanências dos modos de vida tradicionais, e também possibilitado pelo controle territorial estabelecido pela família Assis, fixa as essências existenciais naquele recorte territorial, o que traz conforto e segurança as famílias que ali habitam. Apesar de reconhecerem as influências externas nas bordas de seus domínios, os membros da comunidade, com quem interagimos, não demonstraram incômodos com a presença dos forasteiros, tampouco com as limitações impostas pela proximidade com as UCs, dando continuidade às vidas que querem manter. Nesse contexto, pode-se inferir que a transmutação de significados da Paisagem consegue ser filtrada pelo véu determinado pelos moradores, e os valores atribuídos pelos nativos ainda sobrepõem às novas insinuações provenientes das externalidades.

As resistências também são evidentes na manutenção dos modos de vida tradicionais, nos quais as práticas ligadas ao plantio e manutenção das lavouras, e também na criação de gado, ainda são perpetrados nas Paisagens. Enquanto as Paisagens da vila do Tabuleiro têm tomado ares mais urbanos, com proliferação de casas de temporada e vias pavimentadas, o entorno de Tabuleiro, a região da Estrada do Salto e Cubas são ainda uma consequência do campesinato, e os morros e vales ainda tomados por campos plantados e manejados pela mão humana. Aqui a coletividade aflora, e os processos de meia, assim como os mutirões de plantio e colheita, ainda são evidentes e constantes.

As resistências que também são inferidas no território, e que afirmam a presença dos moradores locais, podem ser percebidas na manutenção e constante recriação das celebrações religiosas, calcados em processos e ritos que se apropriam da Paisagem e dela dependem para acontecer. Os métodos coletivos de produção das festas, ainda hoje, rememoram a comunhão entre as vilas e o envolvimento com a Terra da qual os nutrem. A construção da celebração é perene, uma vez que envolve o trabalho nas roças, a colheita e a doação de gêneros alimentícios, sejam frutas, legumes, grãos ou animais, que serão a base dos alimentos que serão distribuídos nas celebrações. A produção dos alimentos, provenientes dos manejos da terra, que moldam a Paisagem local, estão intrinsecamente ligadas aos ritos sagrados, exacerbando os modos de vida conectados à Terra que estes habitam.

Para além das comidas produzidas e manufaturadas coletivamente entre as comunidades, as celebrações em si apropriam-se das Paisagens, das ruas das vilas, do adro das Igrejas, num rito de pertencimento. Os procedimentos festivos ganham o espaço coletivo e que é apropriado pelos moradores locais. As vias são decoradas, os cortejos permeiam a centralidade e a manifestação é popular. A Feirinha do Tabuleiro é também espaço de afirmação local, construído pela comunidade, no qual, regularmente, os produtores vão expor e comercializar suas hortaliças, verduras, grãos, frutas, rapaduras, farinhas de mandioca e outros produtos advindos da relação com a Terra, cultivados coletivamente entre as comunidades, que são definidores de suas Paisagens e modos de vida. Nestes momentos, a população ganha o espaço público, e faz valer as suas necessidades e vontades, reapropriando-se das Paisagens, que as vezes parece fugir por entre seus dedos, mas que nestes atos retorna aos domínios da população depositária.

A resistência dos modos de vida tradicional, seja no campo do sagrado ou do profano, torna-se um contraponto popular às apreensões e transmutações, que vêm sendo introjetadas, por forças externas, nas Paisagens dos povoados de Tabuleiro e Cubas ao longo dos últimos anos, balanceado as diferentes significações atribuídas aos ambientes que os conformam.

Enquanto novas apropriações espaciais, culturais e políticas, atribuídas por agentes externos, abrem um outro véu sobre como fruir, dar valor e significar as Paisagens, significações atreladas aos anseios das populações citadinas, a população depositária age em contraponto e cria mecanismos de resistência. Na tentativa de se afirmar sobre o território, a comunidade utiliza de suas conexões existenciais com a Terra, lançando mão de elementos, coletivos e orgânicos, que os formaram ao longo dos tempos e trouxeram sentido àquelas Paisagens.

Até o momento, o que temos notado, percebido e, principalmente escutado, é uma imposição de forças verticais, privadas e públicas, algumas alheias às interpretações locais, outras bem-intencionadas, que acabam por “entrincheirar” as populações de Tabuleiro e Cubas, que resistem em seus baluartes imaginários, dotados de ferramentas esmeradas ao longo do tempo, esculpidas pelo repertório cultural que moldou as relações intrínsecas com a Terra que os formou.

Haveria uma co-existência, não predatória e possível, que mantivesse a conexão entre o Ser e a Terra, que mantivesse a *geofraficidade* dos povos, que perpetuasse a sacralidade e o respeito

pelas Paisagens e que também fosse de usufruto responsável pelos diversos interessados naquelas localidades?

Talvez a abertura seja o caminho, conforme abordaremos em nossas considerações finais.

5. AMARRAÇÕES

Acordo sobre densa nevoa, branca, com as mesmas gotas sobre o ambiente que está frio e úmido, mas a noite foi quente e confortável. As árvores do horizonte exalam o ar, inundando o ambiente com o mais belo bailar das nuvens, que no topo dos morros parecem chaminés de fumaça pura, que limpam os pulmões à medida que são inalados pelos seres. Ainda na madrugada, o silêncio foi interrompido por cacarejos, gorgolejares e latidos, prenunciando a alvorada. O sol aquece e dissipa as nuvens, e a luz amarela vence o dossel branco, trazendo cores ao dia. À beira do fogão a lenha, que arde e cozinha a comida, passados são lembrados, afloram mágoas de um espaço que não mais os pertencem, mas que está vivo em memória e sentimento. O alto da serra ainda traz emoções e sentimentos, que conservam na rusticidade do rancho, nas terras altas do Espinhaço, um lar afetuosos, banhado em conexões espirituais. A tormenta se anuncia em tons negros, sobre as pedras, e o desague, anuncia e esconde com as montanhas no horizonte. Jatós de água vêm ao meu encontro, só me resta esconder-me no refúgio e aguardar a demonstração de força da natureza cessar. A água seca, espera condensa, e continua sua vagarosa queda do céu, agora com brandura e calma, encharcando os vales e regando solo, que vai perpetuar a vida nessas Terras. (Notas de Campo, Agosto de 2023)

Na tentativa de decifrar e ler as Paisagens em Tabuleiro e Cubas, nos debruçamos sobre um microcosmo afetado por conexões e interações entre o Ser e Terra que são formadoras e definidoras de um povo, que vive, habita, um determinado espaço, e dele faz sua base existencial. Na busca por compreender as construções e os significados das Paisagens em Tabuleiro e Cubas, e seus pontos de inflexão, que conseqüentemente transmutam e ressignificam estas Paisagens, mergulhamos num universo no qual as relações entre a cultura e a natureza são pacíficas e relacionadas, e que esta funda uma realidade no qual o trato entre o vivente e a ambiente é fundamental para seu reconhecimento no mundo, para seu pertencimento a esse fragmento de mundo que lhe faz sentido e o nutre em carne e espírito.

Ao longo de nossa imersão nestes ambientes, pudemos caminhar, no espaço e no tempo, por diversos momentos de construção destas Paisagens, dinâmicas e constantemente ressignificadas que, nas entrelinhas, muito nos dizem sobre como os modos de vida e visão de mundo repercutem na percepção do ambiente. Começamos traçando como se moldaram as Paisagens na região do Mato Dentro, buscando as referências dos povos originários, que mantinham uma relação sagrada com as matas, montanhas, rios e caminhos, cuja realidade se fazia numa relação animista, sendo ali palco de ritos de passagem, ponto de refúgio, fonte de alimento e latíbulo seguro para as investidas do colonizador, que dizimou os povos e se apropriou das Paisagens. Tais apropriações trouxeram novos significados, novas roupagens às Paisagens, que passaram a ser ocupadas por cidade e vilas, com populações ávidas por recursos minerais, foco da cobiça dos colonizadores.

Montanhas e córregos foram revirados, escavados, talhados e sua riqueza mineral extraída e exportada para portos do outro lado do oceano. A natureza foi tratada como recurso, como produto, e será exaurida até sua última gota, para posteriormente ser abandonada, trazendo o Mato Dentro de volta ao isolamento. A natureza vai reintegrar, ocultando, mas não desaparecendo, com estas marcas. As pessoas que restam no Mato Dentro vão se remoldar, se adaptar, voltando a natureza a ser tratada como fonte de vida e fonte de alimento, sendo refundadas as Paisagens, agora áreas de subsistências e perpetuação da vida. O labor humano vai fazer nascer campos de cultivo, hortas, pomares, pastos, estabelecendo assentamentos, que vão se conectar por caminhos diversos que vagam por entre as serras e vales. Estes caminhos constituem rotas de comércio, pontos de encontro e troca entre as populações.

Isolados ao sopé da Serra do Espinhaço, as vilas de Tabuleiro e Cubas vão germinar a partir da fundação do espaço habitável, cada qual em seu contexto específico, marcando o espaço com a pedra fundamental fundadora das comunidades, o ponto de conexão entre o terreno e sagrado, o templo religioso. A ermida vai definir o espaço seguro e reconhecível, cria a área a ser habitada, e no seu entorno surgem as casas, de quintais fartos e verdes, aliados aos campos cultiváveis do entorno, que vão definir os limites do horizonte e o porto seguro das populações. Estabelecida a centralidade, as populações têm permissão para deslocar-se através das Paisagens, expandir seus horizontes e se conectarem a outras vidas. O espaço fundamentado e organizado vai gerar o pertencimento, vai estabelecer a *geograficidade* dos povos, vai criar vínculos e raízes com a Terra que os nutre.

As Paisagens são então significadas pelas pessoas, que estabelecem valores àqueles ambientes, valores esses atrelados aos modos de vida campesino, vinculados também à espiritualidade e à sacralidade da natureza. As vidas, entre as populações, passam a se conectar e a se ajudar mutuamente. O labor com a Terra é dividido e as construções coletivas, que vão desde os mutirões na roça, até à recriação das celebrações religiosas, são a base da produção espacial e da reprodução social das comunidades em estudo. Tais valores serão fixados do espaço, cristalizados ao longo do tempo e mantidos circunscritos a esta realidade, a esta visão de mundo, até o fim do século XX.

O turismo abarca em Tabuleiro e Cubas em meados dos anos 1980, intensificando-se nas primeiras décadas do século XXI, o que vai introjetar novas significações, novos olhares

sobre as Paisagens, indo de encontro aos modos tradicionais e cotidianos de se relacionar com a natureza estabelecidas, até ali, pelas populações depositárias. Associados às práticas turísticas, mas sob o viés da preservação ambiental, vão se instalar, nas bordas dos povoamentos, o PNMT e o PESI que, numa ordem vertical, irão alterar os modos de se relacionar com a natureza, instaurando novas resoluções de como lidar com a Terra que a tempos fazia parte do cotidiano local. Esse encontro com o Outro não é pacificado, e imposições verticais, trazidas pelos entes privados e públicos que aportam nos territórios, vai estremecer as bases existenciais, gerar conflitos, mágoas, transmutações e resistências.

A operação e significação das Paisagens foge ao controle das populações tradicionais, que vê seu território, gradativamente, ser apossado por novos interesses, ambientais e mercantis, calcados no modo de vida citadino, que metamorfoseiam as relações entre o Ser e a Terra. A Terra, agora significada como ativo turístico e mercantil, passa a ser alvo de cobiça por forasteiros, detentores de fontes de renda mais abastadas, que vão especular sobre as circunscrições locais e ditando as novas ocupações e expansões das comunidades.

A fundamentação e organização do espaço pretérito são rompidos, os vastos quintais e áreas de lavoura vão sendo substituídas por casas modernas e gramados, sem diálogo com as pré-existências. Os modos de vida tradicionais são sobrepostos por novas relações de trabalho, baseados nos serviços turísticos, o que vai dessacralizar as paisagens para as pessoas que lá pertencem, num processo de exclusão paisagística, uma vez que os significados pretéritos e os modos de vida que moldaram e deram sentido àquelas Paisagens começam a se perder.

É claro que as comunidades de Tabuleiro e Cubas vivem processos de transformação paisagística distintos, um mais acelerado que outro. Entretanto podemos tomar as observações em Tabuleiro como um simulacro do que pode vir a acontecer em Cubas e região. Tabuleiro, por ser a principal porta de entrada das UCs, vive um fluxo turístico mais intenso, além de ser alvo das principais campanhas de divulgação do PNMT, cuja administração fica a cargo da PMCMD. A comunidade tem um crescimento urbano exponencial desde 2018, com constante inserção de novas casas de temporada, novos residentes e serviços vinculados ao turismo, o que sobrecarrega a infraestrutura local disponível, alvo de preocupação da população local, e transmuta a Paisagem do povoado. Além das UCs, que divulgam e promovem o povoado, o local tem sido palco de eventos de grande porte, tal como festivais musicais e eventos culturais diversos, promovidos e patrocinados por agentes externos à comunidade, que focam

no lazer e entretenimento dos visitantes, restando aos moradores locais apenas dar suporte e atendimento aos turistas.

Cubas, por sua vez, também tem visto um crescente número de visitantes, convocados principalmente pela implementação e divulgação da Rota das 10 Cachoeiras, projeto da gestão do PESI, que foca no turismo de base comunitária. A comunidade já se prepara para o maior fluxo turístico, tendo implementado hospedaria e serviço de alimentação, ambos operados pela família local. Por ser controlado por um núcleo familiar, cujos modos de vida estão totalmente atrelados ao campesinato, a vigilância sobre seu território é patente. Entretanto, as pressões por parcelamentos e venda de terrenos já ronda o entorno da vila e as imediações da Estrada do Salto, podendo as transmutações e ressignificações paisagísticas chegarem mais rápido que o esperado.

Em contrapartida, a população local, arraigada às conexões com a Terra, vendo o ambiente se esvaindo de significados que lhes fazem sentido, formula resistências silenciosas e particulares. Estratégias e ferramentas são criadas, com veemência, que negam as novas inserções, e vão tentar perpetuar seus modos de vida tradicionais e suas relações e construções imagéticas de Paisagem. As celebrações religiosas, comuns entre as vilas, constituem-se num dos principais pontos de resistência, uma vez que, para além do rito religioso, a recriação do ato envolve práticas de produção de alimentos que refaz a conexão das pessoas com as Paisagens locais, num processo de valorização e dependência do labor entre o Ser e a Terra. Grupos específicos também já se fecham ao contínuo parcelamentos de suas propriedades, numa tentativa de manter sob controle os rumos das Paisagens, suas fontes de subsistência e manutenção da vida.

Para além, as ressignificações trazidas pelos entes externos, embasadas na conservação ambiental, que se tornam agentes transformadores das Paisagens, trazem contribuições positivas, que podem ser aglutinadas no leque das representações paisagísticas. Com a inserção das UCs, e implementação das políticas de preservação, apesar dos conflitos ligados a estes atos, percebe-se o reflorestamento do entorno, no qual áreas desmatadas para cultivo ou pasto, e posteriormente abandonadas, estão em recuperação, dotando a paisagem de outros tons de verde. Podemos ainda ressaltar a importância do Plano de Manejo Integrado do PESI e do PNMT, desenvolvido pelo IEF/ MG, cujas abordagens trouxeram a comunidade local para os debates, dando voz aos anseios e preocupações das populações depositárias. Somado a

isso, o Plano de Manejo incorpora a manutenção da população residente no interior dos Parques, visando a permanência, a convivência e a gestão compartilhada das travessias turísticas no interior das UCs. Apesar das mudanças nos modos de vida, motivados pelos preceitos da preservação ambiental nas UCs, que não permite as práticas de manejo operadas outrora, significantes das Paisagens, a permanência destas famílias no interior das unidades parece apaziguar a dicotomia humano-natureza, na qual é possível perceber que os residentes no alto da serra ainda perpetuam uma outra visão de mundo, que não urbano-centrista, sendo possível, para o turista/ travessista, imergir na troca de experiências e no encontro com o Outro, trazendo assim outros signos e interpretações para este caminho em algo que pode ser transformador.

A transformação da Cachoeira do Tabuleiro num ícone local, que tornou-se símbolo primordial do PNMT e, apesar dos sentimentos controversos trazidos pelos moradores mais antigos, já é objeto de orgulho e traz pertencimento à população mais jovem, que lida melhor com a presença institucional das UCs, reconhecendo seu papel como agente de preservação ambiental.

O turismo de base comunitária, proposto pela gestão do PESI, também atua como aglutinador das comunidades, tendo como foco a participação ativa da população na apropriação das atividades turísticas, passando de mero colaborador a serviços de terceiros, a operador das atividades, o que permite seu maior controle sobre o território e sobre os significados das Paisagens para aqueles povos. Entretanto, para que estes atores permaneçam em sua terra de origem, no qual foram estabelecidos símbolos e significados específicos à sua existência e à sua reprodução sociocultural, faz-se necessário encontrar modos de convergência entre a vida tradicional local, que deu sentido e nutre aqueles lugares, com as novas inserções culturais e ressignificações que a Paisagem possa ter daí para frente. A falta de convergência, e a apropriação das Paisagens somente pelos agentes externos, pode desconectar uma relação entre o Ser e a Terra construída, sistematicamente, ao longo de anos, enfraquecendo a relação intrínseca com o meio que ainda hoje conforma a população local, subvertendo algo cheio de sentido transcendental a um mero atrativo turístico.

Em nosso último ato, que precede estas considerações finais, indagamos se seria possível uma co-existência entre os diversos entes que compõem as Paisagens, que comutasse entre os antigos e novos significados que as Paisagens de Tabuleiro e Cubas têm, e que mantivesse a

conexão entre o Ser e a Terra, que mantivesse a *geograficidade* dos povos, que perpetuasse a sacralidade e o respeito pelas Paisagens e que também fosse de usufruto responsável pelos diversos interessados naquelas localidades.

Ao final, apontamos à abertura como um caminho possível. Quando traçamos a abertura como processo primordial da convergência pacífica e respeitosa com as Paisagens e seus significados transcendentais, estamos apontando para a abertura da escuta, a escuta como um processo de conhecimento do Outro e de suas visões de mundo. Em todo nosso processo de pesquisa, a escuta foi um procedimento chave na tentativa de se aproximar do Outro, de tentar compreender diferentes visões de mundo, diferentes relações com e entre sociedades e diferentes modos de se laborar com a natureza. Tal caminho faz parte de uma desconstrução interna, no qual é necessário despir-se de modos de olhar e escutar o mundo somente da forma como estamos habituados. É uma estrada tortuosa, complexa, com pedras, vales e serras a serem vencidas, até que toda a armadura que carregamos seja deixada pelo caminho e seja permitido tocar a Terra com os pés, sentir sua textura, perceber do que ela é cevada e compreender o que dá sentido a ela.

A escuta ativa, atenta e aberta, trabalhada aqui como uma intuição, que afirmou-se profícua no mergulho em outros mundos, nos mostrou como as Paisagens vão além de uma mera representação bucólica de um recorte do espaço alcançado pelo olhar. As Paisagens, quando esmiuçadas e escutadas em abertura, a partir da voz de quem as fartaram de referências, explodem em significados transcendentais e existenciais, e isso gera espanto.

Espanto que vem da admiração e valorização de cada momento, como se naquele momento estivéssemos encontrando o mundo pela primeira vez, sentido seu pulso e maravilhando-se com sua beleza e nos perguntando como um mundo assim é possível (INGOLD, 2015).

O Espanto, a partir da escuta, faz uma abertura dos mundos, que absorve outros modos de se vivenciar e experienciar o mundo, despetala as concepções iniciais que nos acompanham, emanando uma aura maior, que vai irradiar, para além dos corpos, tentáculos imaginários que se emaranham em outros, convergindo ao respeito, cumplicidade, cuidado.

Esse emaranhado de aberturas, proporcionado pela escuta, implicará na Alteridade.

E, talvez, a Alteridade seja nosso caminho para a significação e construção de Paisagens mais justas, coletivas e representativa dos vários mundos possíveis, num contínuo caminho de cura e conhecimento.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Renata R.; ACCIOLY, Sabrina M. L.; ARAÚJO, Fabiana O., BESSA, Altamiro S. M.; CARSLADE, Flávio L., CRESPO, Jeanne C. M.; MORAES, Fernanda B. **Mineração em Minas Gerais: Território e Paisagem Cultural**. Artigo apresentado ao I Seminário Internacional de Reconversão de Territórios. Belo Horizonte/ MG. 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Resolução Autorizativa 6.184, de 07 de fevereiro de 2017**. Disponível em <https://antigo.aneel.gov.br/documents/10184//15031145//Resolu%C3%A7%C3%A3o+de+Extin%C3%A7%C3%A3o+da+PCH+Pac%C3%ADfico+Mascarenhas>. Acesso em 07/12/2023.

ANAYA, Felisa Cançado. **Os Dramas Sociais da Comunidade Tradicional do Retiro: Etnografia do Conflito Ambiental Territorial no Parque Nacional da Serra do Cipó-MG**. UNIMONTES, 2014

ANAIYA, Felisa Cançado; SOUZA, Maria Cecília Freitas de. **Conflitos ambientais territoriais no Parque Nacional da Serra do Cipó**. In: Revista Desenvolvimento Social. Edição Especial, 2014. (ISSN 2179-6807).

BARBOSA, Nila Rodrigues. Silva, Ulisses Manoel da. **Quilombolas: Somos todos parte dessa História**. Belo Horizonte: Bicho do Mato Editora, 2014

BARRETO, Augusto Rodrigues Salgado. OLIVEIRA, Fábio Soares de Oliveira. SALGADO, André Augusto Rodrigues. VARAJÃO, Angélica Fortes Drummond Chicarino. VARAJÃO, Cesar Augusto Chicarino. **Solos e superfícies de erosão: uma contextualização da evolução da paisagem na Serra do Espinhaço Meridional (SdEM), Minas Gerais**. Revista Espinhaço, 2020, 9 (1): 17-42. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3937475>.

BETTI, P.; DENARDIN, V. F. (2013). **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação: justiça ambiental para o desenvolvimento local**. Revista Brasileira de Ecoturismo. São Paulo, v. 6, n. 4. pp. 176-190.

BRAGA, Solano de Souza. GONTIJO, Bernardo Machado. MORAIS, Marcelino Santos. MUCIDA, Danielle Piuzanna. **Áreas Protegidas e Turismo na Serra do Espinhaço: Dez anos de atuação do Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço - UFMG / UFVJM**. Revista Espinhaço Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil ISSN-e: 2317-0611 Periodicidade: Semestral vol. 10, núm. 1, 2021.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol. **A Construção das Paisagens Turísticas nos Descaminhos da Estrada Real. São Paulo, 2011**. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo – USP

BESSA, Altamiro Sérgio Mol. **Paisagem e Natureza, da ordem cósmica à epistemologia representacional racionalista**. In: Anais do VII Colóquio Utopias Urbanísticas Experimentais, Belo Horizonte/ MG: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021, pp. 21-40.

BESSE, Jean Marc. **Ver a Terra. Seis Ensaios sobre a Paisagem e a Geografia**. Perspectiva: São Paulo, 2014

CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. Martins Fontes. São Paulo, 2007.

CHACHAM, Vera. **A Presença do Passado na Paisagem Oriental: Das Ruínas Monumentais a um Oriente das Ruas**. Revista Letras, Curitiba, n. 60, p. 43-64, jul./dez. 2003. Editora UFPR

CORREA, Dianaluz da Costa Leme. **A Paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização de Paisagens rurais: O caso do distrito de Tabuleiro (Conceição do Mato Dentro, MG)**. Diamantina, 2020. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo/SP, Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultural: FAPESP, 2ed. 1992.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica**. Perspectiva: São Paulo, 2015

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. Companhia das Letras: São Paulo, 1996

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP. Editora Hucitec. São Paulo, 2001. 3a edição.

DRUMOND, Glaucia Moreira. *et al.* **Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação**. Fundação Biodiversitas, 2º ed. Belo Horizonte, 2005.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasiliensis: Memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais**. Trad. Murta, Domicio de Figueiredo. São Paulo. 1994, 2v.

FAGUNDES, Marcelo. **O conceito de Paisagem em Arqueologia – Os Lugares Persistentes**. Holos Enviroment. V.9 n.2. 2009. P.301

FERREIRA, Raoni Araújo. **A Serra do Cipó e seus Vetores de Penetração Turística – Um olhar sobre as transformações socioambientais**. Belo Horizonte, 2010. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Distrito Diamantino (verbete)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (Verbete). Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/distritodiamantino.pdf>

GONTIJO, Bernardo Machado. **A Ilusão do Ecoturismo na Serra Do Cipó/Mg: O Caso de Lapinha**. Brasília. 2003. Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – UNB.

GOULART, Eugenio Marcos Andrade. **O caminho dos Currais do Rio das Velhas: A Estrada Real do Sertão**. Belo Horizonte: Coopmed, 2009

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF/ MG. **Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Intendente e Parque Municipal Natural do Tabuleiro. Encarte 01**, 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF/ MG. **Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Intendente e Parque Municipal Natural do Tabuleiro. Encarte 02**, 2018.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF/ MG. **Editais de Convocação IEF/PESI Nº.: 01/2019**, Disponível em http://ief.mg.gov.br/images/stories/2019/CONSELHOS/Rio_Preto/Edital_de_Convoca%C3%A7%C3%A3o_PESI_01-2019_CORRIGIDO.pdf. Acesso em 05/09/2021.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF/ MG. **Ata da Sessão de Habilitação**. Disponível em http://ief.mg.gov.br/images/stories/2019/CONSELHOS/PE_Serra_Intendente/ANEXO_VII_ATA_HABILITACAO.pdf. Acesso em 05/09/2021.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF/ MG. **Comunicado Resultado Final do Processo Seletivo**. Disponível em http://ief.mg.gov.br/images/stories/2019/CONSELHOS/PE_Serra_Intendente/Resultado_Final_Elei%C3%A7%C3%A3o_CONPESI.pdf. Acesso em 05/09/2021.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF/ MG. **Entidades habilitadas à concorrer às vagas do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra do Intendente. 2015**. Disponível em http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2015_ARQUIVOS/CONSELHOS_CONSULTIVO_S/Entidades_habilitadas_%C3%A0s_concorrer_%C3%A0s_vagas_do_Conselho_Consultivo_do_Parque_Estadual_Serra_do_Intendente.docx. Acesso em 05/09/2021.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: Ensaios sobre Movimento, Conhecimento e Descrição**. Editora Vozes: Petrópolis, 2015

KORMIKIARI, Maria Cristina M. **Arqueologia da Paisagem**. LABECA – MAE/USP. 2000

KRENAK, Ailton. **O lugar onde a Terra descansa**. Rio de Janeiro: ECO Rio / NCI, 2000.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2º ed. São Paulo, 2020.

KUTCHENSKI, Maria Lais de Oliveira. **Paisagem e Ecoturismo: O caso do Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro**. Brasília. 2006. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UNB.

MAWE, J. **Viagens ao interior do Brasil**. São Paulo. 1978: USP; Belo Horizonte: Itatiaia. 243p. (Reconquista do Brasil)

- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes (1764-1835)**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1958.
- METRÁUX, A. **Myth of the Toba and Pilagá indians of the Gran Chaco**. Philadelphia: American Folklore Society, 1946.
- MONTEIRO, Fernanda Testa. **Os (as) apanhadores (as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais**. Dissertação de mestrado em geografia/UFG. 2011.
- MOURA, Isabel Beatriz Rodrigues de. **Conflitos socioambientais na Unidade de Conservação Parque Nacional da Serra do Cipó**. Uberlândia, 2018. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.
- MORELO, Sonila. **Arqueologia e história: Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim**. Belo Horizonte: Bicho do Mato, 2013.
- NUNES, Luiz Gonzaga. **Os Utsch no Brasil**. Belo Horizonte. Rona Editora, n/d.
- OLIVEIRA, Daniel Gomes Batista de. **As Unidades de Conservação da Natureza e os Novos Sentidos do Lugar: Pensando a Cotidianidade da População Interna ao Parque Natural Municipal do Tabuleiro / MG Frente à Nova Realidade**. Belo Horizonte. 2016. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais – UFG.
- OTTONI, Chistiano. **Serra do Cipó: Sempre Viva**. Pedro Leopoldo: Gráfica Editora Tavares, 2008
- PADOAN, Lucas de Lima Fernandes. **Entre Lapinha Da Serra e Tabuleiro do Mato Dentro: O Ecoar da Travessia**. Belo Horizonte. 2017. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais – UFG.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista do território indígena nos Sertões do Leste**. 1998. 902f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Universidade de São Paulo. 902p. 1998.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/ MG – PMCMD/ MG. **Inventário de Produção do Patrimônio Cultural do município de Conceição do Mato Dentro/ MG**. Quadro II – Proteção Exercício 2020. Conceição do Mato Dentro/ MG. 2018
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/ MG – PMCMD/ MG. **Plano de Manejo da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Salão de Pedras**. Conceição do Mato Dentro/ MG. 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/ MG – PMCMD/ MG. **Processo de Tombamento do Conjunto Paisagístico de Tabuleiro do Mato Dentro.** Quadro III – Proteção Exercício 2021. Conceição do Mato Dentro/ MG. 2019

RESENDE, Maria Efigênia Lage. **Itinerários e interditos na territorialização das Geraes.** In: RESENSE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As minas setecentistas.* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. pp.25-53.

SAINT HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SANTANA, Wellington Aguilar de. **As novas formas de alteração do/no espaço: O turismo e as alterações no modo de vida dos moradores de Tabuleiro do Mato Dentro distrito de Conceição do Mato Dentro -MG.** Diamantina, 2019. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - - UFVJM.

SANTOS, Altair Sancho Pivoto dos. **Des-Ordenamento Territorial e Unidades de Conservação.** Belo Horizonte. 2016. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

SANTOS, Altair Sancho Pivoto dos. **Territórios de “Vida” e de “Morte”: um olhar sobre os conflitos territoriais associados ao Parque Nacional da Serra do Cipó, MG.** Bol. Goia. Geogr. (online), v. 37, p. 552-572, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A Terra dá, a Terra quer.** Ubu Editora/ Piseagrama. São Paulo, 2023.

SILVA, Tarcísio Glauco da. **Junta Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814).** Vitória, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal do Espírito Santo.

SOUZA, Leonardo Vasconcelos de. **O Retiro em Meio ao Parque Nacional da Serra do Cipó: Lugar, normas, resistências, flexibilizações.** Belo Horizonte, 2017. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC). **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Ministério do Meio Ambiente. Brasil

SPIX, J. B. e MARTIUS, K. F. P. **Viagem pelo Brasil :1817-1820.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo. 1981: Editora da Universidade de São Paulo, 3v.

VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. **O Projeto Minas Rio e a Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG: Uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência.** Belo Horizonte. 2015. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, da Universidade Federal de Minas Gerais